

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

ATA Nº 057

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pela Mesa Diretora, com o objetivo de discutir, debater, de maneira ampla, o Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Convido para compor a mesa o Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Exmº Secretário de Estado de Fazenda; Sr. João Batista Pereira da Silva, Exmº Secretário de Estado de Saúde; Sr. Luciano Bernart, Secretário Adjunto Executivo da SEDUC, neste ato representando o Exmº Secretário de Estado de Educação, Esporte e Lazer, Exmº Sr. Marco Aurélio Marrafon; Sr. Rogers Elizandro Jarbas, Exmº Secretário de Estado de Segurança Pública; Sr. Guilherme Müller, Exmº Secretário Municipal de Planejamento de Cuiabá, futuro Secretário de Fazenda; a Srª Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna, Secretária Adjunta de Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral-SEPLAN; Exmº Sr. Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Composta a Mesa de Honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Deputado e Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária que possa se sentar próximo a nós.

Agradeço a presença da Srª Coralina Angélica Karlinski, Secretária Adjunta de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas da SEPLAN; Sr. Wisley Rone Clemente, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Saúde; Sr. Ricardo Soares, Secretário Adjunto de Políticas e Regionalização da Secretária de Estado de Saúde; Srª Maura Lopes de Souza, Secretária Adjunta de Administração Sistêmica da Secretaria de Estado de Saúde; Sr. Alisson Trindade, Presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais Criminais de Mato Grosso-SINDPECO; Sr. João Figueiredo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Órgãos Públicos e Privados da Tecnologia e Informação; Sr. Paulo César de Souza, Presidente do Sindicato dos Profissionais do Sistema Socioeducativo; Sr. Gilmar Antônio Brunetto, Presidente do SINTERP e Coordenador de Relações Institucionais da FASER; Sr. Adolfo Grassi, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais de Carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social; Sr. Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde; Sr. João Dourado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores-CUT; Srª Daiane Renner, Presidente do Sindicato dos Servidores do DETRAN; Sr. Luiz Wanderlei dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Superior; Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente do Sindicato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Nacional dos Docentes do Ensino Superior da Seção Sindical da ADUNEMAT; Sr. Antônio Wagner Oliveira, Coordenador-Geral da Central dos Sindicatos Brasileiros; Sr. Benedito Daltro, Presidente da Federação Sindical dos Servidores do Estado de Mato Grosso; Sr. Gilcélio Lima, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Carreira dos Profissionais do Meio Ambiente; Sr. Edmundo César, Presidente do SINPAIG/MT; Sr. James Rachid Jaudy, Presidente da ASAGER/MT; Sr. Cledison Gonçalves da Silva, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso-SIAGESPOC.

Comunico que convidei um Sindicato para representar todos, mas houve uma decisão que eles preferem não compor a mesa. É uma decisão política dos Sindicatos. (PALMAS)

Palestrantes...

Convido a Sr^a Luceni Grassi de Oliveira, Assessora Técnica da Secretaria de Estado de Saúde, para usar da palavra...

Desculpe, houve uma inversão, mas a assessoria falou-me que, primeiramente, seria ela.

Então, convido o Dr. Rogers Elizandro Jarbas, Secretário de Estado de Segurança Pública, para ser o primeiro palestrante.

O SR. ROGERS ELIZANDRO JARBAS - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Zé Carlos do Pátio, eleito Prefeito de Rondonópolis; o Deputado Zé Domingos Fraga; o Secretário de Fazenda, Dr. Gustavo; o Secretário de Planejamento, Professor Guilherme; o Sr. João, enfim, todos da mesa.

É uma satisfação enorme estar nesta Casa de Leis para apresentar aquilo que é a previsão, o planejamento, o plano de trabalho anual da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Deputado, eu vou tentar ser o mais objetivo possível, pois, temos um tempo, um cronograma para ser cumprido. Depois da apresentação pedirei licença para retornar à Secretaria, porque temos demandas emergenciais para hoje de ações da Segurança Pública. Então, farei a apresentação e, se o senhor me permitir, vou me retirar, na sequência, para cuidar dos temas da Secretaria.

Por favor, pode pular, vamos direto aos valores.

O valor disponibilizado no teto orçamentário - R\$2.144...quase 145 milhões divididos em quatro programas: 36, 994, 996 e 997. O finalístico é o 406.

Antes de fazer a fala do que consumiremos de recursos para desenvolver as atividades de segurança pública, quero dizer o que a Segurança Pública tem feito de forma muito resumida.

A Segurança Pública do Estado de Mato Grosso realizou, durante o ano de 2016 - 840 operações integradas; realizou 15.780 ações integradas. Isso produziu 13.000 mil prisões em flagrante, somando as preventivas e temporárias. Foram 13.000 mil prisões de criminosos no Estado durante o ano de 2016. Lembrando que o nosso sistema prisional, hoje, contempla 11.000 mil reeducandos e, apenas, no ano de 2016 prendemos 13.000 mil criminosos. Conseguimos apreender, até agora, mais de 3.600 armas de fogo. Houve a apreensão de quase 13 toneladas de drogas ilegais.

Esses recursos que ora vou dissecar para as senhoras e para os senhores, representa o trabalho de 15.000 mil profissionais da Segurança Pública que têm, de fato, se desdobrado em prol da sociedade mato-grossense. Inclusive, ficamos sem os profissionais que perderam suas vidas no exercício da atividade de segurança pública e merecem todo o nosso respeito. Então, esses recursos são extremamente importantes para o desenvolvimento das atividades. São 141 municípios e todos precisam de segurança pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Temos a ação 2005 - Manutenção e conservação de bens imóveis - R\$455.076,03;
- Ação 2006 - Manutenção de serviços de transportes: R\$51.304.989,16...

O que é a manutenção de serviços de transportes? Combustível, aluguel de viaturas, seguro, licenciamentos, toda a despesa com transporte.

No caso, a atividade de segurança pública, Polícia Militar, Polícia Civil, POLITEC, Corpo de Bombeiros. Só não entram aqui os valores disponibilizados ao DETRANS, porque o DETRAN, diferente das desconcentradas, é uma descentralizada, é uma autarquia.

Ação 2007 - Manutenção de serviços administrativos gerais, em torno de R\$12.453.460,96;

Ação 2008 - Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais: R\$1.758.903.570,57;

Ação 2009 - Manutenção de ações de informática? R\$6.264.593,20;

Ação 2014 - Publicidade institucional e propaganda: R\$205.391,58.

Explicarei dentro das instituições como serão utilizados esses recursos.

Programa 994 - Operações Especiais: Serviços da Dívida Interna. Isso são restos a pagar: R\$1.145.223,24.

Programa 996 - Operações Especiais: temos R\$2.956.942,14, que é o recolhimento do PIS/PASEP e o pagamento do abono.

Em torno de R\$3.000.000,00 de reais.

Programa 997 - Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado - o Estado vai consumir R\$190.383.901,92 no recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias para inativos e pensionistas do Estado.

O Pacto pela Segurança, que é o Mato Grosso Mais Seguro, vai consumir R\$120.863.130,09 nas seguintes ações: Polícia Militar, o efetivo da Polícia Militar, hoje, é em torno de 8.000 mil profissionais.

Transporte, locação de viatura, combustível, seguro das viaturas.

Vamos consumir R\$29.213.508,35.

Lembrando que aqui estão inseridas as novas viaturas Trailblazer, que estão sendo locadas. De 200, nós recebemos apenas 61 até agora da empresa. A empresa, inclusive, foi autuada por inadimplemento contratual em 14 milhões de reais pela Secretaria e vai entregar agora mais 9 viaturas.

Rondonópolis, inclusive, Deputado Zé Carlos do Pátio, está precisando das 30 Trailblazer que nós enviaríamos para lá; Sinop mais trinta e Cáceres 10. Até agora não conseguimos receber da empresa e por isso ela está sendo punida.

Manutenção de serviços administrativos R\$2.524.777,55, toda despesa necessária para que a parte administrativa da Polícia Militar funcione. Xérox, telefone, energia, papel, enfim, está tudo inserido dentro dessa atividade de manutenção administrativa.

Despesa com pessoal, em torno de 966 milhões de reais;

Manutenção das atividades gerais, 13 milhões 880 mil.

O que é manutenção das atividades gerais? Aqui vai entrar toda atividade finalística. Então, aqui contempla uma parcela das municípios, das capacitações, que vão estar previstas mais a frente, a etapa alimentação, que está prevista, e outros que nós vamos passar mais a frente aqui, que é armamento, equipamento de proteção individual, insumos de recarga e munição, enfim, eu vou dissecar na próxima tela.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Nós temos a formação e capacitação dos novos profissionais de segurança pública, uma previsão para que possamos formar novos profissionais. Mas também existem os cursos internos inseridos aqui para as promoções para cabo, sargento, oficiais, enfim, são os cursos obrigatórios de capacitação previstos na Lei Complementar que trata da carreira dos policiais militares.

Modernização da estrutura logística, que são 4 milhões 764 mil e 500 reais. Aqui contempla a reforma de algumas unidades da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e outras despesas 113 mil.

Na próxima tela estará dissecado o que colocamos. Só para simplificar e exemplificar a manutenção das atividades gerais de 13 milhões 880 mil: armamento e equipamento de proteção individual, 3 milhões 054 mil e 500 reais.

A Polícia Militar é uma instituição que ainda não possui uma arma de fogo, um colete, munições e algemas para cada profissional. O policial militar, na sua maioria, é obrigado, toda vez que vai entrar de serviço, ir à reserva de armas, armar-se, receber um colete, receber munições. Então, precisamos equacionar isso dentro da instituição Polícia Militar para que num futuro, não agora, dentro de um crescimento progressivo, a instituição tenha condição de ter o seu equipamento para cada profissional e que ele leve isso para a sua residência, porque o policial militar, assim como o policial civil, ele é policial vinte e quatro horas por dia, a sociedade o conhece, os seus vizinhos o conhecem e na prática de um ilícito ele é o primeiro a ser chamado para intervir. E como fará a intervenção se não estiver armado?

Então, é uma luta da Secretaria e da Polícia Militar equacionar esse déficit que é histórico na Polícia Militar.

Recarda de munição é justamente munição de treino, 500 mil reais; munição nova, 1 milhão 200 mil. Por que munição nova? Porque ela tem um prazo de validade. No coldre, dentro do carregador, na arma ou na reserva de arma ela tem o prazo de validade, porque a pólvora e os equipamentos que compõem a munição, inclusive a espoleta, tem uma validade; a umidade e o calor interferem na qualidade da munição, e uma munição sem qualidade é igual a possíveis mortes de vítimas e de policiais nas ruas e nós não queremos isso. Por isso o investimento.

Equipamentos de TI.

A Polícia Militar tem um problema seriíssimo de tecnologia de informação, fruto do sucateamento histórico que sofreu a instituição como as outras de segurança pública. Então, em alguns municípios, para se ter ideia, a internet não é apta para acessar SROP, não consegue lavrar um boletim de ocorrência. Se eu não lavro um boletim de ocorrência, como é que vou ter domínio de fato sobre a criminalidade naquela localidade, naquele município, naquela região para que eu possa utilizar as forças de segurança ali, equacionar as forças?

Então, estamos levando tecnologia de informação, melhores computadores, internet, cabeamento, para possibilitar ao cidadão condições de registro de ocorrência e análise criminal por parte da unidade do núcleo de estatística de análise criminal que estamos colocando em todos os municípios e regiões do Estado, terão seus núcleos, mas, acima de tudo, para análise criminal que também é realizada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública por intermédio da Secretaria Adjunto de Inteligência.

Um elemento importante disso é a capacitação e formação, que já foi explicado, e as diárias. A Polícia Militar precisa muito de diárias.

Reintegração de posse, ações pontuais, questões que há necessidade de deslocamento de tropa a outros municípios é direito do profissional e dever do Estado arcar com as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

diárias. Por isso a disponibilidade desse valor para que 2017 não faltem diárias aos nossos profissionais.

Polícia Judiciária Civil, o efetivo 3 mil 180 profissionais; transporte, nós vamos gastar 13 milhões 684 mil na locação de viaturas; manutenção de serviços administrativo, que já expliquei, 2 milhões 322 mil; despesa com pessoal e encargos 562 milhões; manutenção das atividades gerais, que foi aquilo que expliquei com relação a Polícia Militar, mas agora vocacionada à Polícia Civil, 2 milhões 19 mil; modernização da Estrutura Logística, 2 milhões 571 - vou explicar na próxima tela o que seria isso - e a melhora da infraestrutura. Para a melhora da infraestrutura, 2 milhões 681 mil.

Revitalizações previstas:

Todas as unidades da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da POLITEC e mesmo do DETRAN que estão sofrendo intervenções de reestruturação, reforma, ampliação, substituição de prédio, locação de imóveis novos em detrimento de imóveis velhos e sucateados são justamente, primeiro, para trazer dignidade aos servidores públicos da segurança pública de forma geral. Eu acho que isso é importante frisar. O servidor tem, sim, que ter condições dignas de trabalho e nós estamos buscando isso com investimento em infraestrutura e reestruturação das unidades, mas, acima de tudo, para que o cidadão tenha um local digno para ser atendido.

Eu vou citar um exemplo de atendimento: nós temos um único plantão no Município de Cuiabá para lavratura dos autos de prisão em flagrante, de Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO que fica lá no planalto. O prédio está há anos abandonado. Não houve ainda um investimento viável naquele imóvel e o processo de reestruturação dele está bem adiantando na Polícia Civil. Então, nós vamos desprender 550 mil para reformar aquele imóvel.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Dá licença, Secretário.

Quero convidar o Secretário Valdir Barranco para compor a mesa conosco.

Com a palavra o Secretário Rogers.

O SR. ROGERS ELIZANDRO JARBAS - Bom dia, Deputado Valdir Barranco.

Tudo bem?

Delegacia de Matupá, 250 mil.

A DEDDICA de Rondonópolis, 290 mil.

A DEA de Cuiabá e Várzea Grande, a de Cuiabá 400 mil, e a de Várzea Grande 250 mil.

A DEDDICA de Cuiabá, 350 mil.

A Delegacia de Várzea Grande, 150 mil.

A ampliação e reforma estrutural da ACADEPOL, que é de 380 mil.

Quero fazer um adendo aqui: a DEDDICA é uma Delegacia que apura os crimes contra crianças e adolescentes. Crianças e adolescentes vítimas. Então, se nós formos priorizar, onde é que vamos reformar primeiro? Plantão e as DEDDICAs. Por quê? Atende vítimas. A DEA, na sequência. Por que a DEA na sequência? Porque a DEA trata o adolescente infrator. Então, já é aquele adolescente que praticou o ato infracional, que roubou ou que matou. Não que ele não mereça um ambiente digno, os profissionais lá merecem, pelo contrário, nós vamos reformar essas unidades em detrimento de tantas outras delegacias do Estado que precisam de reforma.

Mas nós estamos priorizando, quero frisar isso, o atendimento à população e evitando a duplicidade do que eles chamam de vitimologia. O adolescente ou a criança é vítima de um crime sexual e se ele chegar para ser atendido em uma unidade policial e não tiver estrutura condigna, ele vai ser vítima de novo e dessa vez do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, por isso o Governo do Estado está priorizando a reforma dessas unidades que tendem a evitar a vitimologia.

Nós temos a questão das unidades das delegacias da Defesa da Mulher... Essa Delegacia de Várzea Grande, por exemplo, o objetivo é montar uma sala especializada para atendimento da mulher vítima lá para auxiliar na Delegacia da Mulher. Nós estamos saindo do prédio antigo da Delegacia da Mulher de Várzea Grande, indo para um imóvel muito melhor, muito melhor mesmo, para ter um atendimento digno a mulher. Isso foi um pleito que foi levado ao Governo do Estado pelo Conselho Estadual em Defesa da Mulher e está sendo cumprido agora pela Secretaria. É uma obrigação nossa dar essa resposta à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido para compor a mesa o Deputado Dilmar Dal Bosco, Líder do Governo na Assembleia Legislativa.

Com a palavra, o Dr. Rogers Elizandro, Secretário de Estado de Segurança Pública.

O SR. ROGERS ELIZANDRO JARBAS - Muito obrigado.

Bom dia, Deputado Dilmar Dal Bosco.

Corpo de Bombeiros Militar: lembrando que o Corpo de Bombeiros tem 1.443 servidores. Desses 1.443, 450 deles ingressaram agora na gestão do Governador Pedro Taques.

O Corpo de Bombeiros, de fato, era um problema seriíssimo dentro do Estado, porque, senhoras e senhores, já pensaram se a sua casa é incendiada, se há uma questão de uma produção de foco de incêndio e quem atenderia? Apenas e tão somente em torno de 950, 980 profissionais do Corpo de Bombeiros em todo Estado para atender uma população de 3 milhões e 300 mil habitantes, todo comércio, empresa, indústrias. Houve uma revitalização das forças de trabalho do Corpo de Bombeiro Militar.

Então, aumentou, obviamente, a questão das despesas decorrentes disso, que é uniforme, equipamentos, capacetes *gallet*, que foram adquiridos agora na gestão do Governo do Estado de Mato Grosso, mas que tende agora a ter mais efetividade, porque o Corpo de Bombeiros tem a Fonte 249. Não é isso, Secretário de Fazenda, Dr. Gustavo de Oliveira? Fonte 249, da TASSIN, que possibilita um crescimento diferenciado em relação às outras instituições de segurança pública. Isso é extremamente importante para toda a sociedade e eu vou explicar por quê.

O transporte, que já foi explicado, são 3 milhões 863 mil; manutenção dos serviços administrativos, que é para a máquina funcionar, 688 mil; despesa com pessoal, 162 milhões; manutenção das atividades gerais, que vou explicar na outra tela - 33 milhões, quase 34 milhões; formação e capacitação, elemento extremamente importante dentro do corpo de bombeiros. Por quê? Um bombeiro mal preparado, não capacitado adequadamente, com a sua estrutura laboral não estruturada e não mantida em dia, as pessoas tendem a serem vítimas do trabalho dele, e não socorridas.

Então, é necessário que os bombeiros militares estejam constantemente sendo capacitados e preparados ao atendimento da população e essa preocupação do corpo de bombeiros é a preocupação da SESP e do Governo do Estado, por isso 3 milhões e 405 mil.

Outras despesas, cinquenta mil reais.

Para reestruturação, se vocês perceberem as unidades, Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop - a de Sinop é a única desse rol que é uma construção de unidade porque vai passar uma avenida justamente onde está localizado o batalhão do bombeiro militar em Sinop e, então, vamos construir uma nova unidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Os outros, Barra do Garças, Nova Xavantina, Nova Mutum, Primavera do Leste... Pode pular, por favor. Tem mais uma. Alta Floresta, Pontes e Lacerda, Jaciara, Campo Verde, Colíder, Lucas do Rio Verde e Juína são unidades que estão recebendo reforma, ampliação e reestruturação.

Por quê? Compramos quinze autobombas tanques este ano, adquirimos mais dois autobomba tanque por convênio, adquirimos capacete gallet, equipamento, bota, luva, porque isso é imprescindível para o profissional.

Perdemos um bombeiro militar no Estado de Mato Grosso em um acidente durante o socorro em um incêndio em uma residência, uma viga despencou e o atingiu na cabeça.

O capacete gallet que foi comprado, que é um dos melhores equipamentos de segurança de proteção individual do mundo, que é francês, foi comprado justamente para proteger esse servidor público que estará a salvar, a proteger, a buscar o socorro de alguém. Ele foi comprado juntamente com o uniforme e suporta milhares de graus de temperatura. Isso é extremamente importante para nós como servidores e para a sociedade como um todo porque tem maior qualidade no atendimento.

Melhora na estrutura operacional, eu queria enfatizar esse tema, são esses 8 milhões, 394 mil.

O que ele representa para nós? Ampliação das unidades de resgate, que é o atendimento pré-hospitalar. É justamente o que o corpo de bombeiros precisa para compor junto com o SAMU, ampliar a capacidade do SAMU por intermédio das unidades de resgate, que são atendimentos pré-hospitalares. Queremos adquirir dez unidades modernas para poder atender a população.

Vamos adquirir equipamentos de mergulho, de salvamento terrestre, de salvamento em mata, de salvamento em altura.

Nós temos novos profissionais e esses novos profissionais têm que estar capacitados no salvamento especializado e para isso ele precisa de equipamento. Então, contemplado pelo planejamento do Corpo de Bombeiro da Secretaria para que possa obviamente atender com qualidade, seja em qual terreno for, em qual condição for.

As melhorias tecnológicas são sistema para trazer celeridades e agilidades a emissão de todos os alvarados que o Corpo de Bombeiro emite hoje, às empresas, às pessoas físicas. Todo trabalho hoje que é procedimental, em papel, nós queremos transformar em tecnologias, para trazer primeiro, maior velocidade e mais qualidade ao atendimento.

POLITEC, por favor.

O transporte da POLITEC em torno de um milhão; serviços administrativos em torno de R\$477.000,00; despesa com pessoal 169 milhões de reais; manutenção das atividades gerais 5 milhões e 900 mil; formação e capacitação R\$323.000,00; e investimento em tecnologia, que é extremamente importante à POLITEC, 01 milhão, 259 mil; e melhoria da infraestrutura 13 milhões de reais.

Quero fazer uma pausa em relação à POLITEC.

Dentre as instituições segurança pública a POLITEC e o DETRAN são as instituições que mais sofreram o sucateamento histórico dos organismos de segurança pública do Estado de Mato Grosso.

Enquanto algumas instituições sofreram pequenos avanços, a POLITEC literalmente esquecida, junto com DETRAN, infelizmente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Só que estamos tentando equacionar esse déficit histórico, que, obviamente, não é de hoje, nem de ontem, são dez anos de esquecimento de uma das instituições mais importantes para o sistema de segurança pública do Estado de Mato Grosso.

Então, a POLITEC terá, sim, um tratamento diferenciado no que tange a investimentos. Algo em torno de 07 milhões de reais de investimento, crescimento. Se mantivermos durante cinco anos o investimento de 07 milhões de reais ao ano na POLITEC, tendemos a ter a melhor estrutura de identificação criminal e cível do Brasil e tendemos a ter a melhor criminalística do Brasil, porque a qualidade humana dos nossos profissionais é muito grande. O que faltou foram equipamentos e investimentos e o Governo do Estado de Mato Grosso vai equacionar, por intermédio da Secretaria Estado de Segurança Pública, esse déficit histórico, não só da POLITEC, mas também do DETRAN, que vou falar na sequência.

Então, R\$680.000,00 é o prédio central da POLITEC.

Para quem não conhece, faça uma visita e poderá verificar a precariedade desse imóvel, como de tantos outros que, infelizmente, estão nessas condições.

Adequação da unidade de esgoto da Diretoria Metropolitana do Instituto Médico Legal, R\$125.000,00.

A Coordenadoria Regional de Rondonópolis também receberá uma reforma. O Deputado conhece bem lá. Certo, Deputado? Então, merece uma reforma, uma reestruturação. Estamos levando a identificação cível para a Câmara Municipal, um ambiente adequado e vai melhorar muito o atendimento lá, Deputado. Portanto, estamos melhorando em Rondonópolis.

Outros investimentos que são imprescindíveis: aqui está como “rabeção”, mas é o carro de transporte de cadáver, vulgarmente conhecido com “rabeção”. Nós vamos comprar porque a POLITEC, diferentemente dos outros organismos de segurança pública do Estado, e os estudos nos apontam isso, pode comprar veículos porque os veículos têm uma durabilidade muito grande e não são veículos de uso severo.

Agora as viaturas da Polícia Militar e da Polícia Civil são de uso severo e os estudos apontam que para veículos de uso severo é adequado a locação e não a compra.

Para o Corpo de Bombeiros nós compramos veículos, porque um autobomba tanque tem operacionalidade durante vinte anos. Ele roda vinte anos no Corpo de Bombeiros. Ele mantém o veículo em condições. As viaturas não. Em um curto período de tempo, pelo uso severo e, obviamente, pelo terreno que nós temos aqui no Estado de Mato Grosso, em várias regiões, e friso que foram pavimentadas mil, quatrocentos e trinta e seis quilômetros no Estado de Mato Grosso, historicamente o maior avanço em pavimentação no Estado de Mato Grosso em dois anos.

Novas tecnologias que são imprescindíveis à POLITEC R\$830.000,00 para avanço. Em especial essa nova tecnologia contempla a questão da identidade civil.

Nós tendemos a afastar totalmente a questão do rolinho e da tinta preta. Vamos digitalizar, será biométrico, controle biométrico de todos - biometria. Inclusive a nova cédula de identidade já está sendo rodada.

A Assembleia Legislativa, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e a POLITEC proporcionará o kit e nós emitiremos as novas cédulas de identidade aqui na Assembleia Legislativa aos cidadãos mato-grossenses.

Depois estaremos expandindo isso a outras regiões, dentre elas Rondonópolis, porque estamos tentando criar uma parceria e o futuro Prefeito de Rondonópolis está aqui para nos ajudar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Certo, Deputado Zé Carlos do Pátio? Quanto à identidade civil, Deputado? Ele já deu o *ok*. Está tudo certo!

Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP.

A SESP, apesar de não ser uma Secretaria que é eminentemente operacional, tem a questão procedimental, os processos de aquisição, contratos, mas lá dentro existem alguns nichos ou núcleos operacionais. Por exemplo: nós temos lá dentro do GEFRON, o GEFRON que cuida da segurança na fronteira. Toda parte operacional ou efetivo é tudo lotado lá dentro, os armamentos, os equipamentos, capacitação, composição de efetivo, aumento de efetivo, medalhas, tudo é gerido pela Secretaria.

Nós temos o CIOSP, o CIOSP que cuida de toda comunicação aqui na Baixada Cuiabana, das ocorrências de emergência de comunicação é integrado, envolve outras instituições que não apenas as de segurança pública.

Videomonitoramento está dentro do CIOSP; comunicação via rádio, dentro do CIOSP.

Voltando um minutinho lá atrás, o Corpo de Bombeiro Militar é o primeiro órgão da Segurança Pública que tem a sua comunicação digitalizada. O que é que isso significa? A criminalidade não está mais ouvindo o rádio do Corpo de Bombeiros. Nós temos como meta do Governo do Estado a digitalização da comunicação na fronteira por intermédio do GEFRON, investimento por intermédio de convênio de três milhões de reais.

Então, a criminalidade vai deixar de ouvir a segurança pública na fronteira. E se tudo correr bem, Secretário Gustavo de Oliveira, ano que vem nós vamos fazer a digitalização da rede rádio aqui na Baixada Cuiabana com apenas e tão-somente seis milhões e meio de reais, o custo dessa atividade seria trinta e oito milhões de reais. E por que é que nós vamos gastar apenas seis milhões e meio de reais? Porque nós vamos fazer um acordo, um convênio com a Polícia Rodoviária Federal e nós vamos colocar os nossos equipamentos nos *sites*, nas antenas deles sem custo nenhum para o Estado. Nós vamos sair de trinta e oito milhões, que era investimento, e caímos para seis milhões e meio, que é extremamente importante porque melhora a qualidade e a segurança da trafegabilidade dos dados e informações da rede rádio. Isso vai melhorar em índices criminais, em prisões, enfim, na atividade da segurança pública.

Transporte da Secretaria envolvendo esses organismos que estão lá dentro, o CIOPAer, questão aera de aeronave helicóptero, aviões de asa fixa estão contemplados também aqui. Transporte: três milhões, quinhentos e trinta e seis mil reais. É isso, Alex? Se eu estiver errado, você me avise, por favor.

Manutenção e conservação de bens imóveis: quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais.

A SESP tem problema seríssimos de estrutura. Seríssimos. Chove lá dentro como chove em outras Secretarias, só que nós priorizamos a reforma e a reestruturação de unidades de atendimento à população, a DEDDICA, a DEA, os batalhões da PM, o Corpo de Bombeiros e lá na SESP vamos arrumar aquilo que está afetando a saúde do servidor porque tem algumas situações que são precárias, mas que não afetam a saúde.

Vamos deixar para um segundo momento, agora esses quatrocentos e cinquenta e cinco mil são para parar de chover dentro da Secretaria, reformas dos telhados e de algumas paredes que estão mofadas.

Sem condições, já vamos arrumar tudo isso e o protocolo que acredito que estive falando com uma servidora. Fui o primeiro Secretário que entrou no protocolo da Secretaria e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

quando entrei lá, assustei-me, aqui é um lugar de atendimento à população e é desse jeito. Vamos reformar o protocolo para melhorar a todo cidadão que visita a Secretaria ter um ambiente digno para os servidores e para o cidadão para ele poder ser atendido.

Serviços administrativos, todo processo que tramita dentro da Secretaria, são seis milhões, quatrocentos e quarenta mil. Para quem não sabe, como exemplo, um pregão custa em torno de vinte e cinco mil reais ao Estado.

Quando faço um processo desses, tenho toda uma despesa que gira em torno de vinte e cinco mil reais. Temos que melhorar a estrutura administrativa para não perdemos esse recurso porque um pregão que se frustra, que é deserto, tem uma despesa para o Estado.

Temos que melhorar todo o secretariado, isso é uma determinação do Governador Pedro Taques para que melhore toda a estrutura administrativa do Estado, para que tenhamos condição de gastar menos e produzir mais e que isso que for economizado, seja revertido às atividades relacionadas aos servidores e à população.

Manutenção e reservas: um milhão e oitocentos e cinquenta mil. Essas reservas são o seguinte, todo ano temos operações que não são contempladas dentro do planejamento. Operações que precisam da intervenção imediata.

Por exemplo, ocorre a morte de um religioso em Rondonópolis, necessariamente tenho que, imediatamente, deslocar equipes porque são crimes de repercussão que afetam a sensação de segurança não só em Rondonópolis, por exemplo, mas em toda uma região. Tenho que ter reservas para contemplar atividades operacionais e é para isso que serve essa reserva que está contemplada aqui nesse texto.

Manutenção de ações de informática, para quem não sabe, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, a SESP, tem a sala cofre onde toda a tecnologia em nível de informações sediadas não apenas da Secretaria, mas também de outros órgãos...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É...

O SR. ROGERS ELIZANDRO JARBAS - Já estourei meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Não. O tempo já está encerrando, mas quero fazer uma ressalva na sua fala porque a morte, realmente, de um religioso muito querido na nossa cidade... A Secretaria de Segurança Pública foi extremamente rápida e apurou rapidamente, houve uma comoção na cidade, aquilo ali foi verdadeiro, o que aconteceu na cidade, a cidade parou, ela teve um problema muito sério, inclusive a cidade toda revoltada e por ironia do destino, vocês fizeram outra operação na investigação que também resultou em sucesso lá, que no outro dia na morte do padre, houve um assalto ao banco e no mesmo dia vocês solucionaram o problema. Então, isso tem que ser registrado também, isso é papel do Estado, papel dos servidores do Estado que nós temos que elogiar.

O SR. ROGERS ELIZANDRO JARBAS - Obrigado, Deputado, foi o roubo ao SICREDI e houve intervenção do CCO e seis delinquentes resistiram à prisão e houve o alvejamento e a morte de seis criminosos lá. Trouxe uma tranquilidade grande ao Município. Dizer que lá a comunidade cobra, Deputado, dizer que Vossa Excelência cobrou muito isso e tem que ser feito, nós concordamos com essa cobrança, porque é isso que faz nós melhorarmos, eu agradeço.

Manutenção das ações de informática, eu já disse que, porque lá contempla a sala cofre, todos os registros de ocorrência, todos os dados criminais, os bancos de dados relacionados à segurança pública estão sendo sediados dentro da Secretaria e não só de lá, outras secretarias tem os seus bancos de dados sediados e replicados dentro da Secretaria de Estado de Segurança Pública, sala cofre.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

A sala cofre custa até abril do ano que vem, para a SENASP mais de cem mil reais em manutenção, em torno de cento e trinta mil. Em abril termina esse contrato da SENASP e o Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, vai ter que assumir essa despesa, que ela já está inclusive contemplada aqui, não é Alex? Como uma previsão orçamentária, então, não é uma despesa elevada.

Mas nós temos aqui trinta oito pessoas contratadas de uma empresa de tecnologia de informação que dão suporte e base a todos os sistemas de tecnologia de informação da Secretaria.

O que estamos fazendo para baratear isso? Em vez de eu comprar sistemas, em vez de a Secretaria de Estado de Segurança Pública adquirir um sistema que custa milhões, nós estamos fazendo uma atitude diferente. É pensar fora da caixinha como dizem, não é Gustavo, Guilherme? Pensar fora da casinha, caixinha. Nós estamos indo a outros Estados como Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Brasília, Minas Gerais e nós estamos intercambiando os sistemas, nós estamos intercambiando bancos de dados, isso tem trazido uma economicidade gigantesca ao Estado de Mato Grosso e um avanço muito grande na tecnologia. Só para ter uma ideia, existe um aplicativo de uma emissora de TV que se chama “Bem na Hora”, não é isso? Que a pessoa possa tirar uma foto, filmar, manda para lá e aquilo serve como matéria, mas nós estamos importando esse aplicativo gratuitamente da Polícia Civil de Goiás. Eles têm esse aplicativo lá e vamos utilizá-lo aqui no Estado de Mato Grosso. A pessoa pode fotografar, filmar qualquer ação delituosa, qualquer situação de crime, em especial de tráfico, e mandar com a manutenção do sigilo da autoria do envio daquela informação para que a Secretaria consiga operar isso e trazer uma efetividade no policiamento e prender essas pessoas.

Enfim, estamos trocando bancos de dados e sistemas com outros Estados da Federação. Isso foi iniciado a partir do Brasil Central Seguro, iniciativa dos Governadores do Brasil Central, e estamos avançando. Por isso, que estamos consumindo apenas 06 milhões de reais. Isso seria muito maior se pensássemos em crescimento da tecnologia de informação, teríamos que investir muito mais. Mas esse intercâmbio, essa troca de sistemas nos possibilitará avançar em no máximo 02 anos aquilo que levaríamos, talvez, uma década. Isso para todos os Estados e não, apenas, Mato Grosso.

Despesa com Pessoal: 92 milhões de reais, da Secretaria; Ouvidoria, 66 mil reais; Comunicação, 205 mil... Na Comunicação entra todo o nosso informativo, as ações preventivas.

Só um dado, se me permitem, já estou quase encerrando, para não consumir mais o tempo protocolar, nós detectamos, por meio da análise criminal pela Secretaria Adjunta de Inteligência, que os criminosos que estão atuando no roubo, por exemplo, na Baixada Cuiabana, que representa 65% dos roubos ocorridos em todo Estado de Mato Grosso, 65%... O criminoso, hoje, não sai da casa dele para subtrair ou roubar o José. Ele sai de sua casa buscando alguém que esteja em vulnerabilidade para ser roubado. Então, a postura da vítima, não que ela contribua para o crime, porque o cidadão tem o direito de agir como entender melhor, isso é regra constitucional, mas muitas vezes está criando um ambiente que possibilita ao criminoso a prática do roubo.

Então, dentro dessa comunicação que faremos estão panfletos, inclusive com parcerias com instituições privadas, para divulgar as medidas para cada cidadão evitar, o quê? A vulnerabilidade ou diminuí-la, porque isso contribuirá dentro do sistema de segurança pública para uma redução da criminalidade.

Em março, para que todos saibam, Cuiabá registrava 1.250 por mês. Em março! Estamos registrando uma média de abril, ou melhor, de maio para frente, de 750 a 800 roubos em Cuiabá. É péssimo, ruim demais, mas temos condições de avançar, a depender da forma como... O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

pensamento cartesiano de que tudo precisa de dinheiro tem que ser esquecido. Em momentos de crise é necessário pensar que podemos crescer e avançar com parcerias, com intercâmbio, com a formatação do envolvimento e responsabilidade de todos. E nós estamos avançando em vários setores e nós avançaremos muito mais em 2017 para trazer mais sensação de segurança para a população gastando menos. E o dinheiro que for economizado será utilizado para aquilo que é imprescindível a população mato-grossense.

Nós temos aqui, gestão de pessoas: 746.000 reais para investimento de capacitação, melhora nos processos, capacitação em licitação, contratos, transporte, que precisa melhorar a qualidade de trabalho. Veja, de tudo o que foi dito de segurança pública em todas as unidades, em todos os setores há capacitação. Capacitação é sinônimo de valorização profissional. O servidor público, para nós, é o que há de mais importante dentro do sistema de segurança pública, seja ele administrativo, seja ele operacional, porque é justamente ele que possibilita 13.000 prisões. É ele que possibilita isso.

Muito obrigado. (PALMAS)

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “E O DETRAN?”)

O SR. ROGERS ELIZANDRO JARBAS - O DETRAN é a próxima tela.

O DETRAN, como eu frisei, são as próximas... Depois eu posso fazer... Até com o pessoal lá na SESP para explicar o DETRAN, junto com o Dr. Osni, dissecar o DETRAN, ter mais dados, porque aqui é um resumo. Se quiser, eu estou à disposição.

O Grupo de Combate ao Crime de Homofobia tem 50.000 reais e manutenção de TI, 455.000 mil reais.

A SESP ainda tem a Secretaria Adjunta de Inteligência - SAI, se hoje nós melhoramos a qualidade da atuação da Segurança Pública é fruto do investimento na inteligência. Inteligência que reflete dentro das forças policiais, porque esses recursos aqui são investidos verdadeiramente dentro da Polícia Militar, da Polícia Civil e da SAI, não apenas na Secretaria. Pelo contrário, a Secretaria usa esse recurso para comprar equipamentos e investe dentro da Polícia Militar e da Polícia Civil. Hoje, a atividade de inteligência avançou muito no Estado, em especial com equipamentos.

A SAIOP - Secretaria Adjunta de Operações Integradas: 29 milhões e 684 mil reais; Área Preventiva: 10 milhões; CIOPAer: 03 milhões e 418 mil reais; CIOSP: 05 milhões e 757 mil; GEFRON: 07 milhões e 787 mil reais; GGI - Gabinete de Gestão Integrada, que faz toda a articulação com todos os setores, Operação Lei Seca, está tudo dentro da GGI; e a COPLAM, que cuida de assuntos muito importantes para a Secretaria, a maior parte das grandes ações nasce na COPLAM, que precisa do envolvimento desse órgão: são quase 02 milhões de reais.

Na SESP, o prédio da SESP, como já disse: 270.000; Arquivo setorial: 125.000. A Rede Cidadã receberá 200.000; e a Base Comunitária do Pedra 90, a construiremos com 900.000.

Veículos da SESP: 333.000 reais de investimentos. Equipamentos, armamentos e munição da SESP: 510.000, porque temos as forças policiais atuando dentro da SESP; a Operação Lei Seca receberá 400.000; e as diárias para as ações de operações integradas em todo o Estado, em torno de 01 milhão e 746 mil.

Chegamos ao DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito, volto a frisar, o DETRAN é uma descentralizada, é uma autarquia que tem um ordenador de despesa, que é o Presidente do DETRAN.

Transporte do DETRAN, que são todos os veículos locados que são utilizados para a prova prática veicular, para a parte administrativa é 01 milhão e 630 mil e 500 reais; manutenção

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

dos serviços administrativos, quase 20 milhões de reais; despesa de pessoal, 87 milhões e 544 mil; manutenção das atividades gerais, quase 40 milhões de reais. Aqui dentro da manutenção das atividades gerais, existe a reestruturação das unidades do DETRAN, foi feito um trabalho no DETRAN de um ano para criarem um relatório técnico da estrutura e das condições de trabalho de cada unidade do DETRAN.

Então hoje no DETRAN é uma comissão de servidores de vários setores: engenharia, administrativo e operacional do DETRAN, que rodou o Estado, inclusive, de TI, dizendo essa unidade precisa de tantos servidores, precisa reformar o telhado, precisa trocar a unidade. Isso tem sido feito pelo DETRAN, que é muito bem conduzido pela equipe de gestão do DETRAN, que diga-se tem um diretor, um dos diretores, que é servidor de carreira do DETRAN. Quem participa ativamente hoje é a Lilian, mas foram outros de carreira do DETRAN.

Formação e capacitação, extremamente importantes, o DETRAN faz hoje a capacitação e estamos multiplicando isso nas outras unidades. Se estiver capacitando alguém em licitação, todo final de ano é feito o quê? Um *workshop*, ele tem a obrigação de ir ao *workshop* e multiplicar o conhecimento adquirido fora do Estado ou dentro do Estado aos outros servidores, criando um ciclo de conhecimento, de multiplicação de conhecimento.

Podemos gastar menos e atingir mais, isso tem melhorado sim a qualidade do profissional do DETRAN, porque ele tem se capacitado e vemos o quanto o DETRAN quer a capacitação, os servidores precisam e há esse investimento, essa multiplicação.

Manutenção de TI é extremamente importante para DETRAN. O DETRAN sem tecnologia de informação, sem *internet* de qualidade e sem computadores de qualidade não tem como prestar um bom serviço à população. Por isso o investimento de mais de 10 milhões reais em manutenção de TI.

Melhoria da infraestrutura. Previsão de quase 20 milhões de reais para investimento em infraestrutura, que é reforma e ampliação de unidades.

Outras despesas: 24 mil reais.

Publicidade e propaganda: 1 milhão e 119 mil reais. Aqui entram todas as ações preventivas, como a do carnaval e a de todos os eventos grande. Toda questão de educação para o trânsito na publicidade está aqui. Então aqueles vídeos que colocamos, por exemplo, na época de carnaval, do carro capotando, com a pessoa embriagada e uma lata de cerveja ou uma garrafa de bebida alcoólica dentro do carro, são justamente dentro dessa previsão de publicidade e propaganda. Mas nós vamos além, vamos além! Tem um material didático, que é produzido pela equipe da escola pública de trânsito e fornecido a várias unidades do Estado, escolas públicas, e essa equipe da escola pública de trânsito, quero frisar, é uma equipe excepcional, de pessoas sensacionais, porque elas conseguem atender milhares de pessoas no Estado, dentre elas docentes da rede pública e privada, que são capacitados e recebem material para multiplicar o conhecimento do trânsito como sinônimo de vida. Isso tem diminuído, não, ainda, ao nível que nós queremos, as mortes no trânsito. A educação é o caminho para a redução das mortes no trânsito e para a conscientização das pessoas de que trânsito é sinônimo de vida e não de morte.

Mas eu pauto que o sucesso de tudo isso é fruto dos servidores públicos que se debruçam e acreditam na escola pública de trânsito. Eu tenho convicção disso.

O SR. GUSTAVO PINTO DE OLIVEIRA - Quero só pedir para você pontuar, Rogers, se puder, a Lei Seca, porque vocês têm feito um trabalho muito importante, e nós já estamos sentido os reflexos na sociedade.

O SR. ROGERS ELIZANDRO JARBAS - Obrigado, Gustavo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

A Operação Lei Seca ficava sediada apenas em Cuiabá, nem em Várzea Grande, praticamente, realizávamos. A Guarda Municipal de Várzea Grande integrou a Operação Lei Seca e outras instituições também integraram. Nós expandimos a Operação Lei Seca a várias regiões do Estado: Rondonópolis, Barra do Garças, Sinop, Cáceres e Juína e vamos levar a Operação Lei Seca a todo o Estado. Esta é a nossa finalidade: educação. Porque a Lei Seca não é apenas uma ação repressiva. A repressão é o segundo momento dentro da operação. Até a realização da operação, ela é preventiva. A pessoa deixa de beber, porque está tendo a Operação Lei Seca, esse é um reflexo da ação preventiva da Operação Lei Seca, realizada pela a equipe da escola pública de trânsito, junto com profissionais e instituições que integram a Lei Seca, inclusive, o Ministério Público participa, bem como a Polícia Rodoviária Federal. Nós temos várias instituições que não são do Estado e que estão participando. Então a Operação Lei Seca tem trazido reflexo positivo sim! Por isso vamos investir na operação, em equipamentos, na capacitação, e aqui dentro estão inseridas também as diárias para poder viajar.

Quero finalizar, passei um pouquinho do tempo e peço desculpas por isso, dizendo o seguinte: as atividades de segurança pública são de fato imprescindíveis. Temos 15.000 profissionais, desde a senhora que trabalha na copa, que serve o cafezinho, que nos leva aconchego; aquela pessoa que faz a limpeza da unidade para nós, que, às vezes, ganha pouquinho, um salário mínimo, mas está cuidando do nosso ambiente de trabalho; aquele servidor de início de carreira; até aqueles dirigentes das instituições. Todos são extremamente importantes para a produção de segurança pública no Estado de Mato Grosso!

Então, publicamente, quero agradecer a todos os profissionais da segurança pública que participam desse processo, porque eles estão entregando, sim, a sua vida e a sua energia para que outras pessoas vivam melhores.

Portanto quero deixar registrada nesta Audiência Pública toda a admiração que tenho, como servidor público, como Delegado e como Secretário de Estado de Segurança Pública, por todos que laboram todos os dias pela segurança pública e acreditam nesse trabalho, independentemente do papel que ocupam, porque todos os papéis da segurança pública são importantes.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos ao Dr. Rogers Elizandro Jarbas, Secretário de Estado de Segurança Pública.

Com a palavra, o Exmº Sr. Secretário Adjunto Executivo da Secretaria de Estado de Educação, Sr. Luciano Bernart, para falar em nome da Secretaria de Estado de Educação.

O SR. LUCIANO BERNART - Primeiramente, gostaria de cumprimentar todos e todas. Cumprimento o Presidente desta mesa, Deputado Zé Carlos do Pátio; o Deputado Zé Domingos Fraga; o Deputado Valdir Barranco; o Deputado Dilmar Dal Bosco; os Secretários João Batista Pereira da Silva e Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; e os demais componentes da mesa...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Secretário, para não intervir em sua palestra, para respeitar a palestra de cada um, quero que, no meio da sua palestra, Vossa Excelência explique o seguinte: o Deputado Wilson Santos e eu fizemos uma Emenda destinando 50 milhões de reais para a reforma e manutenção de escolas, mas este ano o Estado não fez esse serviço, eu fui ao departamento de engenharia e verifiquei que esse serviço não foi feito, o Estado não fez. Eu gostaria que o senhor explicasse isso.

Outra coisa, foi feita uma Emenda estipulando que todo ano teria que crescer 0,5% o orçamento da educação, até atingir a questão constitucional dos 35%. Tive vários mandatos de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Deputado, mas um Deputado que marcou minha vida foi o Relator da Constituição do Estado, Deputado Luiz Soares. Foi ele que garantiu os 35% no orçamento da saúde. Mas nenhum Governador cumpriu até hoje esse percentual.

O Deputado Wilson Santos propôs colocar 0,5% para começar a cumprir. Então quero saber se vai cumprir isso no Orçamento. Eu gostaria que o senhor explicasse.

Por que não foram cumpridos os 50 milhões de reais que nós colocamos a mais? E estão sendo cumpridos os 0,5%, que era um acordo feito entre mim, o Deputado Wilson Santos, da Comissão de Educação, e o Estado? Nós investimos, mas lá na ponta não estamos vendo o resultado. Entendeu?

Com a palavra o Secretário Luciano Bernart. (PALMAS)

O SR. LUCIANO BERNART - Eu agradeço os questionamentos e explicarei, na medida do possível, durante a palestra, Deputado.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que essa apresentação vem preparada de maneira geral, apresentando os números gerais da educação, uma vez que nós possuímos 756 escolas, mais os CEFAPROS, mais as Assessorias Pedagógicas. Se fôssemos falar sobre cada um deles aqui, não teríamos o tempo necessário. Então a apresentação foi feita de forma a apresentar os números de maneira em geral. Tentarei responder as perguntas do Deputado, especificamente.

Aqui nós mostramos um gráfico da evolução das despesas e investimentos na educação básica. É um gráfico a partir de 2006 até 2017.

No ano de 2016, já tivemos um aumento de investimento no valor de 128,12%, ou seja, o Estado tem mantido na educação um aumento dos seus investimentos.

A previsão para 2017, é que chegue a 137,93% - infelizmente não está aparecendo aqui, cortou ali um pedacinho, acho que daqui a pouco eles conseguem arrumar - mas, o Estado de Mato Grosso tem investido mais, cada vez mais na educação. Isso demonstra, inclusive, a preocupação com um dos principais serviços prestados que seria efetivamente a educação.

No segundo gráfico, temos a evolução da despesa liquidada e também, assim como investimento, a despesa liquidada foi aumentada. Observamos que saímos lá de 2006, a R\$733.600,00... Desculpe, R\$733.600.357,00 e a previsão para que chegue em 2017 é de R\$2.668.154.111,81, ou seja, o investimento e a despesa liquidada têm concomitantemente aumentado.

A Secretaria, basicamente, trata de duas situações. Ela trata, ela cuida da questão pedagógica que envolve toda a questão do ensino mesmo e também a questão estrutural das escolas, Cefápros e assessorias.

Ao mesmo tempo que cuidamos da parte educacional, a estrutura está concentrada... O cuidado da estrutura está concentrado, hoje, na Secretaria. Então, cuidamos também de obras, de construção de escolas e tudo mais, além do desenvolvimento educacional.

Por favor, pode passar.

Aqui está de maneira geral quais serão as nossas fontes de arrecadação dos impostos, principalmente.

Pode passar para a próxima tela que é mais fácil, ela está resumida ali.

Temos a fonte principal: o FUNDEB-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que é o dinheiro dos impostos arrecadados, temos um montante que é direcionado. O Estado arrecada esses valores, encaminha para o FUNDEB e esses valores voltam então para o Estado. É um procedimento previsto em lei, que é necessário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

É interessante citar que uma parte desse dinheiro é direcionado diretamente para os municípios. O Estado arrecada esse valor, encaminha para a União e a União já destina uma parte desse dinheiro para os Municípios, mas o importante é ressaltar que todo o dinheiro é proveniente aqui do Estado.

Depois, nós temos uma outra fonte de recurso que é a manutenção de desenvolvimento de ensino, a Fonte 120, que tem R\$83.733.000,00. A Fonte 110, contribuição do salário, de 103 milhões; outras transferências da União, a União repassa valores para nós, também, 34 milhões; recursos com convênios, também, a maioria tudo com a União, são convênios realizados com União - na maioria dos casos - 28 milhões; recursos próprios, 313 milhões, são recursos direcionados àqueles profissionais que não são direcionados para a educação, portanto, não vão para o FUNDEB.

Depois, a partir do momento que a Secretaria de Esporte e Lazer, hoje, faz parte da Secretaria de Educação, nós temos 50 mil reais que nós recebemos do FUNDEB-Fundo de Desenvolvimento Desportivo de Mato Grosso, que é do esporte.

Então, esse daqui é todo o orçamento, a arrecadação, ou seja, as fontes de recursos que vão ser utilizados na Educação de Esporte e Lazer, o total é de R\$ 2.668.154,111,00. Respondendo a questão do Deputado Zé Carlos do Pátio, o Estado tem, sim, cumprido a questão do aumento de 0,5% anual. Neste ano, nós já cumprimos 25,5%, e ano que vem já está previsto o orçamento de 26% do orçamento de impostos para gastos em educação.

Então, o Governo do Estado tem, sim, atendido à legislação, cumprindo a questão do que diz respeito aos investimentos, o montante percentual para investimento da educação, vamos chegar a 26%.

Depois disso, por favor!

Tipos de despesa, temos aqui as despesas... Quais serão as despesas, os *slides* relativos ao orçamento, à arrecadação, temos agora a questão das despesas, e nós dividimos três tipos de despesas, basicamente: as despesas obrigatórias, essenciais e discricionárias. As obrigatórias são aquelas relativas ao pessoal. Então, os senhores podem ver que o maior tipo de despesas engloba... Vamos ver no próximo *slide* aqui, engloba pessoal ativo e inativo, o montante dessa despesa é de R\$ 2.227.251.979,00.

Depois disso, temos as despesas essenciais. O que são as despesas essenciais? Elas se enquadram em todas aquelas despesas que não tem como deixar de pagar, por exemplo: água, energia elétrica, aluguel, combustível, merenda escolar, todos esses entram em despesas essenciais, ou seja, o bom funcionamento na escola. Colocando um adendo aqui, as despesas essenciais têm aumentado ultimamente, especialmente, pela climatização nas escolas, que o Governo tem realizado - em grande parte - que não engloba só a colocação de ar-condicionado, mas, também, a questão da fiação, por exemplo: muitas escolas não têm reforma há 40 anos e isso dificulta que haja a instalação de ar-condicionado. E é necessário, muitas vezes, reformar a escola toda.

Outros problemas que temos encontrado - mas temos tido soluções, também - é a questão do transformador, a colocação do transformador. Muitas escolas não são preparadas, não só na fiação, mas, também, na estrutura elétrica exterior para que haja a colocação dessa climatização. Temos conversado direto com a Energisa para que eles consigam nos ajudar nisso, mas, muitas vezes, pela legislação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, é necessário que o Governo invista ou contribua com uma parte, pelo menos, do pagamento dessa estrutura elétrica.

A água, também! A vigência de muitos contratos realizados com os municípios está acabando, nos quais a água seria gratuita durante um tempo. Agora, os municípios estão começando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

a cobrar do Estado e isso tem feito que haja um aumento nessas despesas essenciais cuja previsão é de R\$240.211.000,00 para 2017.

As despesas discricionárias entram naquelas despesas que há possibilidade de escolha política. Ou seja, o Governo direciona para onde irá o dinheiro e se realiza, efetivamente, a política. Mostraremos aqui, posteriormente, para onde vai.

De todas aquelas despesas, então, fizemos a divisão por programa.

Temos o Programa “Pró-Escola - Educando para Transformar”, o Programa “Alfabetizar para Emancipar - Muxirum da Alfabetização”; o Programa “Apoio Administrativo”; o Programa “Pagamento de Inativos”; o Programa Sentenças Judiciais”; e o Programa “Esporte e Lazer”.

Novamente, resalto que o principal valor direcionado da educação vai para o Apoio Administrativo. O Apoio Administrativo engloba, como eu disse, o pessoal.

Temos o Programa “Pró-Escola”...

Enfim, “Sentenças Judiciais”, também, entram aqui. Muitas vezes, temos sentenças judiciais inesperadas, ou seja, algo que a lei prevê que temos que fazer essa previsão orçamentária. Então, estão ali R\$49.343,00.

Agora, sim, esmiuçando um pouco mais o Programa Pró-Escola, que é o principal da gestão do Secretário Marco Aurélio Marrafon.

Temos ali a divisão do Programa: 150 milhões de reais serão destinados para a infraestrutura das escolas, ou seja, construções, reformas e pequenas manutenções. Essas construções são extremamente necessárias.

É como eu disse aos senhores: há escolas no Estado que há 40 anos que não têm qualquer tipo de reforma. Há algumas em estado precário. A comunidade indígena, também, tem necessidade, muita necessidade de reformas de escolas. Então, direcionamos, conseguimos mexer no orçamento e conseguimos direcionar para que haja todas essas. Só aqui, em Cuiabá, por exemplo, nós...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Deputado Valdir Barranco para assumir a direção dos trabalhos enquanto eu vou falar com a imprensa e já retornarei.

Secretário, eu vou fazer uma observação.

A Secretária Adjunta de Planejamento está aqui e eu vou fazer uma avaliação: o orçamento da educação - eu vou falar com ela e ela vai entender o que eu vou dizer -... A LOA de 2026 era de R\$2.471.279,00. Os senhores estão propondo R\$2.697.000,00...

O SR. LUCIANO BERNART – R\$2.668.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e sessenta e oito).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – R\$2.668.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa e sete milhões).

O crescimento do Orçamento este ano está sendo de 10,7%; o crescimento da educação de 9,1%. Quer dizer, o crescimento do Orçamento do Estado está acima da inflação, mas o crescimento da educação está abaixo da média do crescimento do Orçamento do Estado. Essa diferença, eu estava fazendo o cálculo aqui na máquina, dá R\$38.000.000,00. Mesmo nós...

Porque os senhores ficam mostrando números, mas o importante é abrir o debate.

Mesmo o senhor garantindo o crescimento do Orçamento dentro dos índices constitucionais, que de 25% vai para 25,5%, agora 26%, está aquém, porque o Orçamento do Estado cresce mais do que a inflação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, quero aqui fazer esta avaliação rápida em cima dos dados que tenho aqui. Quer dizer, enquanto o Orçamento do Estado cresce 10,7%, o crescimento da educação é de 9,1%. Quero dizer que sou Professor, e para mim é um orgulho...

O SR. LUCIANO BERNART – Sim! Para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - ...e quero deixar essa questão, essa avaliação dos números.

Passo a palavra à Secretária Adjunta Roberta Maria Amaral.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Deputado, o orçamento da educação, as fontes que financiam a educação nunca são suficientes. Há alguns anos elas não são suficientes, que são as fontes 120, 122, que ele discriminou ali. Todo ano o Estado tem que aportar a Fonte 100 para complementar. Então, sempre superamos os valores condicionais que são definidos para a educação.

No ano passado faltaram mais de R\$100.000.00,00 (cem milhões de reais) para a folha que aportamos da Fonte 100 e este ano, certamente, este ano digo 2017, teremos que aportar recursos da Fonte 100. Com isso o valor supera. O ano que vem será 26%. O valor superará esse percentual de 26%. Não colocamos no início, mas tem todo o levantamento. Geralmente, é na folha que fica faltando. Então, o Estado aporta recursos da Fonte 100, porque são despesas obrigatórias e não tem como deixarmos de cumprir.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra o Sr. Secretário Luciano Bernart.

Solicito ao Deputado Valdir Barranco assumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO VALDIR BARRANCO ASSUME A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS ÀS 10H36MIN.)

(PARTICIPANTE DA PLATEIA INDAGA O SR. SECRETÁRIO LUCIANO BERNART FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. LUCIANO BERNART - Já vamos para essa situação. Já falo sobre isso. Só um minutinho!

Sem nos esquecer do FUNDEB, que é a verba que vai para os municípios, também. Muitas vezes, essa verba não entra no cálculo, mas ela deve ser contabilizada.

Enfim, continuando, R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões) para a infraestrutura de escolas. Depois disso, temos a questão da gestão escolar. Aí estão os projetos, prêmios, revisão dos processos de gestão democrática – R\$90.000.000,00 (noventa milhões).

Ou seja, precisamos investir, efetivamente, na educação. Não é só na questão estrutural. Como eu disse, temos que investir em outros projetos que tragam desenvolvimento à parte pedagógica da educação. Por meio desses projetos, prêmios e a própria revisão dos processos... Como o Secretário Rogers disse aqui, muitas vezes, precisamos, em um momento de crise, pensar um pouco melhor nos processos para que aja uma redução dos custos e para que possamos ter uma eficiência maior. Essa é a ideia desses projetos.

Em relação aos prêmios, posso dizer, por exemplo, o encaminhamento daquela professora que foi convidada a participar de um Projeto da NASA, a Secretaria a auxiliou. E foi muito comentado, inclusive, nos jornais de âmbito nacional. É o Mato Grosso desenvolvendo essas situações.

Transporte escolar – R\$63.000.000,00 (sessenta e três milhões).

Hoje, o Estado paga parte da frota, parte do deslocamento dos seus alunos. Muitas vezes, ele faz isso diretamente e, outras vezes, faz por convênios com os municípios. Esse valor é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

essencial para pagar o diesel dos ônibus que levam os alunos. Muitas vezes, são alunos que moram em regiões distantes e demoram duas, três horas para chegar à escola. É um valor essencial a ser pago.

Alimentação escolar, também, é essencial. Infelizmente, temos conhecimento de vários casos que os alunos vão à escola para se alimentarem e aproveitam para prender. Ou seja, essa é uma realidade que existe no País todo e queremos mudar isso. A alimentação tem sido essencial, inclusive, como forma de chamariz para esses alunos para que haja uma educação efetiva.

Diversidades na Educação Básica: assessoramento das escolas estaduais com base nas avaliações internas e externas, produção de materiais didáticos, repasse às escolas para alunos especiais – R\$13.000.000,00. Eu creio que não há necessidade de esclarecimento.

Política estadual de formação continuada.

Temos que preparar os nossos professores. Então, há necessidade que os professores tenham uma formação continuada para que possam aprender e repassar aos alunos quais as novas tecnologias, as novas tendências, ou seja, de maneira geral, preparar melhor os professores.

Temos, ainda, a previsão da melhoria de gestão de pessoas com curso para a educação.

Este ano o Secretário Marrafon, em conjunto com o SINTEP e o Ministério Público, acordou que haveria concurso público para área de educação e temos previsão no Orçamento para que isso ocorra de R\$5.000.000,00 (cinco milhões).

Inclusive, em resposta à pergunta do colega que disse se a Lei Complementar 510 seria cumprida. Sim! Tem previsão para cumprimento da Lei Complementar 510.

Mobiliário e equipamento escolar, ou seja, não adianta fazermos escolas sem termos a mobília. Tem que ter carteiras e tudo mais. Então, tem um dinheiro destinado para isso de R\$5.000.000,00 que entra tudo na escola, muitas vezes, o quadro, armários, até geladeira para a sala dos professores. Toda essa questão do mobiliário entra, também.

Fortalecimento do Ensino Básico: adequação nos currículos, correção do fluxo, avaliação do ensino integral e apoio a projetos do Ensino Médio, ou seja, constantemente a parte pedagógica tem que estar sendo reavaliada para que possamos inovar dentro da educação. Tem dinheiro para isso, tem a previsão orçamentária para isso, também.

Implementação de ações e tecnologias na educação.

A ideia do Governo é deixar a educação mais próxima da tecnologia, que é a tendência mundial para que isso ocorra.

Então, há previsão orçamentária para que tenha também essa questão aproximação. Vários projetos têm sido feito, inclusive com grandes empresas, *Google*, *Microsoft*. Nós temos feito parcerias com eles para que haja essa aproximação em relação à parte tecnológica e o ensino possa ter essa evolução também.

Por fim, a articulação e consolidação das políticas públicas. São as parcerias com os municípios, trezentos e sessenta e cinco e um.

Existe uma parte na Educação, a parte da parceria na Educação é muito importante. Os municípios exercem uma parceria, um papel fundamental no auxílio da Educação estadual. Muitas vezes, eles nos ajudam com relação ao transporte, com relação a problemas que são mais pontuais. Muitas vezes, o município desenvolve esse papel e temos ali um valor orçamentário para isso.

Tudo isso aqui dá o valor de 382 milhões, que nós vimos lá.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO – INAUDÍVEL.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

O SR. LUCIANO BERNART - Neste *slide* aqui, não. Eu posso verificar isso depois. Mas eu não trouxe especificamente quanto é e quanto nós temos.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO – INAUDÍVEL.)

O SR. LUCIANO BERNART - *O.K.* Eu posso fornecer isso, sem problema algum.

Por fim, orçamento com o Pessoal.

Nós temos a previsão de pagamento de professores: 1 bilhão 271 milhões; o pagamento de servidores em funções administrativas, 522 milhões.

Importante ressaltar que essas funções administrativas englobam o Estado todo, CEFAPROs, assessoria, diretores, secretários, e não só apenas a sede. Então, são todos os servidores que se enquadram nas funções administrativas que englobam, por exemplo, diretores também.

Pagamento de inativos e pensionistas, 423 milhões que chega naquele montante de 2 milhões 227 mil.

O orçamento da Educação, portanto, chega ao valor total previsto.

Deputado Zé Carlos do Pátio, sobre os 50 milhões, eu digo ao senhor que precisaria de mais informações a respeito disso, eu não saberia responder por se tratar de uma questão pontual. Mas eu posso levantar isso e entregar para Vossa Excelência, efetivamente, depois.

O fato é que nós temos vários projetos para Rondonópolis. O Secretário Marco Aurélio Marrafon conversou com Vossa Excelência, apresentou os projetos e nós queremos muito melhorar a situação das escolas no Estado. Por isso nós fizemos esse esforço de direcionar esse valor de 150 milhões exatamente para fazer isso.

Cuiabá e Várzea Grande, por exemplo, nós já conseguimos. Temos uma previsão de aplicação de aplicação de 40 milhões para o ano que vem, dentre outras cidades de grande importância também. É lógico que daí vai ser outro valor para essas cidades, como, por exemplo: Rondonópolis, Tangará da Serra, Sinop e outras. Ou seja, nós fizemos um mapa para o ano que vem para a aplicação desses recursos de construção e forma de várias escolas.

Agora, inclusive, tivemos a publicação do edital da Escola Estadual Mário de Castro, que será uma nova escola que atenderá ao Bairro Pedra 90. Foi uma vitória essa publicação da Mário de Castro e esperamos que no meio do ano esteja com o projeto bem avançado, senão, já pronta a escola.

Dentre esse projeto da Mário de Castro, temos outras duas publicações também de novas escolas aqui, em Cuiabá, e já temos a previsão no início do ano de 2017 termos a publicação de editais de construção e renovação de pelo menos outras vinte escolas no Estado. Ou seja, nós conseguimos direcionar a Secretaria e fizemos um trabalho para construção e renovação de várias escolas e, concomitantemente, desenvolver a parte pedagógica também.

Deputado, Vossa Excelência gostaria de falar alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu só quero colocar que mostrei para o Secretário, eu vou dar um exemplo: a população de Rondonópolis está crescendo 2,2% ao ano, cresce mais do que a média de Mato Grosso e mais do que a média do País, e eu levei para o Secretário Marco Marrafon que entre a Escola Eunice e o último bairro que existe, que é a última escola, dá mais de quinze quilômetros, não tem uma escola estadual; e entre a Escola Carlos Pereira Barbosa até o Bairro Alfredo de Castro, que é o último bairro, do outro lado da cidade, deve ter uns 12 a 15 quilômetros também e não tem nenhuma escola estadual. E tem uma escola no centro da cidade que o teto dela caiu.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, a situação é muito crítica em Rondonópolis. E eu quero deixar essa observação, porque não é que faltou dinheiro, nós colocamos dinheiro. Eu e o Deputado Wilson Santos colocamos dinheiro para infraestrutura básica, mas nós não vimos lá na ponta.

Eu cheguei um dia no Departamento de Engenharia e perguntei como é que estavam os orçamentos das escolas, nenhum estava pronto. Por exemplo, uma escola como a Marechal Dutra, no centro de Rondonópolis, que foi fundada em 1954, está com o seu teto caído, vai começar as aulas, quer dizer, não tem nada ainda.

O SR. LUCIANO BERNART – Vossa Excelência sabe quando foi a última reforma dela?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Não...

O SR. LUCIANO BERNART – Eu acredito que ela não deve ter tido nenhuma reforma de lá para cá.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – O que eu quero colocar é que há uma necessidade de ser célere nessas questões, porque estamos passando uma fase difícil, algumas escolas em situações críticas.

Eu já mostrei isso ao Secretário e queria deixar registrado. Quer dizer, estamos ajudando muito e quero ajudar a educação.

O SR. LUCIANO BERNART - Certamente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Mas há uma necessidade de ter um retorno, quer dizer, olhar realmente o Estado.

Eu notei esses tempos, viajando o Estado todo, porque viajo o Estado todo, que as situações mais críticas que têm de escolas é Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Cáceres. É incrível a situação das escolas em Cáceres.

Então, eu queria só deixar esse registro. É para somar...

O SR. LUCIANO BERNART - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É para somar.

Mas, agradecemos e queria deixar essa observação e dizer do nosso empenho no sentido de melhorar o orçamento da educação e ver o resultado lá na ponta.

O SR. LUCIANO BERNART - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos.

O SR. LUCIANO BERNART - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Passo a palavra a Sr^a Roberta.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Só para complementar minha resposta, na audiência passada, que apresentamos grandes números do orçamento, a Receita total para 2017 em relação à LOA inicial 2016 está crescendo 11%, mas as receitas correntes, que são as que financiam mesmo as políticas, apenas 4%.

O orçamento da Educação está acima, o crescimento do orçamento da Educação está acima do crescimento das receitas correntes para o ano que vem. O aumento maior foi nas receitas de capital, que é...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Ela aumentou acima da média. Não é?

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - É. Operações de crédito, convênios com receita de capital, intra-orçamentária, que também está um valor maior. Intraorçamentária é a mesma receita que passa só de uma Secretaria para a outra.

A Receita Corrente mesmo é 4%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Está aqui, Deputado. Se o senhor quiser conferir, apresentamos na Audiência passada.

O SR. LUCIANO BERNART - Posso só finalizar?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Pode finalizar.

O SR. LUCIANO BERNART – Deputado, eu gostaria de agradecer a possibilidade de falar aqui no lugar do Secretário Marrafon, que não pôde vir, porque teve uma reunião de emergência no CONSED, que trata do ensino em tempo integral, que é o Conselho Nacional das Secretarias de Educação, em Brasília. Ele foi chamado urgentemente para essa reunião e estou representando-o aqui.

Gostaria de finalizar também, Deputado, dizendo que essa cobrança e essas indicações, observações que o senhor faz, são muito importantes. Agradecemos muito.

O interessante é que o senhor citou Várzea Grande, Cuiabá e Rondonópolis que são algumas das principais cidades do nosso Estado. Efetivamente, precisamos dar essa atenção para a questão estrutural das escolas.

Eu tenho certeza que em 2017 teremos muitas surpresas agradáveis em relação a essa melhora da estrutura das escolas.

Obrigado e um bom dia a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra a Sr^a Luceni Grassi de Oliveira, Assessora Técnica da Secretaria Estado de Saúde.

A SR^a LUCENI GRASSI DE OLIVEIRA - Bom dia!

Vou tentar ser bastante sucinta, até pela hora.

Pode passar, Marcelo.

O que nós vamos apresentar aqui tem a seguinte sequência: como já foi dito pelo Secretário, nós recebemos os tetos orçamentários, distribuídos pelas despesas obrigatórias, despesas essenciais e despesas com a política da unidade.

O que esse quadro nos mostra? Neste quadro de despesas obrigatórias está a folha de pagamento, por exemplo. Então, essa despesa, como o próprio nome diz, é obrigatória e temos que aporta o recurso que foi programado.

Despesas que o chefe da Pasta tem para trabalhar o ano, Política da Unidade, são estas.

As Despesas Essenciais são aquelas da Pasta para manutenção da Pasta, como o Secretário já disse, despesas como, por exemplo, transporte, água, luz e telefone. Uma vez recebido esse teto, nós distribuímos no orçamento.

Pode passar, Marcela.

Como está a programação para 2017 do Fundo Estadual de Saúde.

Nós colocamos aqui, diante do teto repassado, distribuímos os recursos e no quadro seguinte aquilo que seria o ideal.

Então, como já foi dito pelas duas outras Pastas que passaram aqui, quando estamos falando das despesas ou dos serviços públicos que foram ditos hoje, saúde, segurança e educação, fica bem fácil entender um princípio básico da economia. Temos um binômio que está posto aqui: de um lado as necessidades, que são ilimitadas e nunca conseguimos atender tudo; e, do outro lado, os recursos, e vocês vão perceber que os recursos estão escassos, bastante escassos.

Esses quadros estão mostrando essa escassez diante de uma necessidade que cada dia cresce mais. Inclusive, durante a elaboração da peça orçamentária, enquanto estávamos ajustando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

os tetos, as demandas estavam chegando e isso tem que ser colocado dentro daquele teto porque o teto é definido em cima de uma capacidade de financiamento do Estado.

Feito isso, temos o quê? Na mesma ordem, as despesas obrigatórias e destaca-se aqui dentro das despesas obrigatórias a Remuneração de Pessoal - essas são as ações padrões, padronizadas, que os Secretários já falaram e não vou gastar muito tempo explicando cada uma delas. Então, nós temos um rol, todas as Secretarias têm e nessas ações nós temos que colocar recursos porque são despesas obrigatórias, destacando a Folha de Pessoal.

Aqui nós já estamos nas ações elaboradas pela Secretaria para execução da política. Aqui atende a área-finalística e área-meio desta Secretaria.

Então, nós temos as ações e cabe destacar aqui o papel, as ações que têm um maior volume de recursos que impactam mais sobre esse teto que foi apresentado.

Uma dessas ações é esta ação aqui. Aqui estão os serviços.

Nós chamamos de Função Reguladora toda a parte de regulação de acesso aos serviços de regulação do Sistema Único de Saúde enquanto a Secretaria como órgão-gestor.

Nesse rol de ações, já falando da política, daquilo que preciso para executar os meus trabalhos lá na ponta, o acesso com a população, esta ação chama atenção porque aqui estará o aporte de recursos destinado à contratualização daqueles serviços que o Sistema Único não oferece por conta própria. Então, nós temos ali um aporte de recurso na LOA de 2017 de 167 milhões, lembrando que a Saúde tem a Fonte 134, que é de Recursos Vinculados, então os senhores podem perceber que tem um pouquinho a mais, porque tem uma diferença aqui, que é da Fonte 112, aquele aporte que vem do Governo Federal, que representa em torno de 18% a 20% do nosso orçamento.

O orçamento mesmo, o que é grande e robusto é a Fonte 134, que neste caso aqui deveria aportar 69 milhões e foi aportado 47 milhões.

As outras ações que cabem destacar são as ações que foram bastante discutidas pelos outros Secretários, e no setor saúde não foge, que é a infraestrutura, a condição das unidades de saúde, a estrutura física, a parte de tecnologia e a parte da estrutura física mesmo, paredes. Estão aqui. São essas ações aqui.

Aqui é a tecnologia, a infraestrutura física, a adequação dos estabelecimentos da saúde em todo o Estado, próprios ou não, como, por exemplo, um escritório regional e uma determinada unidade hospitalar do interior que não seja do Estado. Estão aqui nesta ação.

A outra ação ainda ligada à estrutura física é esta aqui, ação em que entra, por exemplo, construção do pronto-socorro, aquela contrapartida do Estado para o Município. Esses recursos estariam aqui. Então, essa é uma ação que se destaca em função do custeio das atividades de custeio; e a área de infraestrutura também teve um aporte um pouco menor.

Pode avançar, Marcelo.

Aqui estão todas as ações para atender as unidades da própria Secretaria, como por exemplo, quem não é da área da saúde que está aqui, o Hospital Adauto Botelho.

Onde está o recurso aportado para atender a saúde mental? Nessa ação aqui, atendimento especializado em saúde do CIAPS Adauto Botelho e o SAMU.

Então, a estrutura orçamentária da Secretaria abre para as unidades, essas são unidades próprias, as desconcentradas que falamos, o CERMAC, o CEOP, ação de atenção primária e o LACEN.

Essas são as ações para atender esses serviços, lembrando que o LACEN e o CERMAC, principalmente o LACEN e o Hemocentro, têm um aporte de recurso mais significativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

de fonte federal pela vinculação dos serviços. Então, parece aqui que da Fonte 134 é pouco, mas é porque a contrapartida maior está na 112.

Nesta parte de serviços vocês irão perceber que o destaque aqui a ação robusta, a ação com volume significativo de recursos e que impacta sobre o teto orçamentário, são nesse rol aqui, esta ação 2471 que é a atenção hospitalar, certo?

Então ela tem aporte de recursos da fonte 134, que é a maior e também tem um aporte significativo dos trezentos milhões da 112, grande parte é nesta ação aqui. Ela se destaca em termos de maior necessidade, foi aportado em 2017, 172 milhões.

Pode avançar Marcelo.

Aqui é a mesma coisa. Destacando o programa onde estão todas as ações para atender aos servidores, aquelas ações que impactam, que o atendimento chega ao cidadão. Estamos destacando as de maior impacto no orçamento.

É que não está em ordem da maior, as maiores, as mais importantes, mais relevantes. Estão em ordem numérica. Então temos aqui a ação também com os hospitais, ali atrás com atenção hospitalar de serviços contratualizados, ali entram os filantrópicos e aqui, os serviços da rede própria dos hospitais próprios.

Aqui, entra nesta ação, também destaca o volume de recursos porque aqui está... Os repasses significativos para serviços como as unidades, as UPAs para os Municípios, a contrapartida do Estado. Aquela parte da fonte própria que ele passa para os Municípios vai estar aqui. SAMU, repasse para o SAMU, repasse para as UPAs, para leitos de retaguardas.

Então estaria destacado nessa ação aqui. Os que estão em branco ali, é que ficaram dentro do teto, deu para fechar direitinho.

Pode passar Marcelo.

Aqui já são as ações do programa voltado para a gestão e aqui neste caso, o trabalho, a gestão do trabalho não é folha de pagamentos. Aqui são as ações das escolas, as ações da área de gestão de pessoas, certo? Seriam nesses programas aqui.

Aqui especificamente escola, aqui gestão do trabalho. Essas aqui, cabe destacar ali a farmácia, a atenção farmacêutica, a atenção farmacêutica também tem um aporte bastante, bem equilibrado das duas Fontes, tanto da 134, como da Fonte do Governo Federal.

E aqui, só destaquei por causa da necessidade, mas são valores que ficaram bem próximos do teto, valores não tão robustos como da área de assistência.

Bom, encerrando para deixarmos as discussões, o que nós percebemos? Lembra que eu falei lá na frente que a saúde... Está cortando ali no canto, mas só para nós termos uma ideia, se nós fossemos trabalhar com o cenário que temos e com cenário ideal, nós teríamos esse quadro aqui. Nós teríamos todas as fontes, somando as despesas obrigatórias, essenciais, e para os serviços nós teríamos essa necessidade de recursos, em torno, 2.3 bilhões de reais para atender, isso no cenário ideal, certo. No cenário que temos, o teto, a capacidade é essa, uns quinhentos e oitenta cinco que aquela primeira que eu mostrei para vocês, trezentos de recursos do Governo Federal, em torno de 20% do orçamento e 80%, 1.3 da fonte 134. Então, a diferença seria essa necessidade de seiscentos e dezessete.

Olhando para fonte 134, que cortou ali... Hoje se falasse qual a necessidade diante de um contexto ideal, 1.8 ou 1.9 aproximadamente, um bilhão e novecentos.

O que tem de teto? Um e trezentos, então temos uma diferença de quinhentos e sessenta milhões de reais, isso hoje sem mexer na receita, com receita fixada 1.2 representaria os 12%

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

que o mínimo de aplicação no setor saúde, se eu tivesse aplicação da diferença representaria um percentual em torno de 17%.

Está encerrando gente.

Bom, só quero fazer a seguinte consideração, para ir passando para o Secretário se ele quer contribuir aqui com as considerações. Porque nós colocamos esses dois cenários? Porque, o que levou a esses dois cenários?

Então, durante todo o processo de planejamento nós temos o que faz o teto passado diante desse cenário restritivo que todos conhecem e do outro lado temos um contexto, o perfil, a população envelhecendo. Nós temos aí índices elevados de mortalidade no Estado. Isso demanda...

Então, lembram do que eu falei no início? Nós temos uma necessidade que está muito além e, durante o momento do planejamento, pela manhã e à tarde já tinha outro cenário. Precisa-se de mais recursos e no dia seguinte mais ainda. Então, como a peça orçamentária tem que fechar, temos que ter um limite para fechá-la. Mas foi colocado dessa forma para percebermos a complexidade de se planejar e destinar recursos para o setor saúde e podem ter certeza que esses valores já tiveram mudança do momento que fechamos a peça para encaminhá-la à Secretaria de Planejamento até agora, porque enquanto estávamos fechando o Secretário estava recebendo as demandas, a Secretaria estava recebendo as demandas que teriam que ser atendidas.

Então, este é um dos contextos. Não podemos esquecer que isso muda todo momento.

Outra coisa é a questão que naqueles valores que foram colocados tem do orçamento, de um bilhão e quinhentos milhões, tem cinco milhões para investimentos. Então, não consideramos, porque temos uma situação que tem que bancar o custeio dos serviços e não sobra para investimentos. Temos que lembrar, também, que esse cenário posto no Estado requer pensar em investimentos.

Outra coisa, como já foi dito pelos outros Secretários e acho que isso será fala do Secretário, mas só para encerrarmos, diante de um cenário desse que eu tenho uma necessidade muito acima daquilo que eu tenho para financiar. Então, tem, também, um trabalho da equipe de gestores da Secretaria de Estado, depois os Secretários estão aí e vão tirar as dúvidas, no sentido daquela questão de gestão, no item gestão. Então, tem aquela essa preocupação, porque como equilibramos esse orçamento? Ou colocamos mais dinheiro ou resolvendo. Tudo precisa por mais dinheiro? Algumas coisas...

Aquele primeiro grupo de despesas obrigatórias e essenciais nós temos que melhorar, trabalhar no sentido de organizar os serviços, como já foi dito pelo Secretário, porque nós já temos ações efetivas no sentido de mapear esses serviços visando a minimizar, não acabar, porque nós não acabamos com isso, mas minimizar o impacto das demandas judiciais sobre o serviço, sobre o orçamento da saúde. Então, ações nesse sentido já estão sendo tomadas do ponto de vista da gestão.

Era isso, nós não podemos esquecer que a gestão tem que ser discutida bastante, porque nós temos um cenário, é um contexto restritivo tanto nacional como dentro do Estado e Municípios.

Era isso, Deputado, o que nós tínhamos para expor.

Passo a palavra ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Quero aqui dizer que a situação mais perigosa que há hoje é a do orçamento da saúde. Estou muito preocupado, o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Governador Pedro Taques não terá recurso para todo o ano de 2017, para a saúde. Eu acredito que o dinheiro da saúde, nós teremos recurso só até junho, porque a situação é grave.

Eu fiz um pedido para os meus colegas Deputados para nós alterarmos o art. 6º. Todo *superávit* orçamentário que o Estado tiver, 40%, inclusive tirei os 12% da saúde, que são obrigatórios, são para serem aplicados na saúde. Deu um *superávit*, aplicou os investimentos constitucionais para cada área, o que sobrar, 40% irão para a área da saúde. Eu estou preocupado, é grave o problema da saúde.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA INTERROMPE O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Não, todo apoio que nós tivermos com a saúde, nós o faremos.

Mas eu quero aqui dizer que eu já tenho apoio dos meus colegas Deputados, falei com a Secretária Adjunta de Planejamento, a Srª Roberta Maria Amaral de Castro, que está sensibilizada, como Relator do Orçamento, colocarei isso. Porque estou sentindo que o Secretário está em uma situação difícil e pela minha experiência que eu tenho de vida pública, são 35 anos de mandatos, eu acho que o Governador, se nós não resolvermos esse problema da saúde, ela fecha até a metade do ano que vem, fecha, a situação dela é grave, fecha as portas.

Então, quero aqui dizer que já falei com o Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Orçamento, já falei com o Planejamento e fiz um estudo aqui e os Municípios, não estou aqui fazendo defesa dos Municípios, não.

Você pega uma cidade igual Cáceres, a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que você tem que aplicar 15% em saúde, Cáceres hoje está aplicando mais de 30% em saúde.

Nesse último mês, o Prefeito de Rondonópolis aplicou em torno de 37% em saúde, mas a média de Rondonópolis está 27,9%, mas nesse último mês ele aplicou e chegou a isso. Cuiabá está aplicando 25,4%. Várzea Grande está na média de 23,3%. Sinop, 29%.

Olha, o nosso limite é 15% constitucional, estamos aplicando nos Municípios o dobro e o interessante é o seguinte: o Estado não sai do patamar dos 12%, a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o Estado tem que ter 12%.

Se você ver a trajetória histórica do Estado, ela não sai dos 12%. É 12,3%, 12,4%, 12,5%. Se você pegar desde o Governo de Blairo Maggi, o Governo de Silval Barbosa e agora do Governador Pedro Taques, ela não sai dos 12%. Por exemplo, em 2015, foram 12,79%.

Os Municípios se fossem aplicar a proporcionalidade do Estado, estaria com 15%, 16%. Os Municípios estão aplicando 30%, 29%, 31%, já estão no limite do limite e o Estado terá que olhar esse lado, porque realmente a situação da saúde é crítica.

Não estou pedindo para aumentar de 12% para 20%, não. Estamos pedindo para aumentar de 12% para 14%, para 13,5%, 14% para garantir a alta complexidade e a média complexidade, porque se não os hospitais regionais podem ficar comprometidos, os hospitais, as Santas Casas, porque a situação é crítica.

Agora, passarei a palavra ao Secretário de Saúde, que é o primeiro inscrito da mesa e farei um “pingue-pongue”, um da mesa e um inscrito da plateia. Então, passo a palavra ao Secretário João Batista Pereira, Secretário de Estado de Saúde.

Agradeço a eco... Desculpe-me Secretário, primeiro pedirei, é uma questão de encaminhamento pela Ordem, a Secretária Adjunta Roberta para usar da palavra.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Bom, só para fazer um fechamento aqui das apresentações, a SEPLAN é a coordenadora do processo de elaboração do orçamento, ela que entrega o orçamento para Assembleia Legislativa no prazo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

constitucional. Na Audiência Pública passada, nós apresentamos grandes números, grandes agregados, então para as pessoas aqui presentes conhecerem qual é a receita total, como que o recurso ia ser distribuído, o crescimento do orçamento, hoje nós queríamos privilegiar as áreas prioritárias, então nós fizemos questão de trazer os Secretários, às vezes representados pelos seus Adjuntos, para apresentar a programação das 03 áreas prioritárias.

A SEPLAN faz a estimativa da receita dentro dos metros econométricos e a fixação da despesa baseando-se principalmente no programa de gestão estratégicas do gasto, que nós já comentamos na semana passada. Mas, quem define a locação das políticas são as Secretarias e os Secretários têm essa prerrogativa.

A Secretaria de Educação está, um pouco, numa situação mais confortável pelo recurso que tem, mas já comentei aqui que nós sempre fazemos um aporte da Fonte 100 para complementar no final do ano, nós ficamos sempre acima do valor percentual constitucional, um pouco acima, não tanto, mas um pouco acima.

A Secretaria de Segurança teve prioridade desde o primeiro ano do atual do Governo. E a saúde, nós vemos que há mais problemas, como foi apresentando, falta bastante orçamento, mas já temos também experiência de relatos, de estudos de casos, de que não basta você aumentar o recurso se você não tiver uma boa gestão.

Então, o Secretário de Saúde, João Batista, falará, mas eles estão priorizando esse trabalho lá dentro, porque como já vimos, em outras épocas, acontecer problema com licitação, milhões de recursos desperdiçados em remédios vencidos, a questão da judicialização, quando ocorre a judicialização o preço da cirurgia é mais caro, o valor total é muito mais caro.

Então, se isso tudo fosse evitado, se isso fosse contornado, os recursos seriam mais bem administrados. Nós sabemos que há uma necessidade grande de saúde, nós vemos problema da saúde no Brasil como um todo, nas Prefeituras, nos Estados, nos Municípios. Nós sabemos que estamos longe de ter uma situação ideal, há a questão de que muitas pessoas que tinham plano de saúde particular migraram para o SUS com essa questão da crise que nós estamos vivendo. O atendimento aumentou muito, e os recursos não aumentaram tanto quanto o atendimento aumentou. Então, é uma situação grave que nós temos que debater, mas a SEPLAN, sempre que pode, privilegia os recursos para a saúde.

Este ano o excesso de arrecadação que nós tivemos por causa da repatriação dos recursos foi inteirinho para a Secretaria de Estado de Saúde. Além dos repasses que têm dos Municípios da saúde e da educação, a Fonte 100, líquida, foi toda para a saúde, que era para fazer repasse aos hospitais. Então a SEPLAN, dentro do possível, tenta passar essa parte de excesso de arrecadação para a saúde, mas nós vemos que, neste momento de escassez de recursos para todas as áreas, é importante um bom trabalho de gestão lá dentro. Acreditamos nesse Secretário e que essa equipe fará isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Secretária, eu só farei um adendo aqui.

Eu quero o seu apoio nessa Emenda, porque não queremos a saúde toda hora refém do Planejamento: “Falta dotação, falta dinheiro...” Não dá! O que estou vendo na saúde do Estado de Mato Grosso é que tem dia que parece que vai... Isso é ruim até para a imagem do Governador Pedro Taques. Vamos supor: “o dinheiro vem, não vem...” A saúde precisa ter mais segurança institucional. Então essa Emenda... O que estou falando é o correto, porque Vossa Excelência confirmou para nós que a situação mais grave do Estado hoje é a saúde. E na verdade, em cima da Receita Corrente Líquida, a saúde não cresce. Não cresce!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Eu sou Deputado desde a época do Governador Dante de Oliveira, do primeiro mandato do Governador Dante de Oliveira e a saúde não cresce, não passa dos 12%, 12,3%, 12,4%, 12,5%! Nunca ouvi dizer: “A saúde chegou a 14% ou a saúde chegou a 13,5%.” Então há uma necessidade de darmos um *plus* na saúde para sair dessa crise.

Eu quero aqui enaltecer o Governador Pedro Taques - não sou injusto -, porque ele colocou dez UTIs no Hospital Regional, no Governo dele, coisa que há anos ninguém fazia. E também colocou mais de trinta UTIs na Santa Casa de Rondonópolis e ele está bancando. Antes a cidade escolhia quem morria. Não vou negar! Ele investiu em saúde! Lá em Rondonópolis são 500.000 habitantes e são trinta Municípios no entorno. Então hoje nós temos UTI pediátrica, que não tinha, ele colocou; temos UTI neonatal, tinham só dez, têm vinte hoje; e temos UTI canguru, que nunca teve, hoje tem.

Portanto não estamos negando que houve investimento, que houve apoio, mas há uma necessidade de garantir isso.

Vamos supor, Vossa Excelência falou que houve uma crise de pagamento esses dias, mas que, graças ao recurso da repatriação, pode-se cobrir as dívidas. E se não viesse o recurso? Ficaria todo mundo dependendo de orçamento. Tem não tem, aquela ameaça todas.

E desculpe-me, mas eu concordo também que nós vivemos refêns de alguns setores. Lembro que Rondonópolis parou, daí as pessoas começam a morrer nos corredores dos hospitais, isso é uma angústia. Então há uma necessidade de priorizar isso. Estou falando com sentimento, reconhecendo que o Governo investiu, eu não quero ser injusto. Hoje tem as UTIs de Hemodinâmica, que é cardíaca, elas estão funcionando. O Governador está ajudando a bancar a alta complexidade. Hoje têm trinta UTIs na Santa Casa e mais dez na cidade. Tudo feito no Governo dele. Mas eu estou com medo de não ter dinheiro. É essa a minha preocupação.

Eu passo a palavra ao Secretário. Vossa Excelência me desculpe, Secretário, mas eu precisava falar. (PAUSA)

A Sr^a Roberta quer terminar sua fala. Desculpe-me. Achei que Vossa Excelência já tinha terminado.

Com a palavra, a Secretária Roberta Amaral.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Eu concordo plenamente com Vossa Excelência. O Governador realmente teve essa sensibilidade, aumentou muito o valor dos repasses para os hospitais e o número das UTIs. Ele dá a ordem e fala: “Não, eu vou aumentar! A saúde precisa!” E nós ficamos tentando arrumar o recurso. A nossa Fonte 100, que é a Fonte do Tesouro, que é de livre alocação está muito comprometida. Tem a questão do duodécimo dos Poderes, tem a questão da UNEMAT, da SECITEC. Então, o que sobra mesmo de discricionário é muito pouco.

Na LDO nós tentamos fazer algumas reduções para sobrar mais recurso na Fonte 100, mas não conseguimos.

Para terminar, eu quero falar da dificuldade que temos em ter essa livre alocação para priorizar a saúde. Agora, na Audiência Pública passada, um sindicato pediu para abirmos as despesas previdenciárias. Então prometemos que traríamos agora. Se Vossa Excelência me permitir, eu queria colocar aqui e chamar o técnico Ricardo Capistrano, Superintendente de Despesa e Receita, que vai nos explicar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Antes disso, quero passar a palavra ao Secretário de Estado de Saúde, porque estamos falando de saúde. Na sequência passarei a palavra ao Sr. Ricardo Capistrano, para que ele faça essa fala previdenciária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Quero dizer, Secretário, que a situação da saúde é grave, é muito grave. Sei que nós todos, como Deputados, várias vezes, vamos com a faca no pescoço pedir, desculpe-me a expressão, mas é porque a situação é crítica. Eu já ouvi ameaça do Hospital Regional parar, da Santa Casa parar. A Santa Casa parou. Parou duas vezes. Então não podemos ficar na inércia, é necessário o resultado. Quero colaborar porque sei que o Estado está numa situação grave. Sendo justo, o Governador melhorou a saúde lá em Rondonópolis, principalmente em relação à alta complexidade e às UTIs. Melhorou! Ele aumentou quarenta UTIs em Rondonópolis, na região sul.

Porém Vossas Excelências otimizaram o dinheiro, economizaram e não saem dos 12% de repasse para a saúde. Tem que chegar a 13%, 13,5%. Não é aceitável que o repasse para a saúde não chegue a 13,5%. Aumenta um pouco mais, como estamos aumentando para a educação, porque é prioridade.

Passo a palavra ao Sr. João Batista Pereira da Silva, Secretário de Estado de Saúde.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA - Minha saudação ao Deputado Zé Carlos do Pátio, Presidente desta mesa; ao Deputado Valdir Barranco; ao Deputado Zé Domingos Fraga, que por aqui passou; ao Deputado Dilmar Dal Bosco. Minha saudação aos colegas Secretários, senhoras e senhores, especialmente os colegas que fazem parte do Conselho Estadual de Saúde.

Conforme ouvimos a apresentação, realmente, a saúde sempre foi e continua sendo preocupante em nível de Brasil, de Estado e de Município. E acredito que por um bom tempo ainda continuará sendo preocupante.

Estamos vendo realmente uma migração para o Sistema Único de Saúde muito grande de pessoas que possuíam planos de saúde, e estão migrando em razão da dificuldade financeira que vivem.

Hoje, no Estado de Mato Grosso, 13% da população possui plano de saúde, o que significa que 77% da nossa população dependem, única e exclusivamente, do Sistema Único de Saúde. Isso realmente demonstra um pouco a grande necessidade que temos, por causa da escassez que vivemos dos recursos da saúde.

Outra questão é que, em razão do aumento de tecnologia, do aumento de serviços, em razão de novos serviços serem incorporados à saúde, tudo isso gera custos para a saúde, porque as tecnologias vão sendo implantadas, profissionais vão solicitando esse tipo de tecnologia para o tratamento de pacientes, o que também gera um aumento de despesa.

Queremos ressaltar, Deputado, conforme Vossa Excelência já mencionou, que o Governador Pedro Taques está sensível, sim, às questões de saúde. Logicamente, nós vivemos essa dificuldade financeira a nível nacional e o Estado, também, está relacionado nessa dificuldade, mas houve, sim, um investimento. Só no Governo Pedro Taques, em um ano e onze meses de atuação, já foram implantados 204 leitos novos leitos de UTI, isso tem gerado um aumento em torno de cem milhões de reais, um custo de cem milhões de reais para UTI, somente no Estado de Mato Grosso.

Também, em razão de uma determinação do Governador, nós tivemos no ano de 2016, o incremento de quase trinta milhões, mais de trinta milhões, na verdade, de recursos para a atenção básica aos municípios. Nós vemos que, em gestões passadas, houve o corte. Mas, houve por parte do Governador Pedro Taques a determinação dessa ampliação com a derrubada da lei, inclusive, com a parceria da própria Assembleia Legislativa, de fazer com que esses recursos voltassem para a atenção básica, melhorando, então, os índices nos municípios, que são os repasses aos municípios.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Nós temos “n” situações dentro da Secretaria de Saúde, nos hospitais regionais, nós temos, sim, essa dificuldade que tivemos este ano para o pagamento de custeio, principalmente, dos hospitais. Mas, graças a Deus, graças ao empenho do Governador, do Secretários, dos próprios Deputados, houve, sim, o repasse desses recursos que são advindos da repatriação, em torno de quase setenta milhões de reais, que vieram para a saúde este ano, que foi realmente um aporte muito significativo.

Nós temos logicamente - como a colega Roberta mencionou - planos dentro da Secretaria de Saúde de Estado juntamente com a nossa equipe para reotimizarmos os serviços. Conforme já mencionado - nós tivemos ao longo do tempo problemas de gestão e precisamos melhorar a nossa estrutura interna, os nossos serviços para reduzir custos e melhorar o atendimento e melhorar serviços... Conforme a própria colega referiu: problema de medicamentos vencidos, isso é um desperdício que houve em tempos passados; nós temos a questão do redimensionamento dos nossos hospitais regionais. Hoje, nós temos um valor disparitário entre os hospitais regionais, com os próprios hospitais aqui de Cuiabá, principalmente, os filantrópicos, que recebem recursos advindos que são repassados pela Secretaria de Estado de Saúde.

Nós precisamos reorganizar esses repasses. Nós temos alguns gargalos dentro da Secretaria de Estado de Saúde e precisamos otimizar realmente a questão da gestão para entrarmos neste orçamento. Logicamente, o quadro demonstrado mostra a nossa realidade e aquilo que nós gostaríamos realmente para a Saúde. Mas, cada percentual que é investido na saúde, logicamente, terá que ser retirado de alguma outra Secretaria que também tem trabalhos significativos.

Nós, dentro da Secretaria de Estado de Saúde, teremos esse valor de um bilhão e quinhentos milhões de reais para o ano de 2017. Nós pretendemos, sim, fazer uma reengenharia dentro dos trabalhos internos para melhorar a utilização desses repasses, mas, lógico, tudo depende também da situação conjuntural, porque à medida que nós não conseguimos executar alguns tipos de serviços, aumenta a judicialização - conforme a colega Secretária Roberta se referiu. Esse é um custo que nós não temos balizado propriamente. Nós temos um valor estimado, mas cada situação realmente é uma potencial utilização bem além dos recursos públicos em cada tipo de procedimento.

Então, nós precisaremos resolver, principalmente, na área cardíaca, oftalmológica, neurológica e traumatológica, situações emergenciais, novas contratualizações... Nós estamos fazendo novos chamamentos para resolver prioritariamente esses problemas, porque essas são as principais causas, além, logicamente, da farmácia que são as principais causas de judicializações.

Então, nós temos uma missão muito grande com a nossa equipe e lógico que pretendemos dar o resultado satisfatório para a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu só quero deixar essa proposta. É uma proposta histórica! Em 2010, o Estado aplicou da Receita Corrente Líquida, 12,26%; em 2011, 12,76%; em 2012, 12,57%; em 2013, 12,45%; em 2014, 13,12%, e foi o único ano que o Estado passou de 12%, foi no último ano do Governo Silval Barbosa; em 2015, 12,79%, olha a linha, se você pega uma projeção, há uma linha horizontal na aplicação da saúde. Você não vê... Quando o Deputado Wilson Santos e eu colocamos 0,5% no crescimento da educação, a linha está sendo essa...

E na saúde, é uma reta horizontal. Nos municípios, a aplicação da saúde está sendo uma reta oblíqua, para cima. Está havendo um crescimento oblíquo, para cima, nos municípios em saúde, porque o problema acontece lá no município e eles não têm mais oxigênio, os municípios não estão tendo oxigênio. E o problema é que está chegando a uma área difícil, que é a alta complexidade, município nenhum aguenta a alta complexidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Agora, eu sempre defendi o Governo Pedro Taques, porque é um Governo que vai cuidar de gente, e para cuidar de gente, tem que cuidar das UTIs, cuidar da alta complexidade. Então, para cuidar da alta complexidade, vai precisar investir mais em saúde, pelo menos é o que eu espero, por exemplo, em saúde e em educação, é no ser humano. Qual é o meu sonho, Sr. Secretário, Secretária de Planejamento? O meu sonho é que em 2020 - quando o IBGE fizer o levantamento - os nossos indicadores sociais passem alguns estados do sudeste, porque, hoje, os indicadores sociais nossos já estão empatados com Mato Grosso do Sul e nós encostamos em Minas Gerais e Goiás. Se investirmos em gente, nós vamos ultrapassar esses estados e seremos uma grande referência nacional, nós vamos passar aos estados da elite e ficar igual aos estados do sul e sudeste, a maioria dos estados do sudeste, mas precisamos investir, principalmente, na educação e na saúde.

Na saúde, quais são os indicadores? Longevidade, mortalidade infantil, materno infantil e mortalidade neonatal...

Na educação: índice de analfabetismo, média de escolaridade... E nós estamos com os nossos indicadores puxando para baixo, precisamos jogar para cima. É isso que é o meu sonho, mas para isso tem que priorizar um pouco mais a saúde.

Então, faço este pedido, Secretária Adjunta.

Eu falei com o Deputado Zé Domingos Fraga e quero reforçar com a senhora que coloquemos adendo à Emenda. Eu, por exemplo, não quero ir ver o Secretário de Saúde como da outra vez que fui lá e ele falou: “Olha, estou torcendo para sair o dinheiro da repatriação.”. Quer dizer, se não saísse? Viraria um caos.

Então, ele tem que ter um orçamento que ele tenha confiança de dizer: olha, eu tenho orçamento e vou pedir, porque tenho no orçamento. Ele não pode ficar esperando que caia do céu alguma coisa, que Deus ajude. Ele tem que ... Porque, senão, estou vendo que vai parar, vai parar a saúde. Acredito que ela sobreviverá até junho do ano que vem.

Esta é a minha sensação Sr^a Secretária Adjunta.

Eu vou passar a palavra para a Sr^a Roberta para fazer a apresentação e, depois, o próximo será alguém da plateia. O primeiro inscrito, é o Sr. Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Chamo aqui o Sr. Ricardo Capistrano, Superintendente de Despesa e Receita, para explicar a questão da receita, das despesas previdenciárias, como foi solicitado na Audiência Pública passada.

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Bom dia a todos!

Foram feitos na Audiência Pública passada questionamentos sobre o orçamento da seguridade social. Nós trazemos, hoje, um pouco mais detalhadamente, como é composto esse orçamento da seguridade acerca de suas despesas e receitas.

É importante enfatizar que o orçamento da seguridade está relacionado a três áreas fundamentais: saúde, previdência social e assistência social. Compõe a dotação, a despesa que está em vários órgãos da nossa...

Então, o orçamento da seguridade social que está distribuído em vários órgãos do Poder Executivo Estadual e, também, dos demais poderes, contempla gastos com: saúde, previdência social e assistência social.

O que trazemos aqui é um pouco mais do detalhamento desse orçamento.

Aqui temos o orçamento da seguridade e suas receitas. Ele está aqui, não está disponível, mas como estão compostas as receitas da seguridade social.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, temos um orçamento de receita corrente na seguridade que é de, aproximadamente, 1 bilhão e 100 milhões, sendo que desse valor, R\$700.000.000,00 (setecentos milhões) provêm da contribuição social do servidor público do Estado de Mato Grosso.

Então, são de 1 bilhão e 100 milhões as receitas correntes que custeiam os gastos com previdência social, saúde e assistência social.

A contribuição social do servidor. São R\$700.000.000,00 que estão previstos na LOA/2017. Temos, também, outras contribuições previdenciárias. Aqui está a parte patronal relativa à licença ou concessões que foram feitas no valor de R\$22.000.000,00 milhões. Temos receitas patrimoniais que são a aplicação dos recursos da Previdência, também, e demais receitas no valor de R\$21.000.000,00 milhões e algumas transferências correntes da União.

Conforme eu falei, o orçamento da seguridade contempla o orçamento que está disponibilizado à saúde. Nesse valor de R\$339.000.000,00 (trezentos e trinta e nove milhões) estão os repasses feitos pelo SUS, bem como o repasse feito pela União relativo ao pagamento dos inativos e pensionistas do Mato Grosso do Sul, que é um convênio antigo que, ainda, pagamos.

Além disso, temos outras receitas correntes, que é um valor referente a multas e indenizações do sistema previdenciário, e ao final temos as receitas de capital que é a transferência de capital do SUS prevista em R\$6.937.000,00 (seis milhões, novecentos e trinta e sete mil).

Além disso, temos o principal componente que está na receita intraorçamentária corrente, ou seja, essa receita basicamente é composta pela contribuição patronal do Estado de Mato Grosso.

Então, temos previstos na LOA 1 bilhão 418 milhões da contribuição patronal para pagamento, principalmente, da previdência social e temos a cobertura do déficit previdenciário que está previsto em R\$864.000.000,00 (oitocentos e sessenta e quatro milhões) no ano de 2017. Esses recursos provêm do orçamento fiscal das unidades para que possa ser feito o pagamento da previdência social dos servidores.

Além disso, temos uma transferência adicional de, aproximadamente, 2 bilhões 337 milhões para cobertura dos demais itens que compõem o orçamento da seguridade social.

Sob a ótica da despesa - por favor, se puder só fazer a adequação -, como está distribuída a despesa do orçamento da seguridade? Temos itens que compõem, basicamente, três grupos de despesa: a despesa de pessoal e encargos sociais, os investimentos e outras despesas correntes. No caso do pessoal e encargos sociais, temos uma previsão de aproximadamente 4 bilhões, 621 milhões, sendo que desse valor 3 bilhões 951 milhões são para pagamento da Previdência. O restante é basicamente do pagamento que é feito aos servidores ativos da Secretaria de Saúde.

Temos, também, outras despesas correntes no valor de 1 bilhão 41 milhões, sendo que sua concentração majoritária está na Secretaria de Saúde. E temos, também, os investimentos de R\$63.000.000,00 (sessenta três milhões).

Por unidade orçamentária, o MT Prev, que é onde nós temos o pagamento mais expressivo da Previdência Social, temos 2 bilhões 837 milhões e o orçamento do Fundo Estadual da Secretaria de Saúde, totalizando 1 bilhão 585 milhões. As demais Secretarias ferem-se ao pagamento do repasse para inativos e pensionistas do Estado de Mato Grosso e cada Secretaria tem aporte dentro do seu orçamento, totalizando o final 5 bilhões 726 milhões, que é o orçamento da seguridade para o Estado de Mato Grosso para 2017.

Se tiver mais algumas dúvidas, algum esclarecimento, eu estou à disposição para fazê-lo, de acordo com a necessidade de vocês.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO QUESTIONA O SR. RICARDO CAPISTRANO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. RICARDO CAPISTRANO – Isso!

O que o Deputado está perguntando: “2 bilhões 837 milhões saem do MT Prev? Aí está a parte patronal, cobertura do déficit e, também, aquilo que é contribuição social dos servidores do Estado. O restante sai das demais secretarias para que possa, depois, custear o montante: 3 bilhões 951 milhões que é o gasto da previdência social para 2017 no Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Já terminou?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA QUESTIONA O SR. RICARDO CAPISTRANO FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. RICARDO CAPISTRANO - O que entra em outras despesas correntes? Tudo o que envolve pagamento de manutenção de serviços primordialmente na área de saúde e, também, do MT Saúde entra nessa despesa. Então, serviços, materiais de consumo. Todo esse gasto entra em Outras Despesas Correntes, que é a chamada ODC.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA QUESTIONA O SR. RICARDO CAPISTRANO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. RICARDO CAPISTRANO - Da receita? Eu não tenho esse dado aqui especificamente.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA QUESTIONA O SR. RICARDO CAPISTRANO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. RICARDO CAPISTRANO – O.K! Não!

O que eu afirmo é: a ODC...

O Orçamento de Seguridade Social envolve, saúde, previdência social e assistência social. O valor que está ali, também, tem as receitas que são vinculadas à área de saúde primordialmente. Então, a receita tributária que tem vinculação automática para a área de saúde está ali. Ela não é propriamente da receita previdenciária. Então, a contribuição social que nós, servidores, aportamos é basicamente para custear a Previdência Social. A ODC é custeada com outras fontes de financiamento provenientes do orçamento fiscal, especificamente no caso o repasse constitucional que é feito para a área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde. (PALMAS)

O SR. OSCARLINO ALVES - Sr. Presidente, primeiramente, eu quero quebrar o protocolo, porque percebi que teve até componentes da mesa que não saudaram esta grande plateia de servidores públicos do Estado de Mato Grosso presentes e reportar-me aqui, ao vivo, por meio da TV Assembleia Legislativa à população mato-grossense que nos assiste.

Estamos aqui, nós servidores públicos que carregamos este Estado nas costas, presenciando as apresentações em Audiências Públicas da Lei Orçamentária Anual, porque é aqui que é apresentado e decidido, antes da votação, o futuro dos senhores. E já percebemos que os senhores, até pelos números apresentados, cidadãos mato-grossenses continuarão morrendo nos corredores dos hospitais pela falta de comprometimento e pela falta de responsabilidade das autoridades aqui no Estado de Mato Grosso.

Se o orçamento da saúde abre com um *déficit* orçamentário apresentado em uma necessidade de 600 milhões de reais de aporte de necessidade, é porque os senhores serão tratados dessa forma. Os senhores continuarão morrendo nas filas dos hospitais, dos ambulatórios, nos atendimentos, morrendo em casa pela omissão das autoridades públicas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Neste momento, eu cumprimento a composição da mesa na presença do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Nós tivemos a felicidade da eleição do Deputado, mas vai deixar a Casa e gostaríamos, inclusive, de pedir que Vossa Excelência faça um compromisso com o seu substituto aqui de auxiliar os trabalhadores, os servidores públicos do Estado de Mato Grosso nessa luta intermitente por melhores condições, por dias melhores, melhores condições de trabalho; que sejam reconhecidos os nossos direitos funcionais e trabalhistas, porque os nossos senhores Parlamentares que elegemos para ficar lá no Parlamento Federal e aqui no Parlamento Estadual têm feito políticas contra os trabalhadores, os servidores públicos.

Nós temos pacotes de maldades sendo moldados e votados tanto no Congresso Nacional como nesta Casa de Leis, e nós precisamos dialogar mais, conversar.

E agora falando da questão das Audiências Públicas, nós podemos falar com um pouquinho de propriedade, porque temos acompanhado todas as Audiências Públicas que são feitas na Casa, prestação de contas do Governo, prestação de contas das pastas, principalmente a minha, que venho aqui enquanto Conselheiro Estadual de Saúde, na prestação de contas da saúde, a metodologia está um pouco equivocada.

Eu não sei qual é a dificuldade, Deputado, que o Parlamento teve se tem até o dia 30 de maio para receber o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E depois, posteriormente a isso, historicamente nós tivemos uma discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para poder votar. E essa Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as metas fiscais e com toda perspectiva e estimativa da receita de um ano para o outro, essa é a bússola, essa é a luz para a Lei Orçamentária Anual, para o Projeto da Lei Orçamentária Anual.

As duas Audiências Públicas do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias aconteceram só em outubro. O Parlamento, no passado, com toda roubalheira que aconteceu no Estado de Mato Grosso, que estão todos presos pagando pelas situações mal feitas que foram feitas, o Parlamento fazia o convite para a sociedade vir discutir.

Hoje, senhores cidadãos mato-grossenses, que estão discutindo aqui, defendendo os seus interesses, porque somos cidadãos antes de ser servidores públicos, somos nós servidores públicos.

A população, a sociedade civil organizada não está aqui presente; não estão presentes representantes de outros Conselhos, não sei se tem representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público Estadual aqui; da Assembleia Legislativa tem Vossa Excelência. Enquanto tem vinte e quatro Deputados Estaduais só tem Vossa Excelência e o Deputado Valdir Barranco presentes na mesa discutindo a Lei Orçamentária.

Então, dos vinte e quatro, dois Deputados discutindo a questão; a Defensoria Pública... Nós não vemos os Secretários presentes na mesa para fazer essa discussão.

Deputado, uma observação: o Governo, através da Secretaria de Planejamento, lançou esta cartilha para que fosse minimizado esse problema de chegar os números à sociedade, porque o Estado projeta um Produto Interno Bruto, as riquezas que são produzidas no nosso Estado, na ordem de 105 bilhões que são produzidos internamente no Estado de Mato Grosso.

A estimativa da receita, que se precisa gastar para poder pagar o custeio da máquina pública, 18 bilhões e 400 milhões bruto. Já há um erro grotesco.

Se discutirmos o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias em outubro, chegou novembro, início de dezembro, o orçamento de 17 bilhões e meio já pulou para 18 bilhões e 400 milhões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Olha só! Se a Lei de Diretrizes Orçamentárias das Diretrizes para a Lei Orçamentária, como é que já houve uma disparidade de quase 1 bilhão de reais de diferença em questão de um mês e pouco? Então, não é questão de seis meses. Não mudou tanto a situação fiscal do Estado para ter um erro nesse sentido.

O que nós vimos aqui: valor das despesas por área de atuação. Os números aqui são dispares. Então, como não foi apresentado o quadro de gastos com os Poderes, e ele é essencial para a discussão, e as outras pastas que são importantíssimas, como o Meio Ambiente, como a área de fiscalização, como a área meio, como todas as áreas aqui são importantes, também, quanto Saúde, Educação, Segurança Pública, não foi falado aqui.

Então, nós temos um erro na metodologia que foi apresentada aqui, porque estamos trabalhando parcialmente aqui a discussão do Projeto da Lei Orçamentária Anual.

Olha só, aqui estamos falando que no ano de 2017 a Assembleia Legislativa vai gastar 781 milhões de reais. Na apresentação da LDO, que foi apresentada há um mês e pouco, o número já é dispare.

Olha só a diferença, para nós aqui, porque ficamos atentos aos números, à evolução dos números, como é que no mês passado, aqui na apresentação da PLDO falaram que iam gastar: o Legislativo, que entendemos que é o Tribunal de Contas do Estado junto com a Assembleia Legislativa, 677 milhões. No material do Governo, que vai ser aprovada a Lei Orçamentária Anual, 781 milhões. Só que dá uma diferença de 100 milhões de reais de um instrumento para o outro.

A mesma coisa, o Judiciário. Aqui o Judiciário na PLDO fala que vai gastar com a Receita Corrente Líquida mais o FETHAB 839 milhões. Aqui no instrumento do Governo, que é oficial, 1 bilhão 272 milhões, dá uma diferença de quase 500 milhões de reais que vão ser transferidos para o Tribunal de Justiça.

A mesma coisa do Ministério Público, Defensoria e outras situações, dão uma diferença de 330 milhões que vão ser gastos no ano de 2017 e no material do governo 487 milhões.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Espera um minuto, Sr. Oscarlino.

Pelo que estou notando aqui, os documentos que eu tenho, para a Assembleia no ano passado a peça orçamentária foi de 429 milhões e este ano mantém os 429 milhões para a Assembleia Legislativa.

Estou com a peça aqui, que é o documento...

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Então, o material do governo está errado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - A Assembleia Legislativa no ano passado foi o Poder - a Geni, que todo mundo fala mal, mas eu defendo a minha instituição - que menos recebeu aumento de orçamento. A maioria dos Poderes aumentou.

Este ano, além de o ano passado ter sido o Poder que menos recebeu, menos do que a inflação, este ano está zerado seu aumento orçamentário.

Quando o senhor fala esse valor, o senhor está incluindo o Tribunal de Contas, que é outra instituição, que está com 350 milhões.

Então, quero aqui dizer que o orçamento da Assembleia Legislativa de Mato Grosso é de 429 milhões de reais. Mantém o mesmo orçamento do ano passado.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Posso fazer uma conclusão?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu só estou te passando porque eu tenho um carinho muito especial pela luta dos trabalhadores, pelos sindicatos, inclusive o senhor falou que não citei, mas eu citei todos os sindicatos aqui quando abri esta Audiência Pública.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Eu falei algumas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Então, está bem. Eu tenho um carinho muito especial.

A Assembleia Legislativa teve aumento de 0% do ano passado para este ano na peça orçamentária e o Tribunal de Contas, o orçamento dele, foi de 350 milhões.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Deputado, eu não estou discordando do número do senhor.

O que estou cobrando aqui é que, na verdade, temos uma apresentação da LDO, inclusive o senhor não estava presente, temos uma apresentação aqui, tem um número que nos foi apresentado e no encarte consolidado do Governo tem outra apresentação.

O que nós queremos discutir aqui é que nós queremos mais transparência, porque nós viemos aqui enquanto cidadãos e temos direitos funcionais que serão esmagados se não apresentarmos e não tivermos maturidade para discutir nesta Casa.

Primeiro, o cidadão mato-grossense já está penalizado. Estamos vendo que o orçamento da saúde, o que será aplicado de recursos, eu não preciso nem falar mais, inventar roda, se tem um déficit de 600 milhões, o nosso Secretário esta lá pelejando, não tem autonomia orçamentária, o governo joga o dinheiro da saúde inteiro na conta única, inconstitucionalmente, porque nós temos o Fundo Estadual de Saúde, que era para estar sendo administrado pelo nosso Secretário, com autonomia, com a Secretaria de Saúde blindada para poder fazer as reforças que precisam ser feitas e não são feitas.

Eu vi aqui apresentação, por exemplo, da saúde com dinheiro insuficiente para reformar as unidades de saúde.

Então, eu gostaria que apresentasse aqui o quadro...

O que percebemos em 2016, senhoras e senhores? Percebemos que na hora de apresentar a LDO nós tivemos um número, tivemos número próximo dos 17,2% para os Poderes de repasse do duodécimo - vejam só! -, da receita corrente líquida. O esforço da arrecadação tem que repassar 17,2% líquido de tudo que se arrecada, inclusive de todas as receitas. Até as transferências constitucionais participam como base de cálculo para repassar dinheiro para os Poderes.

O que nós vimos na hora em que foi votada a Lei Orçamentária Anual é que esse número de 17,02% pulou para 20%. E nós estamos falando de redução aos Poderes e todo mundo entrar nessa partilha da conta.

O que nós ouvimos falar agora no final do ano é que na Assembleia Legislativa, com muita responsabilidade e economia, sobrou dinheiro no caixa o que permitiu comprar ambulância para saúde. Então, tem coisa errada desde princípio. A metodologia de cálculo está errada.

Outra coisa que não foi falada para a sociedade saber é que nós tivemos uma previsão de renúncia fiscal do Estado na ordem de 01 bilhão e 061 milhões na LDO e o Estado, para fazer os ajustes, fez um REFIS, pulou para 01 bilhão e 700 milhões no final do ano e nós já projetamos quase 2 bilhões e 500 milhões de renúncia fiscal, falando que na saúde pública tem um déficit de 600 milhões.

Tem alguma coisa errada. Nós precisamos sentar os entes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

O agronegócio, o Sindicato da APROSOJA e da FAMATO dizem que não aceitam taxar o agronegócio. Mas está precisando todos os entes... Assim como Mato Grosso do Sul avançou, Mato Grosso precisa avançar, precisa ter receita extra, dinheiro, e ter condições de monitorar, fiscalizar a aplicação desses recursos, porque o que está faltando é monitoramento, é fiscalização e sistemas de controle.

A saúde não tem um sistema de gestão de custo. Como é que nós vamos falar em eficiência de gastos?

O Secretário de Planejamento preconiza que nós somos incompetentes, que agora é o momento de se falar em eficiência de gastos.

Como é que nós vamos falar em eficiência de gastos, se nós não sabemos quanto que custa um lápis dentro das unidades públicas hoje?

Na verdade, está se gastando a rodo em todas as pastas. Nós precisamos gerenciar verdadeiramente a situação, entrar na era do gerenciamento, não do patrimonialista burocrático que ainda vivemos no Estado e sermos transparentes.

Queremos saber os recursos para os Poderes, renúncia fiscal e, dentro dos orçamentos das pastas, saber se estão previstos progressões funcionais e da nossa RGA, que é nosso direito. Queremos saber isso aqui também. (PALMAS)

Queremos saber dos direitos da sociedade, que tem o direito de ser socorrida, de ser bem atendida com dignidade e qualidade dentro das unidades públicas de saúde, educação e segurança pública, que não foi dito aqui com propriedade, porque foi um ensaio.

O Secretário de Segurança Pública apresentou os números de 2017 de forma global; veio o Secretário-Adjunto Executivo de Educação e deu uma evoluída, mostrou um gráfico, foi legal; veio a Saúde e quase chegou lá.

Mas não sabemos como foram os gastos. Na verdade, tinha que ter duas colunas: como foi gasto 2016, como está Projetado 2017 e como vamos fazer, juntos, para superar os indicadores de performance. (PALMAS)

Há poucos dias teve reunião ordinária do Conselho Estadual - ainda sou Conselheiro Estadual - e os números são alarmantes, só pioram! Só pioram! Doenças recorrentes do passado estão afligindo a nossa população.

Deputado, Vossa Excelência precisa visitar as unidades de saúde, inclusive em Rondonópolis, para ver a lástima que são os hospitais públicos. A população humana, pessoas que contribuem também para ajudar inclusive a pagar nosso salário, depositadas nos corredores e a coisa não funciona bem.

A OSS está fazendo nova chantagem de que vai entregar. O modelo não deu certo. Já vai devolver de novo para o Estado.

E está aqui: quatorze anos sem concurso público na saúde!
(O ORADOR SE VIRA DE COSTAS PARA MOSTRAR O QUE ESTÁ ESTAMPADO NA CAMISETA QUE USA – PALMAS.)

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Como vamos superar?

Não vimos previsão de concurso público na saúde e hoje estamos vulneráveis e refêns das organizações sociais dentro das unidades.

Como vamos contratar novos médicos, enfermeiros, técnicos, nutricionistas, fisioterapeutas? As nossas cozinheiras que trabalham no setor de nutrição dos quatro hospitais regionais estão morrendo com doenças ocupacionais, mexendo com colherzinhas. As pessoas não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

têm faca para cortar a carne para alimentar a população dentro dos hospitais, tampouco os servidores públicos. A qualidade da alimentação caiu.

Precisamos sentar os entes agora e todos contribuírem com esse percentual, essa responsabilidade. É isso que queremos.

Faço a sugestão de que nos sejam apresentados esses números da renúncia fiscal, a evolução da renúncia fiscal, por que da renúncia fiscal, quem são os contemplados com a renúncia fiscal, porque não sabemos quem são os contemplados com a renúncia fiscal, porque nós não sabemos quem são os contemplados, se é a indústria “a”, “b” ou “c”, quem é o empresário.

Gente, parece que estarmos aqui dentro da Assembleia Legislativa, lutando pelos nossos direitos, é crime. Mas crime de responsabilidade para fazer caixa dois para pagar campanha, (PALMAS) isso parece que não é crime! O que nós queremos é justiça. E nós, trabalhadores, estamos sendo injustiçados. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Nós fizemos uma CPI em que nós investigamos todas as empresas envolvidas em incentivos fiscais de Mato Grosso, as grandes empresas do Estado. Amanhã nós vamos apresentar o relatório para a sociedade e para toda a imprensa.

Eu quero convidar o Sindicato para participar dessa aparição, realmente nós vamos apresentar um relatório de quase dois bilhões, dois bi, dois bilhões de renúncia fiscal. É lógico, eu vou ser bem honesto, eu tentei essa CPI, em 2007, e não consegui, eu consegui no Governo Pedro Taques, com a Bancada, com apoio de todos.

Eu quero dizer que as leis dos incentivos diminuíram muito. Por exemplo: incentivo para transportadora acabou; incentivo para o comércio varejista acabou. Propusemos ao Governador a respeito do valor da agregação de valores da produção.

Houve avanços, nós vamos mostrar, inclusive tem relação das empresas, relação de quem realmente sonogou os impostos, mesmo com incentivo. Eu acho que foi um avanço para a democracia e para a sociedade esta CPI.

O Estado, depois dessa CPI, não é mais o mesmo. Para vocês terem uma ideia, só a JBS devolveu trezentos e setenta milhões e agora nós descobrimos mais duzentos e trinta e quatro milhões que vai exigir a devolução.

Então, as coisas estão avançando e eu quero convidá-los para a apresentação do relatório da CPI.

Com a palavra, para fazer uma observação, a Secretária Roberta.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Oscarlino, o senhor tem razão quando fala que os números estão diferentes da LDO em relação à LOA. Nós fazemos a previsão da LDO em fevereiro. Em fevereiro começamos a fazer a estimativa da receita, das despesas como vão se comportar. A LOA nós entregamos em setembro. Então, tem um prazo grande entre esses dois eventos, mesmo que a LDO não tivesse sido apresentada, nós temos um prazo constitucional, nós temos que entregar a LDO, não podemos esperar ela ser aprovada como não foi até agora. Na LDO, nós propusemos uma redução de 15% do duodécimo dos Poderes, que é o valor que está lá, cerca de trezentos milhões, isso foi o que os técnicos... Vou aqui deixar claro que sou servidora de carreira, toda a minha equipe é servidora de carreira, nós fazemos todo esforço para fazer a lei orçamentária, a peça orçamentária da melhor forma possível tecnicamente.

Então, nós fizemos essa proposta de redução de quinze 15% do duodécimo que dava em volta dos trezentos milhões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Essa proposta não foi aceita. Nós discutimos longamente com todos os Poderes, primeiro com os técnicos, depois com os presidentes dos Poderes, e aí teve uma negociação todo esse período dos Secretários, com o Governador, com os Presidentes dos Poderes e chegaram à conclusão que o mais correto seria congelar o duodécimo. O 17,02% é o que está hoje e o que está proposto na LOA para o ano que vem, não subiu para vinte, nós estávamos tentando reduzir os dezessete, o vinte é que você está somando as receitas próprias dos Poderes.

Então, por exemplo, o Tribunal de Justiça tem FUNAJURIS; o Ministério Público tem FUNAMP. Então, 17,02% é só em relação ao duodécimo. É a Fonte 100 que nós passamos para ele.

Este ano de 2016 o valor é dois cento e oitenta e três, que o tesouro de Fonte 100 passa para os Poderes, e para o ano que vem nós estamos congelando nesse mesmo valor dois cento e oitenta e três.

O ideal realmente seria que reduzisse, nós estávamos tentando congelar no mesmo nível de 2015, mas infelizmente não foi possível, de repente aqui dentro pode chegar a essa conclusão, uma discussão aqui dentro com os Deputados, com vocês e apresentar um novo valor.

Então, mesmo que a LDO não tenha sido apresentado, nós tivemos que apresentar a LOA.

Em relação à renúncia eu não quero responder, porque é da Secretaria de Fazenda, a única coisa que eu posso falar e cabe a nós, porque nós apresentamos o Projeto de Lei com substitutivo da renúncia fiscal e o que foi nos apresentado pela equipe da SEFAZ, pelo Ormond, é que teve uma nova metodologia de apresentar essa renúncia.

Então, valores que antigamente não eram apresentados no orçamento e agora estão sendo mostrados. Então, teve um aumento da transparência, mas o detalhamento da renúncia eu vou levar para o Secretário Gustavo, eu vou pedir para ele mandar para vocês, porque não é da minha competência. O que mais que você falou? A evolução do duodécimo, a renúncia. Ah! A questão do orçamento se está dentro, se tem as progressões.

O crescimento vegetativo da folha é de ordem de 3% ao ano. São as progressões, são as promoções, ele está contido no orçamento de 2017. A RGA 2016 está totalmente contida e pode ser que não caiba a RGA de 2017, mas aí é o seguinte, uma observação que eu faço: a questão de colocarmos, falar que nós previmos a RGA dentro do orçamento como na LDO ele já estava uma margem de expansão maior, isso aí não garante o pagamento. O que garante o pagamento? Pela lei da RGA, nós temos que estar dentro do índice do percentual do comprometimento do pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal. E segundo, ter o recurso financeiro para isso.

Então, mesmo que ele não esteja lá a RGA será paga na despesa de pessoal, despesa de pessoal está lá, eu tenho a ação para isso. Então, isso não compromete o pagamento. Se tiver uma decisão de pagamento ele pode ser pago simplesmente. O que nós estamos aguardando? O orçamento é uma estimativa, o orçamento se realiza durante o ano. O que nós estamos aguardando? Tem uma proposta do Governo Federal de renegociação das dívidas, nós não sabemos se para ter essa moratória de três anos que os Estados estão pedindo, nós não sabemos quais serão as condições, ainda hoje está em votação na Câmara, nós não sabemos se nós teremos que congelar as progressões, se teremos que congelar a RGA. Então, nós ainda não sabemos as condições que teremos que atender.

A proposta dos estados é o quê? Que façamos outras medidas que não precise de congelamento de RGA e de progressões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Então, outras medidas de contenção, diminuir o custeio, a parte administrativa, fazer uma reforma administrativa. Então, os Estados estão apresentando isso em contrapartida, mas nós não sabemos como será. Para termos um valor real que será de despesa de pessoal, nós precisamos saber quais essas condições. Se pudermos manter as progressões, as progressões estão lá, se nós pudermos manter a RGA de 2016 que já está em lei e que já foi acertada, ele já está lá. Em 2017, se for um valor menor falta pouca coisa e dá para colocar.

Então, é isso que estou falando. Nós temos uma margem, mas não está discriminado o quê. Isso, assim, será no desenrolar do orçamento, mas está prevista a despesa de pessoal. Se tiver um acordo, se tiver um consenso é só fazer o pagamento.

Eu acho que era só isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Eu passo a palavra... Passe o microfone para ele de lá mesmo. Alguém tem um microfone? Você está inscrito, eu vou passar para você na sua inscrição certo, professor?

Eu quero pedir para todos... assim... vamos ser... estou tranquilo, mas que todos tenham calma, porque conduziremos isso na maior democracia possível.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Secretária, foi até oportuno a senhora se pronunciar, até com bastante elegância, com relação aos 710 milhões, que estão lá previstos na margem de expansão. Acreditamos que deve haver uma memória de cálculo para chegar a um valor de 710 milhões.

Gostaria que a senhora falasse também qual o impacto da folha do Poder Executivo, já que o Governador quer pagar o nosso salário no dia 10 e nesse dia ele pagará 11 folhas no exercício fiscal de 2016, ou seja, praticamente estaríamos nos enquadrando na Lei de Responsabilidade Fiscal, nos 49%, já que são mensurados para a apuração desses índices de 49% apurando os últimos 12 meses, empurrando a folha de pagamento do mês de dezembro para 10 de janeiro teríamos algo em torno de 700 milhões a menos pagos com o orçamento fiscal de 2016. (PALMAS)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Uma coisa é certa, em dezembro temos que atender o limite, temos que estar dentro do limite, porque foi o comprometimento, o plano de providência que fizemos junto ao Tribunal de Contas e não tem como não estarmos dentro dos 49% em dezembro, porque sofreremos muito mais represálias.

A folha de pagamento, a despesa é no mês de competência. Estou pagando, o financeiro está saindo em janeiro, digamos da folha de dezembro, mas a folha, a competência dela é de dezembro, ela é registrada em dezembro. Então, é empenhada e liquidada dentro do mês de dezembro. É só o pagamento que sai em janeiro, o financeiro. Isso não mudará o nosso percentual.

Agora, há outras medidas, a Secretaria de Gestão, a Controladoria Geral estão se empenhando para em dezembro chegarmos ao 49%, porque isso é condição *sine qua non*, nós temos que está... em dezembro.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. Gilmar Antônio Brunetto, Presidente do SINTERP e Coordenador das Relações Institucionais do FASER. (PALMAS)

O SR. GILMAR ANTÔNIO BRUNETTO - Agradeço ao Deputado Zé Carlos do Pátio por essa oportunidade e parabenizá-lo pela grande vitória junto a Rondonópolis, esperamos que lá Vossa Excelência faça diferente; também ao Deputado Valdir Barranco; às demais autoridades da mesa; e cumprimento aqui os servidores públicos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

A agricultura familiar e a agricultura empresarial é que sustentam o Estado de Mato Grosso, se essas duas atividades não forem bem, faltará dinheiro para a polícia, para a segurança, para a saúde e para todos.

Infelizmente, a agricultura familiar nesse Estado não está tendo o devido tratamento. A EMPAER - MT, que atua em 141 Municípios, precisaria de um orçamento de 11,5 milhões para custeio. O Estado aprovou 3,7 milhões. É humanamente impossível atendermos com qualidade e quantidade a agricultura familiar deste Estado, que até há pouco tempo havia 141.000 agricultores, hoje restam 104.000, a tendência é diminuir se não dermos a devida atenção. Diminuindo a agricultura familiar se gastará mais com polícia, mais com saúde, mais com presídio, mais com tudo, porque o emprego que era para ser gerado no campo... Eles vêm para o aperto urbano onde não há mais empregos.

Nós do SINTERP fizemos aqui algumas sugestões, Deputado Zé Carlos do Pátio e Deputado Valdir Barranco, que conhece muito bem a agricultura familiar. Pelos poucos profissionais que temos e as dificuldades que há da tecnologia hoje chegar à agricultura familiar, nós estamos propondo, em 2017, a instalação de 140 unidades de referência para que possamos passar aos agricultores as tecnologias para melhorarem a renda, melhorarem a qualidade de vida.

A agricultura familiar é uma grande indústria, porém envelhecida. Quem está no campo hoje, mais de 60% são agricultores acima de 60 anos. Se o jovem não os suceder, num curto espaço de tempo, não haverá agricultura familiar, teremos que comer a soja, o milho, o girassol, porque não haverá produtos, tomate, cebola, cenoura, leite, 70% do que alimentamos são produzidos por esses agricultores.

Então, o SINTERP de Mato Grosso faz estas emendas, Deputado Valdir Barranco, Deputado Zé Carlos do Pátio, para que possamos fazer com que as tecnologias cheguem aos agricultores.

Finalizo desejando um feliz Natal, um próspero Ano Novo, e que os privilégios que hoje atendem alguns Poderes possam cair, os incentivos fiscais, estas coisas todas, se tirarem desse povo sobra um pouquinho de dinheiro para todos que estão aqui reivindicando. O corrupto Renan está fazendo uma boa coisa, está pondo um teto lá e espero que isso venha para Mato Grosso, porque aqui nós temos servidores no Judiciário, no Tribunal de Contas, nesta Casa, no Ministério Público que estão ganhando 80, 90, 100 mil reais. Então esta Casa de Leis também tem que por teto, não é só o mínimo, e colocando o teto para o Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas sobrar dinheiro.

Que Deus nos abençoe e gostaríamos que nossas emendas fossem acatadas, se não essa discursão aqui se torna um mero ritmo desta Casa para poder legalizar, para dar legalidade às coisas, quero entregar uma cópia para o Deputado Zé Carlos do Pátio e já entreguei ao Deputado Valdir Barranco.

Obrigado a todos, tenho que me retirar, porque tenho outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço o nosso sindicalista, Sr. Gilmar Brunetto.

Com a palavra, o Sr. Adolfo Grassi, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da Carreira dos Profissionais de Desenvolvimento Econômico e Social. (PALMAS)

O SR. ADOLFO GRASSI - Deputado Zé Carlos do Pátio, em nome de quem cumprimento todo dispositivo, quero aqui, Deputado, parabenizá-lo por essa oportunidade, pela iniciativa de nesta manhã nós podermos estar discutindo a Lei Orçamentária do nosso Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Quero nesta oportunidade, serei repetitivo, Oscarlino já colocou o anseio dos servidores do Estado, a questão da transparência, Deputado, farei um pedido. Vossa Excelência desenvolverá uma atividade, que é cuidar de uma população, da nossa população industrial do interior, quero desejar que Vossa Excelência seja feliz naquele Município, mas antes de Vossa Excelência deixar este Parlamento, alguém aqui pediu para Daltinho, que o sucederá aqui na Assembleia Legislativa, que venha em defesa dos servidores.

Antes de Vossa Excelência deixar este Parlamento – Vossa Excelência está na relatoria do orçamento, que é uma peça muito importante –, que possa fazer a defesa juntamente com a bancada que já nos defende, ainda que minoritária, mas que nos defendem neste Parlamento.

Não é minimamente razoável, Deputado, farei um pedido a Vossa Excelência em nome do nosso segmento, em nome dos nossos servidores, nós assistimos a esses desmandos que o Estado está implantando em desrespeito aos servidores, que carregam este Estado desde o início, desde a sua constituição, e nós temos um Governador hoje que quer praticamente banir com as entidades sindicais e quer fazer o enfrentamento de exterminar todos os nossos direitos, que foram adquiridos ao longo da história de Mato Grosso.

Então, que Vossa Excelência possa nos fortalecer lá no Parlamento de modo que o Governador não venha fazer essas políticas, em que nós tínhamos um Estado... Quando vinha para cá, para esta Audiência, ouvi, pela Rádio Centro América, dizerem que Mato Grosso cresce em grãos 23%, se não estou enganado, sai de 40 e poucos milhões de toneladas para 53 milhões de toneladas.

O Mato Grosso não está na realidade dos demais Estados da Federação, nós sabemos que existe um caixa aí, todas essas situações aqui tratadas, essa Lei Orçamentária foi tratada por eixos. Como foi citado aqui, deu para perceber que a Segurança Pública é o eixo que ele tem maior invocação, maior destinação de dinheiro, guardadas as devidas proporções.

Enquanto o nosso entendimento é o de que o País que não investe em educação nem em saúde está fadado ao não crescimento. Em Mato Grosso está crescendo só um segmento, temos conhecimento disso. Sei que temos que trabalhar, temos que agregar valor e transformar nossos produtos aqui, mas não é minimamente justo que um mínimo de pessoas concentre a maior riqueza e não contribua para com o Estado, enquanto nós, servidores, temos que pagar a conta por esses que não contribuem.

Sei que Vossa Excelência é um defensor de taxar o agronegócio, como temos muitos Deputados aqui na Casa que também são. Ouviu, Deputado Valdir Barranco? Eu não conhecia Vossa Excelência, mas vi que chegou e comprou a nossa briga dos servidores.

O Deputado Zé Carlos do Pátio, com muita tristeza, vai sair desta Casa, no entanto é para fazer uma função mais nobre. Então que outros Deputados que chegam, junto com o Deputado Zé Carlos do Pátio, antes de sair, possam fazer esse enfrentamento. Não é minimamente justo que os servidores públicos venham pagar a conta de uma burguesia que não conhece os problemas aqui de baixo como nós conhecemos: os problemas da saúde, da educação, da segurança pública e das outras áreas também que não são menos importantes.

Temos que taxar o agronegócio. Temos que agregar valor sim, mas tem que existir uma coerência! Tem que existir uma coerência! Não é justo que os mais ricos não paguem impostos! Não podemos aceitar isso! Eu não sei qual o comprometimento deste Parlamento com o povo, o qual o Parlamento deveria representar, Deputado. Sei que Vossa Excelência representa muito bem o povo, assim como o Deputado Valdir Barranco e outros Deputados, o Deputado Zeca Viana, a Deputada Janaina Riva, o Deputado Sebastião Rezende. Se enumerarmos, haverá uma série de Deputados. Mas há outros que estão em cima do muro! Não podemos deixar esse Governador nos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

levar para onde ele está nos levando! Não podemos! Vamos fazer o enfrentamento, enquanto estivermos respirando, Deputado. Enquanto tivermos oxigênio para respirar, não deixaremos que esse Governador faça o que ele está fazendo!

Ele entrou no Governo com a bandeira da anticorrupção, mas a corrupção está começando a chegar ao calcanhar dele. Soubemos pela imprensa que a Secretária Adriana Vandoni afastou-se, mas nós sabemos que ela está sendo lançada. E o nome dele já está chegando nessas comissões, nesses trabalhos que estão fazendo de apuração, nessas operações. Sabemos que não está nada direitinho, está tudo tortinho! Como vamos admitir esse comportamento, olhando e concordando com uma pessoa que sabemos que deve ter um desvio? Não sei onde, mas deve ter um desvio, porque ele não assume uma condição digna. Desde que chegou ao poder, ele não fala com os servidores públicos. Só o Parlamento pode colocar um freio nesse homem.

Então, Deputado, eu não quero me alongar muito, mas registro a minha indignação, como servidor público. Quando fazemos concurso, temos a esperança de ir para frente. Mas entrou esse homem no Governo e ele está querendo nos reduzir a nada. Nós passamos décadas aqui conseguindo avançar um centímetro, um pouquinho, e agora chega esse homem querendo nos tirar tudo e querendo nos deixar na lona.

Quero fazer uma pergunta à Secretária Roberta. Não vou me alongar muito mais, porque minha indignação até me prejudica, neste momento. Sinceramente, no meu coração, o quanto antes esse chefe do Poder Executivo sair do Governo, será melhor para nós. O quanto antes ele deixar esse Governo, será melhor! (PALMAS) Se ele fosse digno mesmo, ele pediria para sair. Nós estudaremos alguma medida. Não pense ele que vai chegar aqui e vai nos fazer engolir tudo goela abaixo. Estamos estudando uma medida para incomodá-lo, porque ele também está fazendo muita coisa errada. Nós estamos sabendo que ele não faz licitação, ele não faz nada. Ele só diz para cumprirmos a lei, mas ele mesmo não a cumpre.

Eu tenho uma pergunta, Roberta, porque, na outra Audiência Pública como esta, a senhora citou, assim como já falou hoje aqui, que estão contidos no Orçamento os setecentos e poucos bilhões que vão ter de incremento na despesa com pessoal. Mas para nós, servidores públicos, há uma falta de transparência quase que total. Nada disso está sendo tratado de forma transparente. Precisamos saber se está previsto a RGA de 2017, porque o de 2016 ele vai ter que pagar, é obrigação dele, e o de 2017 tem que estar previsto de forma transparente. Precisamos saber se a RGA de 2017, que hoje é regulado pelo INPC, está previsto nesses setecentos e dois bilhões de incremento na despesa com pessoal, se está contemplado tanto na LDO - cujo art. 44 já trabalhamos aqui enquanto entidade sindical – quanto na LOA e nas outras leis.

Essa reforma administrativa que vem, se é que vem da forma que estão comentando, que venha, porque vamos fazer o enfrentamento. Não vamos deixar chegar sem que... (PALMAS) É como o Oscarlino falou aqui: nós, Presidentes de Sindicatos, podemos até perder, podemos até tombar, mas vamos tombar lutando. Esse é o meu pronunciamento.

Vou permanecer aqui, porque eu gostaria de saber da transparência. Eu represento um segmento do Estado que tem mais de 5.000 servidores. Dentre esses, têm mais de 3.000 servidores que estão inativos. Então precisamos saber se seremos contemplados, porque até agora eu não consegui entender de forma clara se em 2017 teremos a RGA. Você já falou aqui em responsabilidade fiscal, e eu já falei na Audiência Pública passada que o não pagamento da RGA, conforme a Constituição, art. 37, X, não gera responsabilidade fiscal. Então não adianta vir com meias verdades. O não pagamento dela não gera a penalização ao Estado. É só o Estado justificar, que ele não será penalizado, isso é do conhecimento de todo mundo. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Só gostaria de saber isso agora para terminar minha fala, Sr. Deputado.

A Sr^a Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna - Deputado, eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra a Secretária Roberta.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Adolfo, este ano nós tivemos um déficit bem maior na folha. Tínhamos uma RGA que tínhamos que cumprir de 2016 que não tinha sido programada. Ela só foi programada na negociação da RGA. E nós estamos com quase 100% da folha coberta. Fizemos todos os esforços para fazer a cobertura da folha. A folha é uma despesa obrigatória. Se tiver um consenso, um acordo com relação ao percentual da RGA que será paga em 2017, certamente, isso será cumprido e isso será pago.

A margem de expansão, como eu já falei, é uma estimativa. Dentro da margem de expansão têm: leis de carreira, todas as leis de carreira; crescimento vegetativo, que compreende as progressões e promoções; e tem a RGA de 2016 integral.

A folha pode se comportar diferente, ela pode ter um crescimento maior e, mesmo que a RGA 2017 esteja prevista, se houver um crescimento maior, a RGA está fora. Por isso que eu falo que é um orçamento estimativo.

O valor que faltaria para 2017 é muito pequeno, muito menor do que o déficit que nós cobrimos este ano. Então, eu não vejo grandes problemas de fazermos esse pagamento de 7,10. No ano passado eram 11,28.

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Vamos terminar aqui. O senhor está inscrito? Deixe-me responder ao Sr. Adolfo, porque, senão...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu solicito que todos respeitem a ordem de chamada. Todos que estão inscritos irão discutir, mas peço tranquilidade.

Com a palavra, a Secretária Roberta, por favor.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Então não vejo grande dificuldade em cumprirmos. Mas tem um trabalho de conformidade da folha e os contratos da SEDUC aumentaram muito. Essa conformidade vai verificar o porquê dos contratos e se eles estão correto. Tem a reforma administrativa em andamento que pode diminuir a folha. Então têm vários eventos que estão acontecendo que podem fazer com que esse valor da folha varie para mais ou para menos. Se por um acaso tiver uma redução, isso já comporta a RGA de 2017. Se não tiver, a RGA é um valor bem menor do que a do ano passado, a de 2017.

Como eu falei, o que está previsto na Lei da RGA, quais são as condicionantes para o pagamento da RGA? Você tem que estar dentro do percentual de comprometimento de pessoal da LRF. Uma das propostas do Estado de Mato Grosso, inclusive, seria o Governo Federal fazer um afrouxamento, dar uma moratória, por exemplo, de dois, três anos, para que pudéssemos ultrapassar esse limite, ou os 49% do Executivo ou os 60%, que é do Estado como um todo. Se ele nos deixar, durante dois ou três anos, ultrapassar esse limite, nós já estaríamos dentro da primeira condição para pagar a RGA. E a segunda condição é ter viabilidade financeira, recursos financeiros. Por isso propusemos algumas adequações na LDO, inclusive, com a redução do duodécimo dos Poderes, o que daria uma folga de 300 milhões de reais, que poderiam ser aplicados na saúde, como já solicitado; na agricultura familiar, como também já solicitado; ou na RGA.

Então quero deixar claro aqui que a estimativa de receita é em cima de parâmetros macroeconômicos, métodos econométricos. A SEPLAN trabalha com a despesa. Nós não podemos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

criar uma receita que não existe para comportar todas as despesas. Então tentamos dividir da melhor forma aquele orçamento que temos.

Este ano, diferentemente do ano passado, tentamos priorizar as despesas obrigatórias que temos que cumprir, não as discricionárias, mas sim as despesas com pessoal e dívida. Tentamos mantê-las 100% cobertas. Não chegamos aos 100%, mas estamos bem próximos, numa situação bem melhor do que a que tínhamos no passado, em 2016.

Agora, vou repetir: não é o fato de a RGA de 2017 estar prevista na LDO e na LOA que ela estará garantida, porque a folha pode ter um crescimento que não estava previsto; podem haver outras condições; também pode ter uma queda na arrecadação, algo que diminua a arrecadação e eu não ter o financeiro para pagar. Então não é assim.

Temos a previsão na folha de pagamento e vamos fazer todo o trabalho para o aumento da arrecadação com essa reforma tributária e diminuição do custeio para que tenhamos todas as condições possíveis para fazer o pagamento tanto de 2016, como já está acordado, quanto de 2017, que deve ter ainda uma negociação.

Certo? Respondido?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra o Sr. Adolfo Grassi.

O SR. ADOLFO GRASSI - Eu agradeço a resposta, mas verifico que há uma falsa informação. Isso está dentro da minha pessoa, não querendo desacreditar os dados que foram apresentados. O Estado, no meu entender, não trabalha os dados de forma real. Nós trabalhamos no ano passado com um orçamento de 18 bilhões de reais ou 16 bilhões de reais...

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – De 16 bilhões e 500 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – De 16 bilhões e 550 milhões de reais.

O SR. ADOLFO GRASSI - Obrigado! E hoje nos estamos trabalhando com um orçamento de...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - De 18 bilhões e 400 milhões de reais.

O SR. ADOLFO GRASSI – De 18 bilhões de reais. Então, esses ralos, esses vazamentos que têm de informações de não conseguir gerir a saúde, de não conseguir gerir a segurança pública, principalmente esses eixos que foram colocados aqui... Esse é o sentimento que tenho, mas eu não tenho as informações, porque o Governo não nos deixa ter acesso a essas informações.

Quero dizer, Deputado, que um Governo que valoriza a segurança, que é uma área principal, tem concurso da segurança pública, nós não...

Assim, colocamos diferente que esse concurso não seja necessário... Só que deixar gente morrendo no corredor, enquanto que você prioriza a saúde... Há concurso em umas áreas e não há em outras, não tem dinheiro para pagar a RGA, mas tem dinheiro para botar concurso. Esse Governador tem alguma coisa que não encaixa com o interesse dos servidores.

Então, ficam aqui o meu registro e a minha indignação. Continuo com essa dúvida em relação a esses dados e com relação à prioridade. Ele estabelece prioridades que estão na cabeça dele, mas não são as prioridades do povo.

Espero que a Assembleia coloque um freio nesse Governador e faça com que ele cumpra as prioridades do povo. Muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o nobre Deputado Estadual Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Quero cumprimentar, começando pelo João Dourado, Presidente da CUT, fica tranquilo que você tem muito mais para falar aqui João. E cumprimento o Oscarlino; o companheiro Domingos, da UNEMAT; o Gauchinho, que já saiu daqui, a Daiane.

Quero começar dizendo que a LDO faz a interligação entre o PPA e a LOA, e quando é bem executado, temos números exatos.

Infelizmente, no Brasil, temos visto que são orçamentos, são peças orçamentárias que no ano seguinte não refletem a realidade de quando elas foram votadas. Na maioria das vezes, são de fachada.

Tenho tido... Queria cumprimentar os servidores, também, todos, pelo quanto representam para este Estado de Mato Grosso (PALMAS) e dizer que hoje é dia vinte. Então, acredito que sendo dia vinte, o 13º tem que estar na conta de todo mundo, não é? (PALMAS)

Quero dizer sobre a preocupação que a cada dia mais nos atormenta, estando aqui nesta Casa de Leis. Eu ouvi o representante do Secretário de Educação falar sobre os números para a educação do ano que vem, 73 milhões para o transporte escolar. É outra preocupação, porque 2.200 ônibus... Eu que já fui prefeito, o Deputado Zé Carlos tem a experiência de prefeito, e era uma dificuldade enorme o transporte escolar, porque nós tínhamos que adquirir ônibus sucateados dos estados como o Rio de Janeiro, onde é obrigatório desfazer dos ônibus com dez anos, e adequá-los a nossa realidade. E o programa “Caminho da escola” propiciou, na parceria do Governo do Estado, da Seduc, do companheiro Sr. Ságuas... Na época, foram distribuídos 2.200 ônibus, e esses ônibus, com o passar do tempo, vão ficando sucateados. E eu não estou vendo o Governo do Estado repondo essa frota, é uma preocupação muito grande.

Estou vendo, também, nos municípios aonde estou indo, que além de não construir as escolas, porque o dinheiro está sendo roubado antes de fazer a construção, está sendo desviado (PALMAS), não se tem recurso sequer para pintar. O Governo do Estado determinou que não é mais para pintar com as cores do Sr. Blairo Maggi, aquela cor amarela com vermelho. Acho que é porque tem o vermelho no meio. Eu estive em Confresa, por exemplo, onde tem uma escola modelo, que foi construída na gestão do Sr. Blairo Maggi e do Sr. Ságuas, e me reuni - porque assim eu faço, reúno com os sindicatos, visito as escolas, falo com os servidores - e a aflição deles é que a escola precisa refazer a pintura, mas o Estado não dá o dinheiro para refazer. Eles querem fazer a pintura com recursos arrecadados por eles, mas se for para pintar nas cores que está lá, eles conseguiriam, mas como tem que pintar com a cor que o Governador determinou, vai muito mais dinheiro, também não tem condições. Então, sequer conseguem fazer a pintura das escolas, então, estamos numa situação muito difícil.

E a questão do concurso público, 5 milhões, estou vendo aqui previsto. Às vezes, parece que a ficha não que cair, foi aprovada a PEC 55, não haverá mais concurso público, a PEC 55 vai tratar do congelamento dos gastos primários. É para sobrar dinheiro para os banqueiros... (PALMAS). É para sobrar para quem quer receber e eu não estou falando apenas do servidor público, o servidor público é o primeiro que está sentindo isso, que está tomando juízo da situação da PEC 55, mas ela vai tomar dinheiro da saúde, vai tomar dinheiro do saneamento básico, da moradia, do transporte, da mobilidade urbana, acabou! Vinte anos, gente!

Eu peço que Deus tenha piedade dos Deputados, dos Senadores que votaram a PEC 55, porque é um pecado o que foi feito, é um pecado. Isso vai impactar diretamente na vida, na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

dignidade da pessoa humana, dos mais pobres. Não é dos mais ricos, é para sobrar dinheiro para os mais ricos, em detrimento das pessoas mais pobres.

Eu também peço que esse Governador não aporte essas medidas nesta Casa, para que não tenhamos que votar essas medidas. E se aportar, que os demais colegas não votem a favor dessas medidas.

Para finalizar, eu vejo aqui o Secretário de Estado de Saúde, tenho tomado um pouco mais de conhecimento... Parece que é uma pessoa de uma vida pregressa, digna, honrada e que está passando por uma situação difícil neste Estado. E nós sabemos que o problema do Estado, como um todo, não é de orçamento, o Estado tinha nove bilhões e seiscentos lá em 2010 e vai fechar com quase vinte bilhões, o problema é de gestão, digestão, ou de gestão, então é digestão ou de gestão, há um parônimo aí.

Então, o Secretário vai enfrentar o ano de 2017 - como já disse o Deputado Zé Carlos do Pátio - com dificuldade para passar do meio do ano com os recursos que ele vai ter.

E, para finalizar, o Governador Pedro Taques não tem mais condições de conduzir este Estado. Ele não tem mais... (PALMAS) Porque ele não se perdeu no Governo, porque se perder é quando você está no meio e se perde. Ele nunca se encontrou, desde o início, ele nunca se encontrou neste Governo. (PALMAS)

Então, ele se perdeu e estou dizendo isso para bem do Estado de Mato Grosso. Já estamos em um ano ruim, se as perspectivas são ainda piores para ano que vem, então, precisamos de alguém que conduza o ano que vem para que ele seja o menos sofrido possível. E esse alguém não é ele, ele não reúne as condições para conduzir a gestão neste Estado por mais um, por mais dois anos. Ele não reúne as condições morais, inclusive, porque ele foi eleito numa linha tênue, a linha que diz que era o paladismo da ética e da moralidade... É muito tênue. Isso cai muito rápido. Caiu e, agora, não tem mais sustentação, não tem mais embasamento, não consegue mais convencer, não consegue mais conduzir. (PALMAS)

Então, se ele, ainda, quiser manter essa linha tênue; se ele quiser manter perante a sociedade esse imaginário de que ele é o homem da ética, da moralidade, dos bons costumes, do combate à corrupção, só tem uma oportunidade, um caminho: renunciar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra o Sr. João Figueiredo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas, Órgãos Públicos e Privados da Tecnologia da Informação.

O SR. JOÃO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA - Cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Zé Carlos do Pátio; todos os servidores presentes; a Secretária Adjunta de Orçamento.

Quero falar diretamente direcionado à área da tecnologia da informação.

O que está acontecendo hoje, no Estado de Mato Grosso, com relação à tecnologia da informação são informações gravíssimas com relação à Empresa MTI, que faz a gestão da tecnologia da informação no Estado de Mato Grosso. A sua estrutura está sendo sucateada e trazendo um grande transtorno não só para os servidores pela falta de condições de trabalho que existe como estamos vivendo uma situação que se chove dentro da empresa vira um mar de água. O que acontece? Temos dentro da empresa um *data center* que trabalha 24 horas por dia, durante 360 dias no ano onde temos a responsabilidade de guardar todas as informações contidas, trazidas para dentro da gestão do Governo. O que está faltando são investimentos com relação à empresa.

Para terem uma ideia este ano a empresa não pagou os fornecedores que fazem a gestão dos *softwares* para ela. Não estamos conseguindo pagar. Estamos à beira do colapso. Quer

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16, MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

dizer, do orçamento de 2017, que fizemos o orçamento de maneira justa, chegou à casa dos R\$164.000.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões) para atender, para mal atender as necessidades prementes que nós temos.

O que é que aconteceu? Já tivemos de cara um corte de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões). Agora, surgiu uma nova novidade na empresa que traz uma grande preocupação para todos os servidores e essa preocupação tem que ser estendida à sociedade mato-grossense, que é o corte de mais R\$42.000.000,00 (quarenta e dois milhões) do Orçamento já foi feito na LOA. Se acontecer isso, chegaremos ao colapso. E o que acontecerá com relação à arrecadação do Estado, com relação à tecnologia da informação? Vai trazer aquilo que muitas pessoas e que nós não queremos: um Estado totalmente travado, sem nenhuma condição para atender a população mato-grossense.

Estamos preocupados com a questão de que esse Orçamento tem que ser mantido para que possamos cumprir as obrigações da empresa, cumprir todas as questões referentes à sociedade mato-grossense, pois a tecnologia do mundo está ampliando, está investindo e a nossa está regredindo. Está chegando ao ponto, hoje, de a empresa mal está preocupada com a situação de existência da própria empresa que há 41 anos vive...

Olha só, pessoal, não estamos falando mentira! Se vocês saírem daqui e irem à empresa, agora, verão a situação que estamos vivendo. A empresa está embaixo de um porão da Secretaria de Planejamento. É grave! Há 41 anos prestando...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero dizer o seguinte: deixa-me em dúvida o seu discurso, porque em 2016 foram aplicados R\$137.000.000,00 (cento e trinta e sete milhões) na MTI; em 2017 serão R\$162.000.000,00 (cento e sessenta e dois milhões). Houve um aumento de 18%.

Eu quero perguntar: se a inflação será de 7% e nós estamos aplicando um orçamento de 18%, como você está vendo isso? Eu quero deixar isso...

O SR. JOÃO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA - Eu vou esclarecer para o senhor.

O que é que aconteceu? Eu não sei se o senhor percebeu que nós fizemos uma demanda ano passado e o Governo fez uma modificação com a questão da empresa. Ele modificou o nome, saiu do CEPROMAT - que o senhor se lembra que era CEPROMAT - e passou para MTI, mas dentro dessa composição da mudança do nome ele trouxe várias modificações.

Veja só: hoje, não é mais a MTI que gerencia o orçamento. Quem gerencia o orçamento da empresa é a SEPLAN. Quem gerencia a aquisição da empresa é a Gestão. Quer dizer, para nós não tem mais nada. Praticamente, ficou só a questão da área da tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Mas ele está aumentando o orçamento.

O SR. JOÃO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA - Não, mas não é para empresa...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O senhor está...

Eu não estou entendendo, porque o senhor está criticando o Estado, mas ele está aumentando... Diminui a atribuição e aumentou o orçamento.

O SR. JOÃO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA - Não, mas quanto à atribuição não modificaram, não. Continuam as mesmas atribuições que tínhamos e estamos tendo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O senhor entendeu? Só estou fazendo este raciocínio. Estou olhando o orçamento do MTI. Ele aumentou 18% o orçamento, mas o senhor está dizendo, Presidente, que diminuiu as atribuições.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Onde está o erro?

O SR. JOÃO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA – Isso que eu quero esclarecer para o senhor. Eu vou chegar...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra o Sr. João Figueiredo.

O SR. JOÃO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA – Isso!

Agora, eu vou chegar às condições dos trabalhadores com relação ao que está acontecendo.

No ano de 2015 nós tivemos perda salarial quanto ao que não foi implantado no salário dos trabalhadores. Veja só o senhor: no ano de 2016, o que aconteceu? Até o presente momento não foi implantado nenhum tipo de índice de correção salarial dos trabalhadores. A briga existe, porque não está sendo implantado nenhum tipo de correção. A empresa vai fechar no vermelho sem ninguém saber o que está acontecendo. Está faltando transparência do Governo com relação a isso. Veja só: os trabalhadores no ano de 2016 não viram a cor da correção salarial até agora. Enquanto outras categorias tiveram 2% em setembro, terão, em janeiro, correção, a nossa teve nada de correção.

E com relação à previsão orçamentária para 2017 ela foi feita, mas já houve um corte de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões). Agora, a própria Secretária Adjunta, na Audiência Pública passada, disse que haverá... Tem estudo sendo feito para um corte de mais quarenta e dois. Nós vamos chegar a quê? Ao caos total. O que está faltando é transparência até para o próprio entendimento do Deputado e dos demais Deputados da Casa e da sociedade mato-grossense do que está acontecendo com a MTI.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só para ser justo com o senhor e com o processo democrático de direito, vou passar para a Secretária Adjunta Roberta para fazer uma justificativa, mas o senhor permaneça na tribuna.

Eu não tenho tempo não. Eu gosto de política, gosto do debate, mas coloquei isso porque estou lendo aqui o orçamento e quando vi o discurso do senhor falei: como é que está aumentando o orçamento, sendo que diminui a atribuição e o Presidente está questionando.

Mas vamos ouvir a Secretária em cima do que o senhor colocou, se, realmente, vai cortar.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - A grande mudança do CEPROMAT para o MTI é que agora a definição da política de tecnologia de informação é da SEPLAN, porque era muito estranho, era incorreto que a mesma empresa fizesse a definição da política e executasse o serviço de tecnologia. Isso foi para corrigir essa distorção que tinha. Realmente, diminui uma atribuição. Foi criada dentro da SEPLAN uma área de política de tecnologia e informação e inovação. Então, diminui, vocês fazem só a prestação do serviço de tecnologia.

Tem um anseio geral da população de reduzir as despesas de custeio para sobrar para a área finalística. A MTI presta um serviço de tecnologia para o Estado e hoje é um serviço caro.

O que eu falei para o senhor que ainda estava em estudo, não tem valor, falou que era 42 milhões, é que o valor da tecnologia que está sendo prestado para o Estado é um valor alto.

Então, saímos de 120 milhões, porque 137, Deputado, é porque tem outra Fonte lá que é do FUNDESTEC, mas saímos de 120 milhões o ano passado para 160 milhões este ano. É um valor alto para a prestação de serviços de tecnologia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Tem um estudo e a grande parte é da folha de pessoal. Tem um estudo para ver se conseguimos reduzir o custo unitário do serviço que é prestado para que possamos investir em áreas finalísticas, como é o anseio que o senhor está vendo nas discussões aqui, saúde, hospital, pessoas sem ter vagas nas UTIs e nós prestando serviços caros.

Quanto ao reajuste dos salários de vocês, eu não tenho propriedade para falar. O que nós sabemos é que o salário dos servidores da MTI é bem maior que do Poder Executivo, porque eles são uma empresa.

Então, fica aqui explicada a mudança do CEPROMAT para o MTI. Qual foi a grande mudança? Retirar essa parte de política. O MTI tanto como o CEPROMAT sempre foi ligado à SEPLAN, sempre a SEPLAN que define. Mas agora a política ficou só para a SEPLAN. Realmente, diminuí a atribuição, e o valor estamos considerando ainda um valor caro.

Tem um estudo, inclusive com servidores dentro do MTI para ver se conseguimos reduzir o custo dessa tecnologia, senão não compensa, ficaria mais interessante você pagar uma empresa de tecnologia que não seja do Estado.

Então, nós vamos ficando com um custo muito grande operacional e o Estado vai assumindo muitas funções. Essa não é a intenção. Nós queremos manter MTI de qualidade, prestando serviço de qualidade, atendendo todas as Secretarias com segurança de informação, com um banco de dados, mas não queremos que esse custo seja muito maior que o da iniciativa privada. Essa é a questão.

O SR. JOÃO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA - A grande questão aí, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o Sr. João Figueiredo.

O SR. JOÃO FIGUEIREDO PEREIRA DA SILVA - A grande questão que está faltando, realmente, é a transparência do Governo com relação à empresa, seus servidores e a sociedade mato-grossense.

Quando se diz que a empresa é um custo altíssimo para o Governo, nós entramos num conflito, porque a situação... Se o senhor quiser, nós vamos hoje juntos na empresa, andamos lá, para o senhor perceber o estado que ela vive. Não representa o investimento que o Governo está colocando. Lá não existe isso.

Se o senhor entrar nas salas onde tem os analistas, os programadores, os técnicos de TI, as demais áreas, estão todas com os ares danificados, sem funcionamento, por falta de pagamento.

Como eu tenho aumento de receita, aumento do orçamento e esse orçamento não está conseguindo pagar as despesas mínimas da empresa? Existe algum erro gravíssimo que precisamos identificar.

Por isso, eu estou dizendo ao senhor, porque a minha grande... Por que falamos de nós? Porque o que está acontecendo lá, essas falhas são verdadeiras.

Talvez, o senhor e o próprio Parlamento aqui nunca estiveram interessados em relação à MTI. Por quê? Porque a coisa funciona, os trabalhadores são de alto nível técnico, conseguem tirar de onde não tem para manter o sistema funcionando para não cuidar problema para o Governo do Estado de Mato Grosso, tanto na arrecadação como em qualquer área existente.

Nós damos cobertura para a segurança, para a saúde, para a educação, para todos os órgãos do Governo e, em contrapartida, não temos o mesmo retorno com relação a essas questões, só sabemos que temos dívidas gigantescas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Olha só, uma das dívidas que temos hoje é com a Prefeitura de Cuiabá, com relação aos impostos. Mais de 5 milhões de reais em dívida sem pagar. Não pode!

Hoje a empresa não pode emitir uma nota fiscal para poder receber, porque está devendo a Prefeitura de Cuiabá e tem que pagar para tirar a nota, e todo mundo sabe disso.

Essas são questões que estamos colocando que o Governo do Estado de Mato Grosso precisa... O Governo Pedro Taques nos prometeu que faria uma empresa transparente, uma das melhores empresas do País e agora, no momento, nós a vemos acabando, sendo destruída com uma gestão nada transparente, nada com o objetivo de atender a sociedade mato-grossense e nem os seus servidores, porque o servidor não tem direito nem a reajuste salarial.

Nós queremos ser tratados como outros servidores e também não ser servidores órfãos do Governo. Nós queremos ser tratados com respeito.

É isso que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quem usou da palavra foi o Sr. João Figueiredo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Órgãos Públicos e Privados da Tecnologia de Informação.

Agradeço a sua fala!

Com a palavra o Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, Seção Sindical ADUNEMAT.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA – Boa tarde, Deputado Zé Carlos do Pátio, Presidente desta Audiência Pública; Deputado Valdir Barranco; demais membros da mesa; colegas, companheiros e trabalhadores do serviço público; companheiros e trabalhadores do serviço público do Estado de Mato Grosso, boa parte aqui são dirigente de sindicatos, centrais sindicais!

Quero me reportar à Audiência Pública anterior da LOA, na semana passada, quando o Secretário Gustavo Oliveira, Secretário de Estado de Fazenda, disse que os próximos dois anos serão anos de crise e que o Governo do Estado tinha como objetivo buscar o equilíbrio das contas públicas nesses próximos dois anos. Nós sabemos que, do ponto de vista político, você busca o equilíbrio fazendo opções políticas.

E aí eu quero me dirigir em particular aos técnicos da Secretaria de Estado de Planejamento que orçamento não é uma peça técnica como muitos querem fazer crer. Orçamento é a tradução em números de uma determinada orientação política. (PALMAS)

Portanto, quando se vai para um lado ou para outro, ou seja, para quem vai ser direcionada a responsabilidade pela crise que nós vivemos faz-se uma opção política.

O Governo Pedro Taques, parece-me que está entrando por um caminho, aliás, e desde o começo ele optou por esse caminho político, que é de descarregar na maioria da população do Estado de Mato Grosso a responsabilidade pela crise e isso se traduz na opção orçamentária, de como se elabora o orçamento.

Preocupa-me, Secretária Roberta, a sua fala. Em resposta à fala do Oscarlino, você disse que uma proposta de orçamento foi feita, essa que está em discussão, e essa proposta vai depender das negociações que estão sendo feitas no plano federal.

Ora! As negociações que estão sendo feitas no plano federal e que vão ser traduzidas na PEC 257, ou que já foram traduzidas na PEC 55, descarrega na população e nos servidores a responsabilidade pela crise. Isso se traduz no orçamento, traduz-se na opção orçamentária, Deputado Zé Carlos do Pátio!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Por isso, a saúde não é prioridade; por isso a educação não é prioridade! Por isso que a educação não é prioridade!

Por isso que na audiência passada eu perguntei ao Secretário Gustavo de Oliveira qual era o superávit primário previsto e qual era o superávit nominal previsto, porque esse é um elemento importante também para definir prioridades, porque em um quadro de crise as prioridades são direcionadas para aqueles com quem o Governo se identifica politicamente e isso se traduz no orçamento, se traduz no pagamento dos bancos, por exemplo, e não na saúde e na educação, na previdência, na assistência, no investimento na infraestrutura; se traduz, por exemplo, quando se consegue benefícios fiscais e incentivos fiscais ao agronegócio e não taxa o agronegócio. Isso é uma determinada política que se traduz no orçamento.

Tudo isso precisa ser considerado na elaboração do orçamento!

Por isso que nós, servidores, para encerrar minha fala, temos que mandar o seguinte recado para o Governo do Estado: nós não vamos pagar a conta dessa crise! Nós vamos reagir! Vai ter greve, sim senhor, se formos pagar essa conta! Essa conta não é nossa! Nossa base está mobilizada!

Nós da UNEMAT estamos em estado de alerta e temos certeza de que essa é situação do conjunto dos trabalhadores do setor público do Estado de Mato Grosso.

O fórum sindical reunido ontem colocou os servidores em alerta: nós não vamos pagar a conta dessa crise! Não vamos pagar essa conta!

Para terminar, fiz ainda um questionamento ao Secretário Gustavo de Oliveira que ele ficou de me trazer hoje, que diz respeito à questão do orçamento da UNEMAT, instituição na qual eu trabalho no serviço público do Estado de Mato Grosso. O Governador do Estado reconheceu que tem uma dívida com a UNEMAT de 70 milhões de reais, reconheceu publicamente, várias vezes, na nossa frente e neste orçamento não estão previstos os 70 milhões, que são produtos de renúncia fiscal, que é de responsabilidade de uma determinada política e não nós da UNEMAT pagarmos essa conta.

Mas já estamos pagando essa conta, sabem como, colegas? Imaginem uma instituição como a UNEMAT, que é uma Universidade, que precisa permanentemente de um programa de capacitação, e tem, e hoje está bloqueada a saída de professores da UNEMAT para qualificação, para programas de mestrado, de doutorado, de pós-doutorado por conta dessa conta que já estamos pagando.

Isso é inaceitável e é parte dessa crise que já está sendo lançada na nossa conta.

Então, eu quero saber da Secretária dos 70 milhões que o Gustavo de Oliveira ficou de trazer aqui hoje e em relação à questão orçamentária que a UNEMAT tem direito, que permite que ela preste de fato um serviço à população condizente com sua característica, uma instituição que precisa permanentemente estar em processo de qualificação do seu corpo docente, corpo docente que tem retribuído, sim, um corpo docente que se qualifica cada vez mais, mas que precisa hoje somente ter a autorização para continuar esse processo de qualificação que está sendo negado pelo Governo do Estado com a justificativa de contenção de despesas.

Portanto, é a contra crise que está sendo lançada nas costas dos trabalhadores da UNEMAT e isso é inaceitável.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos o Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Seção Sindical da ADUNEMAT.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Com a palavra, o Sr. Antônio Vagner Oliveira, Coordenador Geral da Central dos Sindicatos Brasileiros, último inscrito.

(A PLATEIA SE MANIFESTA – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero dizer que podemos até abrir, mas, dos inscritos que estão aqui, estou atendendo democraticamente a todos.

Não tem problema. O senhor vai usar da palavra, porque aqui é um espaço aberto e democrático para todos. (PALMAS)

O SR. ANTÔNIO VAGNER OLIVEIRA - Primeiramente, boa-tarde!

Cumprimento o dispositivo da mesa em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, que desde os idos de 2006 já recebia, com todo carinho, o Fórum Sindical em seu gabinete.

Cumprimento também o Deputado Valdir Barranco, pela postura firme que tem atuado, sendo uma grata surpresa nesta Casa, Deputado.

Cumprimento os nobres colegas da área-meio que bravamente resistem na Casa depois de uma longa Audiência Pública.

Cumprimento os demais companheiros da plateia.

Senhores, a pergunta que se deve fazer é: que Governo é esse? A quem esse Governo serve? Aos poderosos do agronegócio ou à população? Esse Governo serve a quem bancou e financiou as campanhas ou aos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada?

Por que eu pergunto isso? Porque como foi relatado pelo companheiro Oscarlino Alves, de 01 bilhão e 069 milhões de renúncia e incentivo fiscal, dobramos a previsão para 2017 para 02 bilhões e 400 milhões de reais. Ou seja, isso é o orçamento de educação de um ano inteiro.

E por que essa previsão de 02 bilhões e 400 agora? Porque a PEC nº 241 e a PLC nº 257 dizem que novos incentivos e renúncias fiscais ficam vedados. Então, o Governo já dobrou e já aumentou essa possibilidade de renúncia e incentivo fiscal.

Senhores, não é demais lembrarmos que os incentivos e renúncias fiscais só para o setor alcoólico foi de mais de 400 milhões de reais.

Também não é demais lembrarmos que na deleção da Odebrecht a Cervejaria Petrópolis, que é uma das beneficiárias de incentivo fiscal e renúncia fiscal no Estado de Mato Grosso, foi citada na dobradinha - e aqui na fábrica de Mato Grosso inclusive foi citada -, que foi construída pela Odebrecht, como uma intermediária de repasses desse Caixa 2.

Será que agora nós estamos pagando o Caixa 2 com incentivos fiscais? É interessante que se faça essa análise pormenorizada de quem são as empresas beneficiárias desse incentivo fiscal, Deputado Zé Carlos do Pátio, e amanhã, com certeza, estaremos presentes na leitura do relatório da CPI da Sonegação e Renúncia de Incentivos Fiscais.

Por que esse Governo não discutiu a sonegação de impostos como deveria ter discutido? Porque de acordo com o Deputado Zé Carlos do Pátio são mais de 02 bilhões de reais de sonegação de impostos, através tanto de incentivos como renúncias e de outras formas mais, através das cooperativas, das falsas cooperativas criadas para exportação de produtos primários e isso culminava com uma sonegação fiscal que só uma empresa, salvo engano, foi de 400 milhões de reais.

Esse recurso deve voltar aos cofres do Estado.

Se vai reduzir em dois bilhões a renúncia fiscal e incentivo fiscal porque são entendidas como fraudulentas, presumi-se que tais recursos voltem a serem pagos e voltem a terem origem no cofre do Estado de Mato Grosso.

Então, por que mais uma vez o servidor público vai ser penalizado com a não previsão da RGA para 2017?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Senhores, é interessante se dizer também, até porque a população está nos assistindo, que a RGA é uma reposição inflacionária que todos os trabalhadores da iniciativa privada têm, através dos seus acordos e convenções coletivas. É simplesmente a reposição do nosso poder de compra. Então, é interessante dizer, porque a população está nos assistindo, que não somos privilegiados.

O Governo de Mato Grosso deveria sim discutir privilégios de alguns setores, privilégios de algumas categorias.

Por exemplo, deveria se discutir os altos salários acima do teto do Poder Judiciário; deveria se discutir os altos salários acima do teto do Ministério Público; deveria se discutir os privilégios desta Casa de Lei com inúmeros carros à disposição, com várias linhas de telefone à disposição; com gasolina, e saiu numa matéria que a gasolina gasta no ano de 2016 pela Assembleia Legislativa dava para dar 200 voltas ao mundo.

Senhores, que hora que vamos ter seriedade para discutir os gastos públicos desnecessários?

O repasse para esses Poderes estão sendo em excesso. O Oscarlino tem batido muito nesta tecla, o companheiro Edmundo, Presidente do meu Sindicato, tem batido também muito nesta tecla.

O que nos temos que entender é que RGA, recomposição inflacionária, é distribuição de renda e não concentração de riqueza para poucos com renúncia e incentivos fiscais que beneficiam meia dúzia de megamilionários do Estado de Mato Grosso.

Eu recebi um número quando estávamos conversando ali que são quinze - respondendo a pergunta de quem a fez, eu não me lembro quem, acho que foi o Deputado Valdir Barranco, por que não são construídas novas sala de aula e por que não há uma reforma das salas de aula existentes?

Só, comparativo agosto de 2014 para agosto de 2016, 15 milhões em contratos temporários na SEDUC por mês. São quase 2.500 contratos temporários na SEDUC.

Quinze milhões por mês multiplicado por doze meses, são 180 milhões de reais em contratos temporários. Aumentou de 2014 para 2016 absurdamente esses contratos temporários, e ninguém discutiu.

Uma coisa que ninguém discutiu aqui, que eu acho que é uma discussão que foi sonogada há décadas por esta Casa de Leis, e aqui os nossos colegas passaram batidos, que é a dívida pública do Estado de Mato Grosso.

Existe uma auditoria da dívida pública sendo cobrada, da dívida pública do Governo Federal que só no ano de 2016 nós pagamos um trilhão de reais – pasmem! -, em amortização e juros da dívida pública do Governo Federal junto a bancos e organismos internacionais.

No Estado de Mato Grosso, senhores, não é diferente.

Tem uma previsão na LDO para amortização e pagamento de juros da dívida pública do Estado de Mato Grosso junto ao Governo Federal, porque 80% dessa dívida é federalizada, 20% foi internacionalizada pelo companheiro que foi preso, Secretário de Fazenda, Éder de Moraes, e ainda mais sem um controle da variação do dólar. São 597 milhões de reais previstos para pagarmos juros e amortização de juros da dívida pública do Estado de Mato Grosso junto ao Governo Federal e ao *Bank Off Boston*, que é um banco americano.

Ou seja, quem ganha com isso, Deputado Valdir Barranco? São os banqueiros, são os rentistas. E o Estado de Mato Grosso nunca travou esse debate pela auditoria da dívida pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Nós trouxemos um PHD em economia pela USP, professor e doutor, José Menezes, para discutir a dívida pública do Estado de Mato Grosso e ele apontou que lá em 1980 foram contraídos empréstimos de 200 milhões de dólares, de 100 milhões de dólares, de 80 milhões de dólares e sequer se sabe quem é o prestador desse recurso, qual foi a finalidade para se emprestar esse montante de recursos e por que essas dívidas nunca foram auditadas.

E eu faço aqui quase uma teoria da conspiração, pela seguinte situação: quem fez a campanha do atual Governador? Foi o setor do agronegócio, foi o setor de bebidas alcoólicas, e o Governador tem perdido o apoio deles.

E o Governador quer nos empurrar goela abaixo uma cópia do PLC 257 e da PEC 241.

Primeiro, Deputado, eu quero que os Srs. Senadores que aprovaram isso e os Srs. Deputados Federais explicassem lá para a ponta, lá para o município quando faltar recurso para a saúde, quando faltar recurso para a educação, porque vai reduzir o Fundo de Participação dos Estados, naturalmente o Estado vai reduzir o FPM para os municípios, e, naturalmente, quem vai padecer é a ponta, é a sociedade, é a população, que mais precisa dos serviços públicos de qualidade.

Por que o Governo está fazendo isso? Para bancar o sistema financeiros, para bancar os rentistas que, talvez, possam vir a ser os novos financiadores das campanhas milionários desses Governos e dos Deputados que não fazem parte da Bancada de Trabalhadores, porque os Deputados que dependem dos trabalhadores não precisam gastar milhões, eles só precisam cumprir o seu papel de apoio à classe trabalhadora, e não cumprir o seu papel de apoio ao segmentos econômicos. (PALMAS)

Em nome disso, eu gostaria de fazer só uma correção na fala da Secretária porque o índice da LRF, previsto na Lei Complementar nº 101, que define o índice da LRF, o gasto de pessoal é uma exceção, não compete com o índice da LRF de 49%.

O que acontece se o Estado extrapolar os 49%? No próximo quadrimestre o Estado tem que reduzir a sua receita para os 49% sob pena de ser penalizado, enfim. E quando existe uma crise comprovada, esses quatro meses aumentam para oito meses. Então, isso é um jogo de ideias argumentativas jurídicas de que esse Governo tem se valido e que não corresponde à realidade dos fatos.

Nós trouxemos em nome da CSB, a Dr^a Rosana Ramires, doutora mesmo, que trabalha no Tribunal de Contas para uma palestra para mais de trinta sindicatos municipais e foi assim que ela nos explicou, e eu prefiro ouvir uma doutora com doutorado do que acreditar na falácia do Governo.

Eu faço só uma pergunta que uma colega nos pediu para fazer: como é feita a contabilização da renúncia fiscal? Qual é a metodologia? Pois sabemos que há divergências entre a renúncia contabilizada e o que é efetivamente renunciado.

Nós temos dados a respeito disso. A nossa carreira é área meio, não é, Presidente Edmundo? Nós temos bastantes informações. Até parabeno o companheiro que está na mesa que é profissional da área meio, então, por aí vemos que a nossa categoria tem qualidade técnica para fazer esses debates, e é isso que gostaríamos de saber. E uma questão de ordem também para os Deputados desta Casa e para a população. Vamos discutir com seriedade uma auditoria na dívida pública do Estado de Mato Grosso, porque só aí conseguiremos reduzir um valor suficiente para pagar a RGA dos servidores do Poder Executivo, porque os outros Poderes estão com a sua RGA em dia.

Muito obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra o Sr. Edmundo César Leite, Presidente do Sindicato da área meio do Poder Executivo.

Eu queria dizer o seguinte: o último será o João Dourado. Eu queria pedir desculpas a todos da mesa, até por causa do respeito, porque temos que ouvir a comunidade. Eu queria colocar que essa proposta do Sr. Antônio Vagner Oliveira é muito boa. Eu lamento que estou terminando a CPI da Sonegação e estou deixando a Assembleia Legislativa. Porque é uma ideia brilhante. A minha ideia se eu ficasse neste Parlamento, seria investigar o INTERMAT, o Instituto de Terras, a legalização de terras. Mas essa proposta sua era muito boa também.

O SR. ANTÔNIO VAGNER OLIVEIRA - Vamos levá-la para os outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - É uma boa proposta. Gostei. Com a palavra, o Sr. Edmundo César Leite.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Bom dia a todos ou boa tarde!

Eu acho, Deputado Zé Carlos do Pátio, que essas audiências públicas têm que levar o dia inteiro, levar uma semana porque está mexendo com vida de habitantes de um quinhão do Brasil.

Secretária Roberta, companheiro Ricardo, quero colocar aqui a indignação que temos. Vou defender aqui o servidor público, é onde estou posicionado. Tivemos outras oportunidades durante a nossa vida, mas decidimos trabalhar no setor público.

Tenho 38 anos que trabalho no setor público. Meus amigos, é a primeira vez que estou vendo essas falácias do Governo, também estivemos no Governo passado, esse cara não gosta de falar, que foi tido como um dos maiores Governos que roubou o Estado de Mato Grosso. Não teve roubo do direito do servidor, do direito do trabalhador.

Agora, vem moralizar o Estado. Acho que precisa ser moralizado mesmo, mas não a custa de sacrifício do maior patrimônio que o Estado tem, que é o trabalhador.

Vieram agora com uma ordem de serviço lá na sede para suspender todas as progressões dos estabilizados, pessoal. Vocês não sabem que isso aí é uma coisa muito séria, que está acontecendo aqui no Estado. Ninguém fala disso. Não vai mais dar a progressão de carreira, Deputado Zé Carlos do Pátio, para aqueles que foram estabilizados lá em 88, que já carregavam esse Estado nas costas naquela época.

Hoje temos a tecnologia, companheiro João acabou de colocar. E-mails: você se comunica com o Estado, com o Brasil e com o mundo em questão de segundos. Antigamente não era assim. Muita gente que está estabilizada hoje aqui no Estado de Mato Grosso não foi porque quis ser estabilizado de graça, não. É porque o Estado foi covarde, não demitiu esse pessoal e não fez concurso na época. Então, não vamos pagar por isso também.

Quero colocar aqui também pessoal, talvez estejamos até fora do contexto, mas quero colocar, aproveitando a TV Assembleia, que está ao vivo, e colocar que no Mato Grosso existem mais de quarenta mil servidores nessa situação. Pessoal chegando ao fim de vida e agora fica aí implorando a esse Governo que era para vir para resolver os problemas que na campanha, Dr. Pedro Taques, levamos a preocupação para ele resolver e trabalhar com harmonia com o servidor público porque queremos, sim, o bem do Estado de Mato Grosso, porque somos pagos pela sociedade e não estamos conseguindo dar um bom trabalho porque não temos condições, porque não temos condições. Temos que lutar por coisa simples que está dentro da Constituição Federal, os estabilizados, a RGA, é certo lá, vamos recompor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Agora só que na época, os nossos representantes da bancada Federal de Mato Grosso continuaram errando, a palavra não era estabilizado, não, a palavra era efetivado, efetivado no serviço público, porque ninguém entrou aqui, ninguém está trabalhando há 38 anos de graça nesse Estado por indicação política, tem alguns que são dessa forma, mas tem muita gente que ajudou e contribuiu para esse Estado estar no nível que chegou. Agora quer tirar, então isso aí também tem que ser levado em consideração até nesta LDO/LOA.

Roubaram, roubaram muitos aposentados que trabalhavam quarenta horas e o Estado com o mesmo sistema que foi adotado agora, para economicidade, para não gastar luz, telefone, transporte, passou certo período do Estado para seis horas corridas como está sendo hoje implantado e aí vem os colegas nossos aposentarem-se na época, e aposentaram todo mundo com trinta horas, só aí foi uma roubalheira e eles não querem fazer justiça, agora vêm tirar mais o RGA do pessoal.

Pessoal, Mato Grosso é o Estado que alimenta o Brasil e nós temos que lutar pelo nosso direito. Eu conversei com o Deputado Valdir Barranco agora há pouco, não tem um mecanismo nesta Assembleia para tirar o Governador? Está na hora, gente. O que ele está dizendo, quando o servidor tem uma fumacinha de desvio de conduta, o que acontece com ele? Afastado sumariamente do seu cargo e escrachado em todas as mídias sociais. O nosso Governador está em todas as mídias, todas as mídias que fez caixa dois, não sou eu que estou dizendo pessoal, é a mídia. E aí o povo vai aplaudir? Os Deputados vão aplaudir? Esta Casa de Leis não vai reagir?

Agora mandar reforma administrativa para tirar direito que nós conquistamos a duras penas, apanhando da polícia na época, hoje graças a Deus a polícia entendeu que tem que valorizar, tem que entrar no movimento, porque também eles comem, eles vestem, eles têm filhos para cuidar como nós temos também.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, é com muita tristeza que nós vemos a saída de Vossa Excelência para ir gerenciar uma cidade, claro não podemos ser egoístas, Vossa Excelência tem que emprestar seu conhecimento lá, faça pelo amor de Deus diferente, não faça isso que estão fazendo aqui.

Roberta, a senhora diz que a RGA está contida na LDO, porque não a colocaram explícita lá, se não pagarão é outros quinhentos, mas aí não é problema mais seu, já é problema político, deixa para os sindicatos, para os servidores, para os Deputados decidirem, mas coloque a tarja lá “tanto milhões para RGA”. Não pagaram a nossa este ano, porque não havia isso, estava misturado lá, essa foi a conversa da própria SEPLAN, porque não corrige, se pode fazer um cobertor por completo, tem que ficar fazendo remendo, vamos fazer as coisas certas, gente, a situação é por aí.

Então, é isso quero colocar, está de parabéns todo mundo que está aqui, agradeço ao Deputado Zé Carlos do Pátio por esta Audiência Pública e vamos continuar com essas Audiências. Convocar, por meio da televisão, para que o pessoal venha aqui, não ficar só o servidor público defendendo a sociedade, há outros segmentos aqui, o comércio, e chamo a atenção também dos Municípios. Se eu fosse prefeito, um dia, não aceitaria essa renúncia, fazendo cortesia com chapéu alheio, essa associação dos Municípios aí, que a renúncia impacta lá também e tira dos Municípios. As pessoas parecem que não veem isso, para ficar na mão do Governador, para ficar nas mãos dos Deputados.

Ah! Para com isso, eu quero esse dinheiro para pagar o nosso povo, o pessoal já fez compromisso, há lei para ser cumprida, o Governador... Há a Lei 10.212, aprovada, sancionada e o homem não a cumpre, que é exatamente a valorização dos nossos servidores. O que é? Aqueles

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

que têm seus títulos conquistados com seu dinheiro, com seu labor não são respeitados, algumas categorias foram todas contempladas, parece que a área meio é o problema do Estado? Não, pau que bate em Chico tem que bater em Francisco.

Então, o Governador não cumpre a lei, só fica naquela que existe indício de inconstitucionalidade, então entra com ADIN. Esse Patrick Ayala, “não foi eu que fiz, foi Júlio Modesto”, para com isso, toma posição. Se eu mandar, eu mandei fazer, eu não fico jogando bola para um e para outro, essa é posição que... Nós estamos começando a ficar preocupado com outra situação Deputado Zé Carlos do Pátio, não é só a fala não, há nego revoltadíssimo aí fora que nós estamos tentando conter. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos ao Sr. Edmundo.

O último inscrito, o Sr. João Dourado, Presidente da CUT.

O SR. JOÃO DOURADO - Boa tarde, companheiros, companheiras, à mesa, ao companheiro Deputado Zé Carlos do Pátio, realmente sempre que estive nesta Casa foi um lutador aguerrido, desde 2004, juntamente com a ex-Deputada Verinha, contra as organizações sociais, que começou lá, lembra, Deputado Zé Carlos do Pátio, que hoje está destruindo a saúde pública, mas quero antes de fazer um debate maior, a companheira Roberta, chamá-la assim, porque é servidora pública...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero colocar que estou desde a época, sou velho nesta Casa, da ex-Senadora Serys e de Gilney Viana. Quero deixar registrado que entre os 10 Deputados que eu conheço... Sou capaz de ser desta Casa, eu acho que a Roberta, a nossa Secretária, não tinha nem nascido ainda. Eu quero dizer que uma das maiores referências que eu tive se chama Gilney Viana. Eu sentava ao lado dele e da ex-Senadora Serys, que era Deputada junto comigo. Eu sou velho de Casa, gente. Mas Deus é maior.

Passo a palavra ao Sr. João Dourado.

O SR. JOÃO DOURADO - Assim como está o Deputado Zé Carlos do Pátio para Mato Grosso, está o Eduardo Suplicy para o País.

Voltando ao assunto, Roberta, companheira, o Domingos Sávio fez uma fala muito interessante da questão na orientação política, não temos dúvidas de qual é a orientação política deste Governo, mas quando há um processo de construção de orçamento público, nós temos que atentar para a Constituição de 88, que diz que a saúde pública é de relevância pública. E se é de relevância pública, doutora, quando discutirem o orçamento, primeiro, que levem em consideração aquela que é de relevância pública.

Primeiro, se constrói todo o orçamento para a saúde, que é de relevância pública, para depois o que sobrar definir para as outras áreas. Porque relevância pública, neste sentido o Estado descumpra as Constituições Federal e Estadual. Descumprida a Constituição Federal, como diz o nosso Pedro Taques que a Dilma fez a pedalada fiscal, que poderia sofrer impeachment, quem descumpra a Constituição também deveria sofrer impeachment e ir para a cadeia. Então, saúde é de relevância pública. Discute o orçamento, primeiro, para a saúde e para a educação.

E outra coisa, o que é mais grave, Vagner, é que este Governo construiu uma convicção. E quando se constrói, companheiro, uma convicção, é grave. O nazismo construiu uma convicção de que os judeus eram sub-raça, que os homossexuais eram sub-raça, que o negro era sub-raça, e foi para cima para exterminar essas sub-raças.

Esse Governo construiu uma convicção de que o servidor é um problema para a sociedade, que o servidor é um problema para as contas públicas. E construiu uma convicção que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

precisa instalar um estado neoliberal em Mato Grosso. Por isso que este Governo assinou a carta em São Paulo, a carta em Brasília e a carta lá em Washington de implantar o estado neoliberal, de assinar um cheque em branco com o Presidente Michel Temer, golpista, com a PEC 55 e a PEC 257. Ele já assinou. O que ele trará agora é o desmonte, por meio da reforma administrativa. E por isso, há dois caminhos para nós, companheiros e companheiras, a partir de agora, cada um e cada uma, no seu local de trabalho, pedir o “Fora Taques”.

Segundo, se esse ano nós fizemos uma luta unificada, no ano que vem, não tenha dúvidas, faremos uma luta geral, uma greve geral, neste Estado e neste País para barrar essas reformas.

E o que é mais grave. Está vindo a reforma da Previdência. Nós trabalharemos, contribuiremos e morreremos e não nos aposentaremos. E aquele que está aposentado, um aviso para aquele que está aposentado, corre o risco de não continuar recebendo o seu benefício. Vem o desmonte da Previdência Social e vem para a Previdência do Estado, do Município. Vem a reforma trabalhista terceirizando e acabando com o serviço público. Portanto, este Governo, que eu já dizia, Vagner, na greve do serviço público, está mancomunado com o Governo Michel Temer para retirar direitos dos trabalhadores. Está aí a convicção.

Portanto, é “Fora Taques” e greve geral a partir do início do ano que vem. É a única forma, companheiro, de barrarmos essas reformas que vieram para destruir o Estado brasileiro, destruir as políticas públicas, porque a orientação política, a convicção política já está definida, o desmonte do Estado brasileiro para beneficiar a elite deste País, para beneficiar o sistema financeiro. E não é só o sistema financeiro privado, é o sistema financeiro internacional.

O que é mais grave, Sr^a Roberta, anote aí. Vossa Excelência sabe qual é o próximo passo dos Governos? “Financeirizar” as dívidas públicas da União e dos Estados para jogar dentro do sistema financeiro a dívida, quem tem banco público terá que abrir o capital. E quem não tem banco público, terá que abrir a sua própria dívida para jogar no sistema financeiro, para acontecer como aconteceu na Grécia. Esse é o próximo passo. E a PEC aponta para isso. Pegar a dívida pública de Mato Grosso jogar na Bolsa de Valores para depois “financeirizar” a dívida pública para ficar refém, como ficou a Grécia. Portanto, não há outra saída, companheiros, companheiras. Luta e resistência. E um recado: unidade e rua. Valeu! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, a Secretária Roberta para fazer as suas considerações finais.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Eu fiz anotações de todas as perguntas que eu não respondi ainda. Eu me ateei às respostas da SEPLAN, a qual eu represento hoje, e as outras perguntas que foram dirigidas a outras Secretarias, encaminharei ao Secretário responsável, e passaremos ao Deputado para Vossa Excelência devolver para os Sindicatos.

João Dourado, pode me chamar de colega, porque nós somos mesmos, sou servidora há 14 anos. Vai fazer 15 anos agora em abril.

A saúde, sendo relevância pública, tem suas fontes protegidas pela Constituição, então, as fontes já estão vinculadas. Na Audiência Pública passada, até o Secretário Gustavo comentou isso mesmo, que as Secretarias que já têm as fontes vinculadas, estão mais protegidas, porque elas já têm aquele recurso garantido. As outras realmente ficam com recurso menor e acabam perdendo para aquelas que já têm o recurso garantido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

Vimos aqui que o recurso, que o percentual dirigido à saúde não é suficiente, nem aqui e nem no Brasil inteiro. Então, a saúde é um problema grave, que nós temos que enfrentar. Mas pelo fato dela ser de relevância, ela tem essa fonte garantida.

Edmundo, a margem de expansão é feita dessa forma mesmo, a metodologia está correta. Eu tenho um valor de margem de expansão: 700 milhões. Aí dentro é o que for definido, o que for negociado, o que for prioritário: concurso público, progressão de carreira, promoção de classe, leis de carreira que estão sendo garantidas, a RGA...

Então, de repente, às vezes, no percurso, durante a execução orçamentária, surge a necessidade de criar um concurso que não estava previsto, fazer um concurso... Aí você tem uma margem de expansão, aí você utiliza a margem de expansão. Não é correto você discriminar, porque você pode alterar as prioridades no percurso. Mas se quiser, podemos passar mais ou menos os valores, quanto foi a RGA 2016, o que falta... podemos fazer essa... não há problema nenhum, mas está correta a metodologia.

(O SR. EDMUNDO DIALOGA COM A SRª ROBERTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Tudo bem, podemos fazer isso, o que estou falando é que a metodologia...

Podemos, não é Ricardo? Fazemos na Secretaria e assim que estiver pronto, querem pegar onde, lá na SEPLAN? (PAUSA) Passamos para o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu queria pedir para que não houvesse fala fora do microfone, porque toda a Audiência Pública está sendo gravada, então, se alguém quiser usar da palavra, que se identifique.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Vossa Excelência recebe, Deputado, para repassar para eles? Estão perguntando como receberão essas informações. Eles querem que discriminemos, que detalhemos a margem de expansão.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu me coloco à disposição, na Comissão, se vocês passarem para nós, passaremos para o Fórum Sindical. Não há problema.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Está bem.

O Sr. Antônio Vagner, ainda está aí? O senhor comentou da dívida pública, 597 milhões, a dívida realmente está pesada em Mato Grosso. Em 2016 foi bem difícil para conseguirmos cumprir todas as despesas da dívida. Em março e em setembro são duas parcelas...

(O SR. EDMUNDO DIALOGA COM A SRª ROBERTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Imagina só quando for pagar o principal! Mas de algumas... São várias operações, de algumas estamos pagando o principal; de outras, amortizações... São vários financiamentos. O pior foi o financiamento em dólar, em março e em setembro foram duas parcelas grandes, cerca de 130 milhões.

Então, em um mês, você mobilizar 130 milhões para uma despesa... Então foi pesado. Tanto que em abril corremos o risco de ter o primeiro atraso de salário, tudo por causa dessa parcela de março, da dívida.

Realmente são dívidas que começaram a vencer em 2015, todas contraídas no Governo passado. Começaram a vencer em 2015 e isso ajudou muito no comprometimento das despesas, na piora das nossas finanças.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

O senhor perguntou também da metodologia da renúncia. Vou passar isso para o Secretário Gustavo, e todas as respostas aos questionamentos vou encaminhar ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

Com relação aos contratos temporários, é aquilo que eu comentei. Tem uma representante da SEDUC aqui, a Iane, que já tem essa experiência de quando ela ainda estava na SEGEs. Eu passei um período na SEDUC, e nós fizemos esse trabalho de revisar todas as licenças médicas, porque o contrato temporário é uma consequência de algum tipo de afastamento: ou o professor se aposentou ou ele está de licença médica, ou ele está de licença profissional. Então, para verificarmos se os contratos estão corretos, temos que verificar as causas. Naquela época, a Iane ainda estava na gestão, e nós fizemos um trabalho com a SAD para revisar todas as licenças médicas, reduzindo em 40% as licenças médicas.

Como é uma Secretaria muito grande, é a maior folha do Estado, têm muitos servidores, temos que dar uma atenção especial. Esses contratos realmente aumentam a cada ano e, quando eles começam a fugir da linha, nós temos que verificar o que está acontecendo. Isso deve acontecer não só na SEDUC. A conformidade da folha é uma necessidade. Então temos que verificar se os eventos, se os lançamentos estão corretos, e esse é um trabalho que já está sendo feito.

Questionamento do Sr. João, da ADUNEMAT. Ele está aqui ainda? Já saiu. Eu me lembro mesmo desse questionamento dos 70 milhões da dívida com a UNEMAT. O Secretário Gustavo Oliveira ficou de verificar com o Governador. Mesmo que o Sr. João já não esteja mais presente, informo que vou cobrar do Secretário Gustavo uma resposta.

Tem uma resposta que vou dar agora que contempla o Sr. João Figueiredo, da MTI, e o Sr. Adolfo Grassi, com relação às prioridades de Governo.

O Governador tem suas prioridades baseadas no seu Plano de Governo. Quando o candidato, enquanto candidato, apresenta para a população o seu Plano de Governo e ele é eleito, você considera que a população aceitou aquele Plano de Governo, você considera que a população quer que o gestor, quando ele estiver no cargo, execute o Plano de Governo que ele apresentou. É dessa forma tecnicamente que nós atendemos as prioridades do Governo.

Com o Plano de Governo, no primeiro ano do Governador Pedro Taques, nós fizemos todo um trabalho de elaboração do PPA, junto com a Secretária-Adjunta de Planejamento, que se encontra aqui. Eu ainda estava na Secretaria de Planejamento. Junto de todas as Secretarias fizemos discussão. E o PPA foi elaborado em cima do Plano de Governo, em cima do plano de longo prazo do Estado.

Depois desse PPA pronto, que é de quatro anos, vamos fazendo as LOAs, que são os Orçamentos Anuais. Agora, a Secretaria Adjunta de Planejamento finalizou um trabalho de conferir a coerência e a pertinência de cada ação de Governo. Então, o que eles conferem? Se cada ação que foi colocada em cada Secretaria está coerente e pertinente com o Plano de Governo e com aquele PPA que nós elaboramos.

Então, quando se pergunta qual a prioridade do Governo, dizemos que é o Plano de Governo que ele apresentou à sociedade, que vimos desdobrando, junto com o Plano de longo prazo da Secretaria. Nós elaboramos um PPA, para quatro anos, e vamos fazendo as LOAs e os orçamentos dentro das Secretarias.

Eu acho que fica bem claro à sociedade que as prioridades são: saúde, educação e segurança. A segurança despontou um pouquinho mais, porque estamos com índices muito ruins de violência: homicídios, roubos, furtos. Então houve essa prioridade. Vocês podem conferir os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

orçamentos da Segurança Pública dos anos anteriores e agora. E saúde e segurança têm que ser prioridade para todo gestor.

Repito aqui que todo segmento defende que o dele é mais importante. É lógico! Por exemplo, a agricultura familiar. Foi falado aqui que o orçamento não dá, que é insuficiente. A UNEMAT, orçamento insuficiente. Então, tem que ter uma decisão de como você vai alocar esses recursos. Nós nos baseamos principalmente no Plano de Governo. Por isso que, quando falamos que o orçamento é elaborado tecnicamente, é porque já temos as definições estratégicas. O Governador já passou as definições estratégicas junto com os Secretários, e os Secretários têm a obrigação de executar essa definição estratégica. Acho que o que está faltando é só a sociedade conhecer mesmo os indicadores.

A Secretaria-Adjunta de Planejamento, volto a repetir, tem esse trabalho de monitoramento das ações. Ela acompanha, junto com a Secretaria-Adjunta de Informações, os indicadores. Então seria o momento de começarmos a apresentar mais a mudança e os impactos que essas ações estão gerando na sociedade, a mudança dos indicadores.

O que mais que eu tenho aqui.

Quanto a essa negociação do plano federal, questionada pelo Sr. João, da ADUNEMAT, falando do Projeto de Lei nº 255, quando falamos em negociação - pelo menos nós, técnicos estamos aguardando quais são as orientações que virão para o Estado -, nós não estamos falando que o Governo do Estado aceitará a PEC como foi proposta. A própria PEC pode ser alterada com negociação na Câmara, no Senado. Então, estamos esperando que essa negociação venha melhor para os servidores, venha melhor para o nosso Estado e que não engesse tanto o nosso orçamento.

O Secretário Gustavo me passou que o Estado de Mato Grosso está tentando, assim como outros estados, negociar com o Governo Federal, apresentando outras medidas de redução do custeio, de austeridade, que não sejam essas que estão colocadas, que é o congelamento da RGA, congelamento de progressões. Então, isso é uma negociação política, não é fácil, mas o Governo está tentando. Não é que o Governo está engolindo a proposta como veio da PEC. Nós estamos rebatendo, tentando argumentar com a reforma administrativa, nós já fizemos uma, estamos fazendo uma segunda, a reforma tributária...

Então, estamos apresentando elementos que convençam o Governo Federal de que o Estado está indo nesse rumo de austeridade, mas não sabemos realmente... Eu não posso falar, nem o Secretário Gustavo pode falar, ainda, como essas medidas virão e serão obrigadas para os estados. Isso nós temos que aguardar mesmo.

Vamos ver a questão da... Acho que é só, não é? Ficou alguma pergunta sem resposta? Pelo que estou olhando aqui, acho que já respondemos tudo. Eu acredito que já respondi tudo. Se alguém achar que fez alguma pergunta que eu não respondi pode falar que eu respondo agora.

Obrigada!

Desculpe-me! Faltou uma questão para o Sr. Grassi.

A questão do orçamento real, dele ser uma peça fictícia ou não...

Houve uma época em que a receita era subestimada, todo mundo sabe. Então, chegava... E nós tínhamos um excesso de arrecadação de um milhão, um milhão e meio, um bilhão, um bilhão e meio, dois bilhões. E onde esse recurso era alocado? Sem nenhuma prioridade, sem respeitar o Plano Plurianual, sem respeitar as orientações estratégicas e esse recurso que sobrava era alocado conforme a vontade do Secretário de Fazenda, de Planejamento, do Governador, não sei

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 382/16,
MENSAGEM Nº 58/16, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO 2017, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 9H.

qual era no caso. Mas, agora não, a SEPLAN está fazendo junto com a Secretaria de Fazenda, em parceria, fazendo todo o esforço para ter o orçamento real. Para se ter um exemplo, no ano de 2016, a variação da receita estimada com a receita realizada está em torno de 2%, 2% é abaixo de qualquer margem de erro, isso porque em relação ao aumento da receita, recebemos mais um FEXs, que não estava previsto. Esperávamos receber ainda no ano passado, e estamos recebendo agora.

A questão da repatriação que não estava prevista e houve as frustrações, também, muita frustração de transferência federal, de convênio, de financiamento...

Então, no global, Deputado, em 2016, a variação do orçamento entre a receita prevista e a realizada está em torno de 2%. O nosso orçamento está bem próximo da realidade. Estamos querendo acabar, enterrar de vez essa história de orçamento que é uma peça fictícia e que não se pode confiar na receita.

E eu reforço todo o trabalho da equipe técnica, do Ricardo, que já foi elogiado por vários dos senhores aqui, de toda a equipe dele e da equipe da SEFAZ, também, que trabalhou nessa melhoria das estimativas para que, com um orçamento bem próximo da realidade, possamos planejar e saber o que podemos executar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos a presença da Sr^a Roberta Maria Amaral de Castro. É muito digna a Secretária Interina do Estado de Planejamento. Agradecemos a presença do Sr. Luciano Bernart, Secretário Executivo, neste ato representando o Secretário Marcos Marrafon; o Ricardo Roberto de Almeida Capistrano, Superintendente da SEPLAN. Todos os sindicatos, todos os presentes e os servidores.

Neste momento, declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado a todos.
(PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.